

odos protestavam pela morte de Luis Paulo (acima, ...)

REVISTA

22

OUTUBRO DE 2008



PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ESTÁTUA DA "LIBERDADE BRASIL 68"

LUIS PAULO ASSASSINADO DEZEMBRO DE 1968

1968

MOVIMENTOS

MOVIMENTO ESTUDANTIL NA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS: UMA HISTÓRIA A SER CONTADA

cia.

expediente

REVISTA ADVIR

Publicação da Associação
de Docentes da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro – Asduerj.
Registro ISSN 1518-3769
Rua São Francisco Xavier, 524,
1º andar, Bloco D, Sala 1026,
Maracanã - Rio de Janeiro/RJ - Cep 20550-013.
Telefones: 22649314 (Geral) / 8698-0512 (Secretaria)
8698-0513 (Imprensa) / 8698-0514 (Diretoria)
Página na internet: www.asduerj.org.br
Endereço eletrônico: advir@asduerj.org.br

DIRETORIA BIÊNIO 2007/2009

Presidente: Inalda Couto (FFP)
I Vice-Presidente: Denise Brasil (CAp)
II Vice-Presidente: Antonio Braga Coscarelli (Aposentado)
I Tesoureiro: Guilherme Locks (IEFD)
II Tesoureiro: Arnaldo José Noronha Filho (FCM)
I Secretário: Rodrigo Lychowski (DIR)
II Secretário: Iná Meireles (HUPE)

CONSELHO EDITORIAL

Deise Mancebo
Denise Brasil Alvarenga Aguiar
Hindenburgo Francisco Pires
Paulo Roberto Chaves Pavão
Ronaldo do Livramento Coutinho

EDITORA RESPONSÁVEL

Inalda Alice Pimentel do Couto

EDITOR COLABORADOR

Valter Duarte

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Carlos da Silva (Biologia)
Antonio Celso Pereira (Direito)
Carlos Alberto Mandarim (Biologia)
Décio Orlando (CAP-Uerj)
Eurico Zimbres (Geologia)
Gustavo Bernardo Krause (Letras)
Heliana Conde (Psicologia)
Jader Benuzzi Martins (Física)
José Augusto Quadra (Medicina)
Lená Medeiros (Ciências Sociais)
Lilian Nabuco (Comunicação)
Luiz Sebastião Costa (Engenharia)
Maria Beatriz de Albuquerque David (Economia)
Pedro Luiz Pereira de Souza (Desenho Industrial)
Rose Mary Serra (Serviço Social)

FICHA TÉCNICA

Jornalistas responsáveis: Sérgio Franklin e Paula Almada
Estagiário de Jornalismo: Atilas Campos
Edição Visual: Leila Braile
Impressão: Gráfica Vanesul
Tiragem: 2500 exemplares
Data de impressão: 20 de outubro de 2008

SECRETARIA DA ASDUERJ

Secretária: Arlete Cândido

Auxiliares Administrativos:

Marcello Teixeira, Erick Cândido e Zita Alves

DISTRIBUIÇÃO (GRATUITA)

Aos filiados da Asduerj; Associações Docentes filiadas ao
Andes-SN; Institutos de Pesquisa e Ensino Superior;
Bibliotecas Públicas; Câmara de Vereadores do Rio de
Janeiro; Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

orientação aos colaboradores

REVISTA ADVIR

É uma revista semestral e publicará, preferencialmente, artigos de professores da Uerj que abordem temas relacionados à Universidade em todos os seus aspectos: político, administrativo, acadêmico, científico e cultural. Por ser uma publicação que se propõe a atingir um público abrangente, ADVIR **não publicará** artigos científicos especializados. Contudo, **serão aceitos** artigos de divulgação científica, que deverão ser escritos de forma a permitir o entendimento por leitores de outras áreas do conhecimento.

ENTREVISTA

Os Conselhos Editorial e Consultivo definirão o tema desta seção e indicarão nomes dos possíveis entrevistados. No entanto, serão aceitas sugestões de temas e nomes.

PONTO DE VISTA

Serão publicados artigos assinados, com pontos de vista diferenciados acerca do tema central, previamente definido e divulgado.

ACADEMIA

Publicará artigos não-especializados de tema livre, objetivando, com isso, apresentar um demonstrativo da produção acadêmica dos professores da Uerj. A cada número,

ADVIR procurará contemplar diferentes áreas do conhecimento.

ENSINO, PESQUISA & EXTENSÃO

Publicará textos que analisem e divulguem projetos e experiências de interesse nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

ARTE & CULTURA

Publicará textos sob as formas de resenha, crítica ou artigo, sobre temas relacionados aos campos da arte e da cultura.

OPINIÃO

Publicará textos que expressem a opinião pessoal do autor sobre tema de livre escolha.

CÁ ENTRE NÓS

Publicará cartas recebidas, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial.

DOCUMENTO

Publicará material de caráter histórico e documental, no todo ou em parte, preferencialmente relacionado ao tema central da revista.

CRITÉRIOS PARA O ENVIO DE ARTIGOS

1. Artigos de alunos de graduação devem, **necessariamente**, ser acompanhados de parecer de um docente com formação na área de conhecimento do texto.
2. Notas e referências bibliográficas deverão ser colocadas ao final do texto, conforme padrão da ABNT.
3. Todo artigo recebido será submetido ao Conselho Consultivo, que decidirá, em caráter definitivo e com base em critérios científicos, sobre sua publicação ou não, ficando a critério do Conselho Editorial definir em que edição da revista isto ocorrerá, tendo em vista apenas critérios de adequação editorial.
4. Fotos e ilustrações serão aceitas como contribuição **espontânea**, mesmo que não se façam acompanhar de artigos. As fotos e ilustrações que vierem a ser utilizadas trarão os créditos de seus autores. ADVIR **não se responsabiliza** pela devolução do material recebido.
5. Os artigos deverão, **necessariamente**, ser enviados já digitados e acompanhados do(s) crédito(s) do(s) autor(es).
6. A dimensão total dos textos não poderá ultrapassar o limite de 08 (oito) laudas, incluindo-se referências bibliográficas, notas, gráficos, etc.
7. O texto deverá vir, necessariamente, acompanhado do nome completo de seu autor, instituição e setor onde trabalha, última titulação, telefone e endereço completos.
8. Independentemente dos prazos divulgados nos editais de convocação de artigos, os textos enviados, desde que aprovados pelo Conselho Consultivo, passam a fazer parte do Banco de Artigos da revista, aguardando publicação no número subsequente.

IMPORTANTE

Os artigos que não obedecerem aos critérios aqui divulgados não serão recebidos pela assessoria editorial da Asduerj.

índice

Editorial	4
1968: A história de uma batalha (reportagem de capa)	6
Da memória e do que ficou de 1968 (Valter Duarte)	44
Opção pela luta armada: certa ou errada? (Adail Lemos)	62
Imperialismo e movimentos sociais nos 40 anos de 1968 (Virgínia Fontes)	68
Movimento operário: o grande esquecido de 68 (Vito Giannotti)	90
De King a Obama: 40 anos de luta contra o racismo (entrevista com João Costa Vargas)	98
Tchecoslováquia - 1968 (Williams Gonçalves)	102
É permitido ousar. É proibido proibir. (Marildo Nercolini)	120
Ele estava lá (entrevista com João Lopes Salgado)	130

editorial

Eu não vivi a escravidão, tampouco o holocausto. Tinha apenas 10 anos quando os movimentos de 1968 ocorreram. Não deveria guardar lembranças sobre esses acontecimentos, porém, estranhamente, quando os cito, imagens e sons aparecem em minha memória.

De certa forma, coisas que li, ouvi e vi durante minha vida acabaram por constituir uma *memória do que não vivi*. Parece que, quanto mais me informo sobre os acontecimentos, mais componho um passado, que se torna presente, somente ao comentar ou ao me deparar com *novos* detalhes sobre a história que se constrói diuturnamente no Brasil e no mundo. É esse processo de memória que pretendemos estimular com este número da Revista Advir. Ao trazermos novamente à tona depoimentos, debates e escritos sobre os movimentos de 1968, pretendemos que os leitores possam, em alguns casos, rememorar e, em outros, construir a *memória do não vivido*. Nos dois casos, o importante será afirmar que a história não pára e o passado continua a habitar o presente de forma viva, contínua. Queremos dizer que *1968* de fato *não acabou*, pois a opressão permanece de várias formas, obrigando-nos a adotar uma postura, a chamar a consciência, a reativar a memória e a tornar presentes situações, fatos e pessoas de forma que nos alimentemos sempre das lições já ocorridas. Quem sabe, ao trabalharmos com “memórias”, tenhamos a possibilidade de construir no presente, e no futuro, outra história: sem autoritarismos, sem violência, sem mortes e sem desigualdade.

Inalda Pimentel
presidente da Asduerj



**o poeta
declina de toda responsabilidade
na marcha do mundo capitalista
e com suas palavras, intuições, símbolos e outras armas
promete ajudar
a destruí-lo
como uma pedreira, uma floresta,
um verme.**

Nosso Tempo - A Rosa do Povo, 1945 - Carlos Drummond de Andrade

100 A HISTÓRIA DE

Uma história a ser contada

No início de 2008, o professor Valter Duarte procurou a Asduerj para propor apoio à realização de um evento sobre 1968. A princípio, nada de novo. Afinal, há pelo menos três décadas, o mundo, cada vez mais conservador, rende-se em homenagens nostálgicas ao ano rebelde. Felizmente, não era esta a intenção do professor de Ciências Políticas da Uerj. Segundanista da Faculdade de Ciências Médicas naquele ano emblemático, sua proposta buscava, na verdade, saldar uma dívida histórica. Efetivar o nome de Luiz Paulo da Cruz Nunes como patrono da turma de Ciências Médicas que se formara em 1972, na UEG. A história da turma, impedida de se formar por tentar homenagear o colega assassinado em 1968 pela ditadura, impressionava não só pelo relato, mas pelo total silêncio que a cerca.

São poucos os que, hoje, conhecem os fatos que culminaram no assassinato do estudante de Ciências Médicas durante um protesto na Avenida 28 de Setembro, em 1968. Menos ainda os que têm alguma informação sobre a frustrada homenagem de seus colegas, quatro anos depois. O relato do professor Valter nos instigou a contar esta história.

Do início do projeto à sua finalização, foram meses de entrevistas, trocas de mensagens, pesquisas em arquivos e orientações. Como fio de novelo, acompanhamos o esforço de atualização da memória dos que nos ajudaram a contar esta história – algumas mais afetivas outras mais analíticas.

O cirurgião Fernando Pinto Bravo, logo que

soube do nosso intento, procurou-nos e generosamente colocou à disposição preciosa documentação que conservara, como espécie de arquivista da turma. A partir dele, chegamos à professora Evelyn Eisenstein. Referência para quase todos os que viveram aquela época, ela foi como um “coelho branco” de Lewis Carroll nos abrindo portas, apresentando pessoas, informando datas, disponibilizando dados, fotografias. Por fim, a principal responsável pela rara entrevista concedida por João Lopes Salgado.

Sem Evelyn, não chegaríamos ao psiquiatra Adail Ivan Lemos, um dos poucos que não mantém mais vínculos institucionais com a Uerj. Numa noite de segunda-feira, recebeu-nos em seu apartamento em Copacabana. Por mais de duas horas, ouvimos sem cansar o relato e a aguda avaliação de um dos que sacrificou a juventude e a carreira ao optar pela luta armada contra o regime. Para nossa tristeza um dos mais ricos depoimentos foi quase que completamente inutilizado por uma falha no equipamento de gravação. Restou-nos como alento a sua concordância em escrever um artigo para este número.

Entre Evelyn e Salgado, nossa última e marcante entrevista, foram horas de gravação, que conjugaram a emoção de Dilson Pires, a descontração de Renato Cordeiro, o encantamento de Jane Corona, a contudência de Luiz Roberto Tenório e a análise de João Ramos Andrade.

A todos eles que se colocaram à nossa disposição para a concretização deste trabalho esperamos poder retribuir com este registro.



68

UMA BATALHA





O dia estava nublado e um pouco frio. Muitos vestiam agasalhos e a polícia trajava juponas. As primeiras imagens que

vêm à memória do professor Valter Duarte ajudam a recriar o cenário do fatídico 22 de outubro de 1968. A data, destinada a protestar contra a prisão dos estudantes em Ibiúna, foi, para alguns, o marco do fim do movimento estudantil e início do engajamento na luta armada. Para outros, unicamente o dia em que Luiz Paulo da Cruz Nunes, estudante da Faculdade de Ciências Médicas da UEG, foi assassinado e outros sete alunos ficaram feridos em ação promovida pela ditadura militar em frente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto.

FONTES CONSULTADAS

DAFLON, Fabio. Título provisório. São Paulo: Editora Quilombo, 1980.

MANCEBO, Deise . Da Gênese Aos Compromissos: Uma História da

Uerj. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. v. 1. 213 p.

TENÓRIO, Luiz Roberto. 50 anos de movimento estudantil na Uerj. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: 2000

O Dia, edições de 23 e 24 de outubro de 1968.

Tribuna da Imprensa, edição de 22 de outubro de 1968.

Jornal do Commercio, edições de 23 e 24 de outubro de 1968.

Diário de Notícias, edições de 22 e 23 de outubro de 1968.

Jornal dos Sports, edições de 22, 23 e 24 de outubro de 1968

Tribuna da Imprensa, edições de 23 e 24 de outubro de 1968.

Revista Fatos e Fotos de outubro de 1968.

Revista Fatos e Fotos, nº 405, primeira semana de novembro de 1968.

COMEÇA A BATALHA DO DIA DO PROTESTO

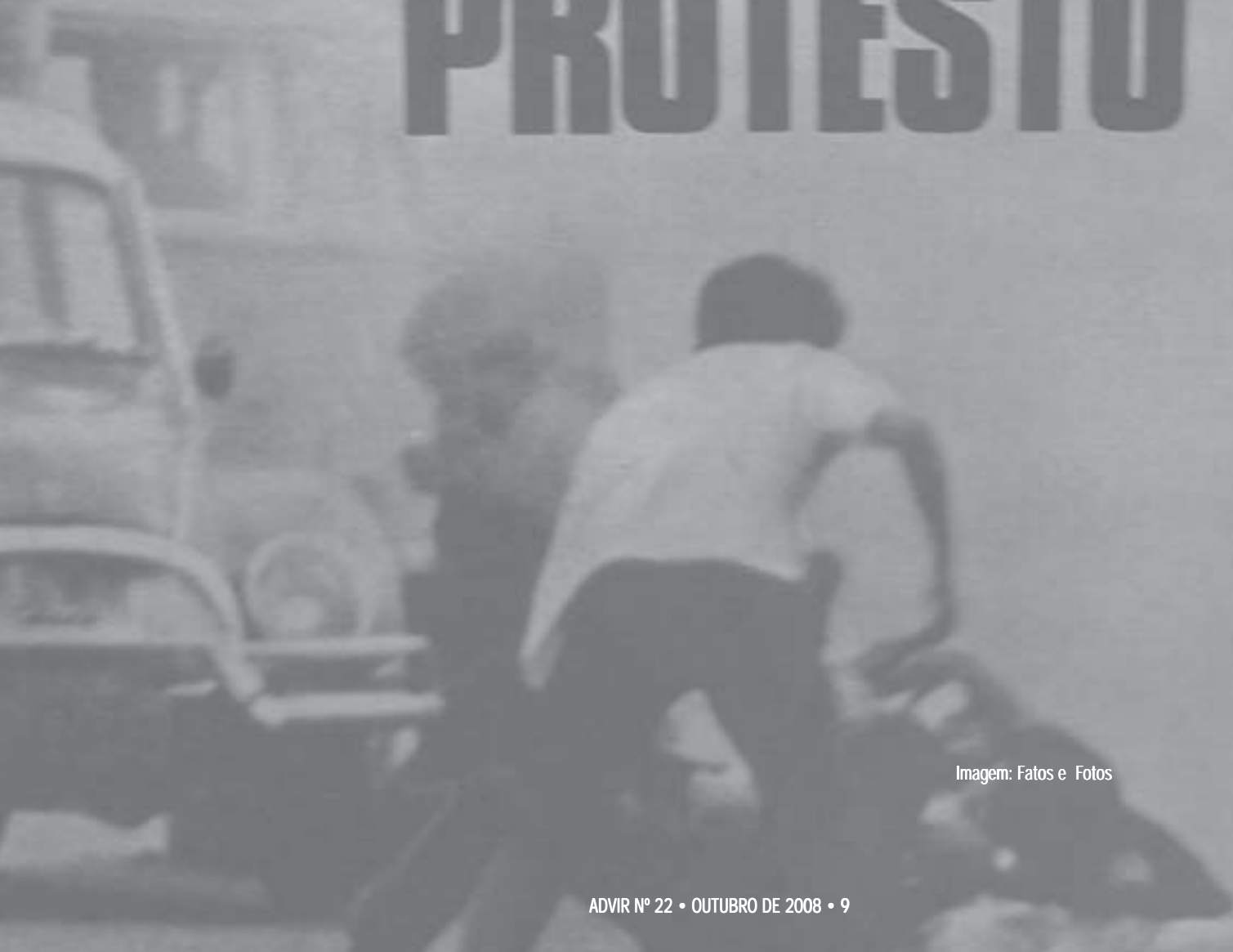


Imagem: Fatos e Fotos

Dia do protesto

15 de outubro, Ibiúna, interior do Estado de São Paulo, mais de 700 pessoas foram presas durante a realização clandestina do XXX Congresso da UNE. Sete dias depois, no Rio de Janeiro, estudantes organizaram uma jornada de protestos contra a ação. O tempo curto para a mobilização foi compensado pelo trabalho intenso. Na FCM, a programação incluía uma passeata na Avenida 28 de Setembro, a exibição do filme “Os companheiros”, de Mario Monicelli, e a inauguração de uma versão brasileira da Estátua da Liberdade.

estávamos passando. Ocorreu uma catarse, saímos dali para o protesto imbuídos de um sentimento de raiva, de vontade de mudar, de acabar com a repressão”. Foi um momento de comoção citado por muitos. “O filme era longo. Cada vez que se trocava um rolo havia uma certa dificuldade”, relata o professor Valter Duarte, recuperando o improviso do cineclubismo da época. “Antes da exibição do último rolo, decidi-se inaugurar a ‘Estátua da Liberdade’”, lembra. “Íamos de mãos dadas, com a estátua, cantando coisas como: ‘o povo unido jamais será vencido’, ‘liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós’”, conta Jane Corona.

Íamos de mãos dadas, com a estátua, cantando como: “o povo unido jamais será vencido”, “liberdade, liberdade, abra as asas sobre

Da idéia à produção, tudo era coletivo, destaca a nutróloga Jane Corona. Primeira Secretária do Casaf na gestão 68, ela lembra como a estátua foi produzida a partir do desenho de um dos alunos, Flávio Skinner: “Foram dois dias para cercar a madeira e pintar”. O boneco, batizado como “Estátua da Liberdade – Brasil-68”, era um PM cinza, de capacete azul, tendo na mão direita o cassetete em riste e na esquerda uma metralhadora, como descreve Fábio Daflon, no livro *Título Provisório*.

Antes da inauguração, marcada para as 13h, foi exibido o filme “Os companheiros”, de Mario Monicelli. A película – que narra uma heróica greve promovida por sindicalistas italianos, no século XIX – arrebatou a platéia. Quarenta anos depois, o professor Fernando Bravo se entusiasma ao se lembrar da sessão: “Tudo a ver com o que

Vitória de Pirro

A euforia esbarrou na truculência postada para além dos muros do hospital. O embate resultante do primeiro encontro entre estudantes e policiais é narrado por João Lopes Salgado, presidente do Casaf em 1968. “Ao sairmos, já víamos os camburões do Dops. Os tiros começaram quando ainda estávamos no portão. Inicialmente, para cima. Mas o pessoal estava muito determinado. Alguns, como o Benjamin e o Amaury, que nem pertenciam ao diretório, enfrentaram os policiais no corpo a corpo. O Benjamin, que lutava caratê, protagonizou uma cena famosa. Avançou, imobilizou e tomou a arma do policial. O instante foi fotografado e vi anos depois na capa de uma revista na Alemanha”.

oisas
made,
nós"

Fotografia extraída do
livro "Título Provisório" de
Fábio Daflon



ESTÁTUA
DA
"LIBERDADE"
BRASIL 68

OUTROS PERSONAGENS

Benjamim pertencia à “Segurança”, um grupo de estudantes organizados para proteger os companheiros em manifestações de rua. Renato Cordeiro, pesquisador da Fiocruz, era um deles. “Não lembro quantas pessoas faziam parte. Era um trabalho sério, com um pessoal que fazia lutas marciais, mas era tranquilo, não fazia besteira”, revela.

A reação foi acompanhada pelos demais ao perceberem que as balas eram de festim. Fernando Bravo descreve o que seguiu: “Estávamos com muita adrenalina, sem medo de nada, uma coisa alucinante. Partimos para cima deles com pedras que retirávamos do calçamento da 28 de setembro. Praticamente destruimos a caminhonete do Dops a pedradas. Eles fugiram e comemoramos com discursos ainda mais inflamados”.

A queda

A euforia durou pouco. Tempo dos policiais contornarem o quarteirão. De ponta à cabeça, caída próxima à árvore na qual fora encostada pelos estudantes, a “Liberdade – Brasil 68” era agora catalisadora da fúria policial. Cordeiro recorda, ainda, a imagem de um deles, segurando a estátua com a mão, exibindo-a a seus companheiros, provocando-lhes ainda mais o ódio. Não era necessário, o terror já havia se implantando.

“Alguns colegas começaram a cair. Na hora, não me dei conta de que eram balas de verdade”, lamenta Jane. A incredulidade perante a truculência policial foi fatal. “Eles foram atirando em direção àquele bolo de gente. O barulho era diferente. Lembro bem que gritei: ‘lh, é de verdade’”, declara Valter Duarte.

Médicos de plantão no Hospital Pedro Ernesto Protesto contam a história de um mesmo dia, no centro cirúrgico

Da esquerda para a direita

Era um dia de trabalho normal no Hospital de Clínicas Pedro Ernesto, àquela época ainda não chamado “Hospital Universitário”. O primeiro indício de que a rotina seria quebrada veio já com o barulho dos tiros. Não demorou para que os atingidos chegassem à enfermaria. “Veio logo um grupo de enfermeiras gritando: ‘Dr. Carlos! Dr. Carlos! Tem feridos! Corre!’”, conta o médico Carlos Moreno, profissional do Hupe desde 1967.



O setor de pediatria, que funcionava no segundo andar do hospital, foi um dos mais atingidos pelas bombas de gás lacrimogênio jogadas pelos policiais. Segundo Edna da Cunha, pediatra, a fumaça tomou conta de toda a sala. “Todo mundo ficou apavorado”, lembra. As crianças foram rapidamente levadas para o serviço de raio x, onde foi improvisado um setor pediátrico. Médicos, enfermeiros, trabalhadores da limpeza, todos ajudaram a transferir os pequenos doentes. “Aos poucos fomos trazendo berços e ali ficamos. Não tivemos coragem e nem ordem de ninguém para tirar as crianças dali com menos de 24 horas”, conta Edna.

Ivan Mathias, atual chefe do Departamento de Cirurgia Geral do Hupe, havia saído para tomar um café na hora do conflito. Ciente da necessidade de cirurgias para atender aos feridos, tentou voltar ao hospital. No entanto, foi impedido pelos policiais, que já bloqueavam a entrada do Pedro

Os manifestantes foram cercados na Avenida 28 de Setembro, próximo à esquina com a Jorge Rudge, exatamente em frente ao Hospital Pedro Ernesto. No local, situam-se até hoje alguns restaurantes que servem a professores, médicos e alunos. Era hora de almoço. “Era uma correria, uma multidão acuada. Um verdadeiro pandemônio”, assombra-se a professora Evelyn

Pedro Ernesto no Dia Estadual do Cirúrgico e nas enfermarias

À esquerda, Carlos Moreno, Ivan Mathias e Edna da Cunha



Ernesto. “Eu fui explicar que eu não tinha nada a ver com o negócio, que eu era um médico de plantão e queria entrar para operar, mas não deixaram”, revela. Ainda sob tiros e bombas de gás, Ivan pulou o muro do outro lado do hospital, na saída da rua Teodoro da Silva.

No centro cirúrgico, foram suspensas todas as operações agendadas a fim de dar lugar aos estudantes feridos. Sem saber

nem mesmo o nome dos jovens, os médicos identificaram cada um deles por números escritos nos esparadrapos: “ferido 1”, “ferido 2”...

Nesse dia, o plantão foi geral. Edna da Cunha conta que todos os médicos permaneceram no hospital por “24 horas ou mais”. O Pedro Ernesto transformou-se num pronto-socorro. A necessidade de urgência no atendimento e o cerco policial obrigaram a equipe a atender os estudantes imediatamente. “Ninguém pensou em pegar um aluno desse e botar numa ambulância, levar para o Souza Aguiar. Não havia tempo!”, conta Edna.

Apesar de não funcionar como emergência, o Pedro Ernesto dispunha de bons cirurgiões, habituados com o trabalho em pronto-socorro. À exceção de Luiz Paulo, todos os demais se salvaram, alguns com seqüelas. Ao fim do plantão, só não foi curado o sentimento de impotência e tristeza, revela Edna: “Nós nunca pensamos em assistir isso. Nessa época já não éramos estudantes, mas vimos nossos estudantes morrerem e se ferirem dessa forma. Isso foi uma tristeza absoluta. Foi um luto”.

Eisenstein. A correria tinha destino: retornar ao hospital. Nem todos conseguiram.

Luiz Paulo

Ele não estava lá, concordam todos. A memória, sem dúvida uma das faculdades mentais mais afetadas à intervenção do tempo, tem os seus ca-

prichos. Após quarenta anos, tornou-se difícil para os entrevistados precisar o momento, definir a forma, delimitar o acontecimento. No entanto, o emaranhado de lembranças converge ao se dirigir a um personagem: Luiz Paulo não participava do ato. O amigo de todos, o bom aluno, o capitão do time, o belo rapaz não era exatamente um militante político.

“Um exemplo típico de estudante que era contra a ditadura, mas que não pertencia a nenhuma organização política, sequer era do diretório”, descreve o professor João Andrade, que também integrava a direção do Casaf, em 68. Segundo Evelyn, naquele dia, Luiz Paulo era um dos muitos alunos que foram às varandas do hospital para “simplesmente acompanhar o aglomerado e a bagunça”. “A Isabel, que era da nossa turma, viu-o na varanda e o chamou: ‘desce’. Isto foi pouco antes do tiroteio começar”, conta.

A situação extrema, o passar do tempo e a angústia de cada um ao viver e ao relembrar aquele momento não permitem definir com precisão o que ocorreu depois. Para Evelyn, Luiz Paulo foi atingido ao chegar ao portão. O professor Valter, no entanto, lembra-se de uma curta conversa, em que perguntava por um amigo e ele respondia sorridente: “Você não o viu? Ele pôs os policiais para correr!”. Alto e forte, alguns se recordam dele ajudando a expulsar os policiais; para outros, estava tentando fechar o portão para evitar a invasão do hospital pela polícia e por isto fora atingido. Em reportagem publicada na revista Fatos e Fotos, uma funcionária afirmava que ele morrera ao tentar ajudar uma colega caída ao chão.

“Corri em direção à entrada de carro e ele à de pedestre. Quando cheguei do outro lado e

olhei, ele estava caído, com os olhos vidrados. As pessoas passavam por cima e comecei a gritar desesperado. Naquela hora entendi, ao ver os olhos dele, que não adiantava mais. Gritei para as pessoas não pisarem, veio um grupo que o pegou no colo e o levou. Eu me arriei ali na parede”, relembra Valter.

“Ele caiu e os colegas que vinham atrás dele o levantaram, quebraram uma porta de vidro, onde funcionava, na época, a Administração Regional de Vila Isabel, e, por ali, foi carregado junto com outros feridos para o Centro Cirúrgico”, conta Fernando Bravo.

Além de Luiz Paulo, atingido fatalmente, mais

sete estudantes ficaram feridos. Um deles gravemente: o aluno de odontologia, Dilson Pires. “Ele começou a gritar. Tinha sido atingido por um tiro que pegou no baço e em um dos rins”, recorda-se Valter. Dilson ficou entre a vida e a morte por vários dias e teve um rim extirpado.

Dentro do hospital, além da angústia da espera por notícias dos colegas feridos, os estudantes ainda se preocupavam com uma iminente invasão das forças policiais. Os agentes do Dops e da PM ameaçavam devassar o prédio em busca das lideranças e de armas que, segundo eles, haviam lhes sido tomadas pelos estudantes.

O primeiro alerta veio por meio de bombas de



gás lacrimogênio. A substância se espalhou pelos corredores. E o desespero também. As enfermarias de pneumologia e de pediatria, ambas próximas à rua, foram as mais atingidas. “As enfermeiras e os médicos corriam, deslocando os pacientes”, lembra Fernando Bravo. A tarefa contou também com a ajuda de estudantes e professores, como informa o clínico Luiz Tenório, que presidiu o Casaf em 1966: “Tivemos que fazer uma operação dentro do hospital para transferir as crianças que estavam na pediatria para o último andar. Havia bombas de gás lacrimogênio na enfermaria de cardiologia. Imagine!”.

Segundo Fernando, a partir daquele momen-

to, os estudantes passaram a se preparar para a invasão: “Ficaram alguns colegas na varanda do Centro Cirúrgico, com frascos de soro vazios – que na época eram de vidro – para serem jogados nos policiais. Fechamos o portão detrás do hospital e ficamos presos lá”. Os alunos organizaram uma assembléia no refeitório, avaliaram os acontecimentos e distribuíram tarefas. Andrade, que participou da brigada de resistência, conta: “Montamos barricadas nas entradas, colocamos vigias, separamos pedras e paus e coisas assim nos pontos em que a gente achava que eles poderiam invadir”.

O cerco

A polícia e os agentes do Dops não arredaram e o cerco continuou por horas. “Da sacada víamos o cordão de policiais isolando a 28 de setembro em frente à fachada do Pedro Ernesto”, descreve Fernando Bravo. Além dos manifestantes, a barreira policial tornava reféns profissionais e pacientes do hospital. Do outro lado, o terror também era imposto aos transeuntes. Em torno do quarteirão do hospital, curiosos, familiares e pessoas que se dirigiram ao local para expressar solidariedade aos manifestantes sofriam minuciosa revista. Alguns chegaram a ser presos. O cerco provocou cenas curiosas, como a prisão do major da força área brasileira Jundiá dos Santos, preso quando foi saber de seu filho, aluno da Faculdade. Segundo um



dos periódicos, o major teria sido preso por declarar-se a favor dos estudantes.

Um dos objetivos era a captura dos líderes do movimento. Tenório afirma que o chefe de Polícia chegou a entregar uma lista com nomes de estudantes visados. Caso eles fossem entregues, o cerco seria suspenso. Além dos alunos, queriam também as armas supostamente roubadas. Os estudantes, no entanto, não aceitaram o acordo. No jornal Diário de Notícias, publicado no dia seguinte, havia uma declaração atribuída a um deles: “Mesmo que tivéssemos armas, não trocaríamos coisa alguma com a repressão, e, além dis-

so, a função da polícia não é cercar faculdades e hospitais”.

A existência ou não de uma arma em poder dos estudantes ainda é controversa. Salgado garante que a história pode ser verdadeira. “Tomar, tomaram, porque eu vi, mas não sei onde ela foi parar”, conta. Andrade também acha “que pode até ser verdade”. Ele ressalta que havia interesse de vários setores do movimento estudantil em conseguir armas. “Existia uma perspectiva de vários grupos de que o caminho era a luta armada. E conseguir armas era um objetivo importante”, justifica. Para Jane Corona, no entanto, a história é

Dilson Pires: sobrevivente



Estudante de odontologia da UEG, Dilson Pires estava na manifestação pela reabertura do Calabouço no dia 28 de março de 1968, data da morte do estudante Edson Luiz. Ainda não sabia que, poucos meses depois, seria ele próprio uma das vítimas do terrorismo do Estado.

“Era calouro, mas já sentia na carne toda a repressão, toda a história”, afirma. Com 22 anos, mato-grossense, recém-chegado à Guanabara, um quarto de salário no bolso, Dilson começou a perceber “quantos brasils haviam dentro do Brasil” naquele ano de 1968.

“Almoçava e jantava no calabouço, antigo restaurante dos estudantes”, relembra. As dificuldades ampliaram a percepção do mundo para o menino do interior. “A gente almoçava no calabouço para sobreviver mesmo, era um mata-fome. Uma fome que parecia universal, mas era política”, conceitua.

Quando chegou à Guanabara, em 66, sem emprego, foi trabalhar como

assistente de pedreiro. “Em cinco dias, minhas mãos eram sangue puro. Enrolava um pano nelas para poder trabalhar e estudar”, conta. Dilson, que viera para o Rio de Janeiro com o sonho de fazer engenharia, entrou para o curso pré-vestibular do Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social – o Mudes. Na época, o projeto só preparava os candidatos para curso na área de saúde. Sem dinheiro para pagar outro preparatório, resolveu prestar concurso para a Faculdade Nacional de Odontologia. Aprovado, mas classificado como excedente, conseguiu alocação, junto com os demais aprovados, na recém-criada Faculdade de Odontologia da UEG. “Fiquei eufórico, quando passei. Estava vivendo num outro mundo. Chegar a uma universidade pública era o máximo que um estudante poderia almejar”, recorda.

Na UEG, logo se entrosou com os alunos da Faculdade de Ciências Médicas, que agitavam politicamente a universidade. “Amei aquele povo. Não era amigo dos meus colegas de turma da Odontologia, era amigo dos estudantes de medicina, identificava-me mais com eles, com a sua luta”.

Em pouco tempo, Dilson participava de todos os movimentos organizados pelo Casaf. “Quase fui ao Congresso de Ibiúna, mas passei mal na hora do embarque. Era medo mesmo. Todos sabiam que haveria uma forte repressão”, admite.

falsa. Só a partir daquele dia, acredita ela, é que os alunos entenderam o que era lutar com armas: “Nós lutávamos com palavras, com assembléias”.

No início da noite, após a intervenção de Piquet Carneiro e do reitor João Lyra Filho, o cerco foi suspenso. Jornais da época acompanharam o empenho dos docentes pela retirada do efetivo policial da frente do hospital. Segundo o Diário de Notícias, João Lyra Filho teria dito ao general Antônio Pires de Castro: “Não vejo o porquê da permanência dos policiais no local, já que os estudantes estavam em desespero pelo colega à mor-

te e a polícia estava agindo belicamente contra lágrimas. Exijo a saída dos policiais”. O Correio da Manhã afirmou que o reitor teria ameaçado entrar em contato com o irmão, o general Lyra Tavares.

Por volta das 21h, chegou a notícia: o jovem Luiz Paulo não havia resistido ao ferimento na cabeça e estava morto. Alguns lembram esse momento como “uma comoção geral”. Para Fernando, o medo se acentuou. “Já havia morrido um e não havia garantias de que eles não entrariam e matariam mais de nós”.

O SOBREVIVENTE

No entanto, Dilson não escaparia da truculência da ditadura. Poucos dias depois da derrubada do Congresso de Ibiúna, participou junto com os amigos da FCM do Dia Estadual do Protesto, contra a prisão dos alunos. As marcas daquele dia permaneceram para sempre no seu corpo e em sua memória. Ele conta o terror vivido, quando uma das balas disparadas contra os estudantes atravessou-lhe o corpo e destruiu um dos seus rins.

“Fui jogado a uns seis metros. Senti como se algo me queimasse. Ninguém me ajudava, porque não estava sangrando, estava tendo uma hemorragia interna. Por sorte, veio uma colega e pisou em cima de mim, fazendo com que o sangue explodisse. Pisou casualmente e me salvou a vida. Estava morrendo ali. As pessoas pensavam que era uma crise de epilepsia, mas, na verdade, estava com uma hemorragia interna. Gritava e a sensação era a de que meu grito era muito alto. Era um grito de desespero, mas ninguém ouvia. Quando perceberam que estava baleado, carregaram-me. Por sorte, caí dentro do pátio da universidade.”

Após o socorro, o pânico não findou. No centro cirúrgico lotado de feridos, enfermeiras faziam a tri-

agem dos casos mais graves. “Percebi a fila de macas e ouvi quando disseram: ‘os mais graves vão para a direita, e os outros para a esquerda’. Quando me viraram para a direita, pensei: ‘meu deus, estou morrendo’. Eles dissearam a veia do meu braço a sangue frio, porque eu tinha acabado de almoçar, não podia ser anestesiado. Tinha que tirar todo aquele alimento”. Dilson até hoje tem voz rouca devido ao laringoscópio, que irritou sua garganta e traquéia.

Foram dias entre a vida e a morte. Os médicos demoraram a identificar qual parte do corpo fora atingida. O cirurgião responsável confidenciou a Advir que quase extirparam o rim menos atingido, sem saber que, dias depois, o outro teria que ser retirado. Havia poucas chances de sobrevivência.

“Acordei do coma 13 dias depois, com a barriga aberta, cheia de gelo. Não entendia nada. Estava com muita fome. Pegava o próprio gelo e começava a chupar”,

relembra. Só então Dilson teve conhecimento do que ocorrera.

Dias depois, O Ministro da Guerra Lyra Tavares, irmão do reitor João Lyra Filho, foi visitá-lo no hospital. “Estava jogando cartas e assim continuei, não quis cumprimentá-lo, não quis recebê-lo. O mal já estava feito”. Dilson ainda passou um longo tempo internado no Hospital Pedro Ernesto. Durante 75 dias tomou uma injeção de estreptomicina. Por causa do efeito colateral do remédio, hoje possui apenas 50% de audição bilateral.

Para a sua surpresa, ao pesquisar recentemente os arquivos do Dops, descobriu que estava registrado como vítima e não participante do movimento. “Pensei em processar o Estado, mas achei que em nome da democracia não seria correto. Acho que não vale a pena. Estaria me aproveitando do fato, como fizeram alguns. Sou grato ao Estado pela formação que me proporcionou e o repúdio por outro, pela repressão de que fui vítima”, resume.





ASSINADO OPELA DITADURA

Para muitos, a figura central dos episódios do dia 22 de outubro não foi Luiz Paulo, João Lopes Salgado ou qualquer outra vítima ou líder estudantil. Nos momentos que se seguiram ao ataque dos policiais, destacou-se a atuação de Américo Piquet Carneiro. Diretor da Faculdade de Ciências Médicas desde 1964, cargo que ocuparia até 1971, o docente é apontado pelos estudantes da época como o responsável por evitar que os agentes do Dops e da PM invadissem o hospital naquela madrugada. "Seria uma tragédia maior. Eles aguardavam uma ordem de invasão, que acabou não se concretizando por interferência do professor Piquet Carneiro", conta Fernando Pinto Bravo, estudante do segundo ano da FCM na época.

Religioso, professor com uma visão progressista da saúde e da política, Piquet Carneiro utilizou de seus contatos na Igreja Católica e com alguns políticos para impedir que o pior acontecesse. "Ele era um democrata, um homem muito respeitado", define João Andrade, calouro da FCM em 1968. A pediatra Edna da Cunha, que trabalhava no hospital no trágico dia, também relembra a intervenção decisiva do Diretor: "O professor Piquet Carneiro ficou revoltadíssimo e, no que pôde, protegeu os alunos", diz.

Dois jornais da época destacaram, nas edições do dia seguinte, a atuação do docente. O Diário de Notícias informou que Piquet Carneiro havia tentado retirar os policiais do local e que teria tranquilizado os estudantes, "permitindo a permanência na Faculdade, sob sua garantia". Segundo o Jornal dos Sports, o Diretor, após "entrar em entendimento com o chefe de policiamento", revelou estar "ao lado dos seus alunos e contra a repressão".

A corajosa declaração não surpreendeu os estudantes. Em outubro de 68, Piquet já era reconhecido quase como um deles. "Ele era amigo e protetor dos alunos", relembra Valter Duarte, que cursava o segundo ano de Medicina. Para

Evelyn Eisenstein, da turma de Valter, o Diretor era "uma pessoa extraordinária". "Foi o único que se posicionou", ressalta.

Dilson Pires, aluno do primeiro ano de Odontologia em 1968, lembra-se de Piquet "como um pai". Ferido gravemente durante a passeata, ficou mais de dois meses internado no hospital e perdeu um rim. Estudante de origem humilde, quando enfim recebeu alta, não tinha para onde ir. Nesse momento, a generosidade de Piquet manifestou-se. "Ele me acolheu dentro da universidade, me deixou morar na residência dos médicos", conta o dentista.

Aliado e protetor

Os laços do Diretor com a cúpula católica já haviam servido outras vezes para livrar os estudantes da violência militar. Segundo Luiz Roberto Tenório, presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas da Uerj (Casaf) em 1968, Piquet conseguia informações por meio da Igreja sobre pessoas que estavam ameaçadas e as repassava aos alunos, prevenindo-os. "Ele salvou vidas", diz o ex-estudante, antes de relembrar o caso do colega Cláudio Campos, calouro da FCM, torturado pelo DOI-Codi, que Piquet Carneiro exigiu examinar no Hospital Central do Exército. "A partir desse movimento, o Cláudio pas-

sou a ter uma assistência melhor e foi transferido para o Pedro Ernesto. Aqui foi tratado e está vivo e muito bem hoje", conta Tenório.

O cargo administrativo ocupado pelo docente, no entanto, impediu que ele saísse ileso perante as ações do movimento estudantil. Tenório recorda a dificuldade que teve ao pôr em prática a decisão da assembleia dos estudantes de trocar de roupa no gabinete de Piquet, em protesto pela construção do vestiário, em 67. "Eu era contra, mas perdi na assembleia. Foi lamentável porque era um professor muito aliado nosso, uma pessoa importante na luta de resistência", conta.

João Lopes Salgado, também diretor do Centro Acadêmico na época, lembra que a relação entre a direção e o movimento "tinha aspectos muito sentimentais". "Você tinha que lutar contra uma estrutura onde estava uma pessoa muito legal", lembra.

Salgado foi um dos que experimentou mais de perto a generosidade de Piquet. Em 1969, após ter participado do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick e já afastado da FCM, foi surpreendido pela notícia de que o Diretor havia mandado entregar ao militante a chave de seu consultório, em Copacabana. "Era uma pessoa que não me via há um ano e que eu havia até desrespeitado algumas vezes. Mas, era tão maravilhoso que disse 'entrega pra ele essa chave'", relembra Salgado. O jovem não chegou a recebê-la, mas a atitude de Piquet Carneiro nunca mais foi esquecida.

Muitos estudantes, com medo de serem presos e aguardando notícias dos demais amigos feridos, decidiram permanecer a madrugada no hospital. Jane Corona foi um deles. "Lembro-me de que fiquei sentada a noite todinha ali, na escada que vai para o Centro Cirúrgico. Eu, a Ângela, a Evelyn, todas nós sentadas, ainda assim, sem entender o que estava acontecendo. A noite foi passando e nós ali".

A essa altura, outras pessoas já haviam se juntado à resistência dos estudantes. Tenório infor-

ma que intelectuais e artistas foram até o local prestar solidariedade. Segundo o Diário de Notícias, às 20h, cerca de trezentos membros da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (Fuec), da Faculdade Nacional de Direito e da Universidade do Brasil (hoje UFRJ), "armados de pedras e paus", chegaram à faculdade "para ficarem de vigília até saberem se o colega Luiz Paulo sobreviveria".

O jornal reproduziu trecho do discurso de um dos alunos: "Eles traçaram o caminho da violên-

PIQUET CARNEIRO: UM ALIADO



“O revólver sempre foi a maneira mais fácil de se fazer respeitado, s Às 13h30 os estudantes entraram em luta corporal com um agente. Sem A luta prosseguiu, já agora com a intervenção de alguns moderados. Ma estudante Luiz Paulo com tiro certeiro no fronte de onde l

Em outubro de 1968, dois meses antes da promulgação do Ato Institucional nº 5, a imprensa brasileira ainda vivia um período de relativa autonomia editorial. Apesar da vigência da Lei de Imprensa desde fevereiro de 1967, os chamados “abusos da liberdade de informar” passaram a ser perseguidos com maior rigor apenas em 1969, após o AI-5 e a Lei de Segurança Nacional.

As redações, àquela época, não eram obrigadas a conviver com a tenebrosa figura do censor e, em geral, não eram surpreendidas por bilhetinhos ou telefonemas comunicando os assuntos cuja abordagem estava proibida.

A leitura dos jornais que noticiaram o trágico dia 22 de outubro revela, no entanto, uma imprensa, em boa parte, já insatisfeita com os métodos truculentos da ditadura militar. Passada a euforia adesista de 1964, quando as empresas jornalísticas comemoraram o “retorno da democracia” e a “derrota da ameaça comunista”, periódicos como a Tribuna da Imprensa, o Diário de Notícias, o Jornal do Commercio e o Jornal dos Sports não evitavam palavras como “assalto”, “ataque”, “terror” e “massacre”, em referência à ação dos agentes do Dops na FCM.

A principal exceção entre as publicações pesquisadas é o jornal O Globo. Nesse periódico, um editorial no dia seguinte ao assassinato de Luiz Paulo tenta justificar a ação da ditadura. “Em QUALQUER REGIME, autores de desordem à porta de uma casa de saúde teriam de ser castigados”, diz o texto intitulado “Ódio importado”.

Tragédia anunciada

Se falhassem os agentes infiltrados nas organizações estudantis do estado, os oficiais da ditadura não teriam dificuldades em saber onde e como seriam as manifestações do “Dia Estadual do Protesto”. As atividades planejadas pelos estudantes foram amplamente noticiadas pela mídia impressa da época. Alguns jornais de 22 de outubro publicaram os atos que seriam realizados por cada uma das principais universidades da Guanabara. A intenção dos alunos das Ci-

ências Médicas de levar à rua uma estátua do PM foi destacada.

No esportivo Jornal dos Sports, que fez uma cobertura diária dos episódios da FCM, a coluna “Escolar” anunciou o dia do protesto sem eufemismos: “Estudante vai às ruas contra repressão”. A programação do dia do protesto foi detalhada: “O Centro de manifestações na Zona Norte será a FCM da UEG (...). Os estudantes vão realizar debates durante todo o dia de forma que não prejudiquem as aulas e provas. Às 11h, vão inaugurar uma ‘estátua da liberdade Brasil – 68’, de 6 m de altura, simbolizada por um policial com uma metralhadora e um cassete nas mãos”.

Mataram outro estudante

No dia seguinte, o assassinato de Luiz Paulo foi noticiado nas primeiras páginas dos jornais cariocas. Fotografias da luta corporal que envolveu os estudantes e a polícia, além de flagrantes dos agentes do Dops atirando à queima-roupa, estiveram na capa dos principais periódicos da capital.

A Tribuna da Imprensa publicou manchete enérgica e corajosa: “Ter-

ror e massacre na guerra aos estudantes”. O jornal foi o único a relacionar a morte do jovem com os demais crimes cometidos pela ditadura: “Luiz Paulo da Cruz Nunes é o terceiro estudante morto pela polícia da Guanabara a partir de março deste ano, quando foi assassinado o jovem Edson Luis Lima Souto. Há outras vítimas no calendário do terror, algumas misteriosamente desapa-



COMO A IMPRENSA CONTOU

sobretudo quando o direito da força sobrepõe-se à força do direito. Quando perceberem, a morte vestindo japonsa se aproximava de arma na mão. Mas era tarde demais – o agente do Dops, encarnando a morte, eliminou o que brotavam idéias de liberdade” (Tribuna da Imprensa, 23/10/1968)



recidas e outras com a vida mutilada”.

O Jornal do Commercio chamou de “assalto” e “ataque militar” a ação da PM e do Dops no Hospital Pedro Ernesto. No Diário de Notícias, o assassino do aluno foi identificado numa das quatro fotografias publicadas na capa da edição, em que a legenda dizia: “O revólver não sai das mãos dos agentes do Dops, desde o momento inicial. Foi este o

autor do disparo que acabou com a vida do estudante Luiz Paulo”. Na página interna, outro oficial da ditadura é apresentado pelo nome, estado civil, idade e até mesmo endereço. Segundo o jornal, ele foi “um dos responsáveis pelo massacre, pois atirou à queima-roupa nos estudantes”.

O Globo destoa

O jornal O Globo, no entanto, fez um relato diferente do que se passou naquele dia na Avenida 28 de setembro. A leitura da edição de 23 de outubro do periódico esclarece por que estudantes decidiram apedrejar a sede do jornal na passeata realizada no mesmo dia.

Diferentemente dos jornais O Dia e Jornal do Brasil, que buscaram uma linguagem objetiva, e, principalmente, do Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal do Commercio, Jornal dos Sports e Tribuna da Imprensa, que optaram por um discurso pró-estudantes, O Globo tentou, a todo momento, dar razão ao ataque militar.

No editorial publicado na capa da edição do dia 23, o jornal defende que “quem perturba a vida de um hospital terá que ser apoliticamente reprimido”. Para O Globo, são os estudantes os criminosos: “Foi o que doze policiais tentaram fazer. Foram, porém, agredidos por mais de duas centenas de agitadores que haviam recebido instruções de seus líderes para agirem com violência”. O texto segue, utilizando expressões como “arruaças”, “baderna”, “teatro de agitações”, “fúria de baderneiros”, “bárbaros” e “cruéis grupos de assalto”, todas em referência aos alunos.

A pior insinuação, no entanto, veio no editorial do dia 24 de outubro, também publicado na capa, sob o título “Inverdades”. O texto, argumentando que é a “esquerda radical a principal protagonista da baderna”, sugere a ligação dos próprios estudantes da FCM com a morte de Luiz Paulo. Diz o trecho: “Anteontem tombou diante do Hospital Pedro Ernesto um estudante democrata. Convém recordar que os estudantes haviam tomado as armas dos policiais enviados para pôr fim à mazorca”.

Para opinar sobre a ofensiva dos alunos contra sua sede, O Globo recorreu a duas figuras públicas do estado da Guanabara: o general Luis de França Oliveira, Secretário de Segurança e ex-diretor da polícia política do estado, e o cardeal-arcebispo Dom Jaime de Barros Câmara, reconhecido representante da direita católica. Bem ao gosto do jornal, o secretário declarou não ter “dúvidas de que os movimentos estudantis que estão perturbando a vida da cidade são dirigidos por agitadores profissionais”. Segundo ele, seriam “levados à cadeia sem qualquer contemplação”.

Dom Jaime disse “lamentar profundamente essas ameaças estudantis àqueles que defendem as causas democráticas”. Segundo o jornal, o religioso “dirigiu sua palavra de encorajamento à direção de O Globo, exortando-a a que continue a perpetuar tudo aquilo que visa ao bem da humanidade”.

cia e nós os seguiremos. Se eles querem violência, responderemos à violência com mais violência. O sangue dos nossos companheiros não será derramado em vão”.

Luto

Na manhã seguinte, a morte de Luiz Paulo já era de conhecimento dos estudantes da Guanabara. Logo no início da manhã, outras centenas de jovens começaram a chegar ao hospital para dar apoio aos colegas da Medicina. Evelyn conta que, a partir daquele momento, lideranças estudantis passaram a organizar o protesto. Segundo o *Jornal dos Sports*, às 10h30, duas mil pessoas já se concentravam em frente ao Pedro Ernesto. Entre elas, representantes da igreja e de movimentos sociais. Faixas pretas, em sinal de luto, foram estendidas na fachada do prédio. A intenção dos jovens era permanecer ali até as 13h, quando saíam em passeata até o Cemitério do Caju, onde o colega seria enterrado.

Evelyn conseguiu. Com outros poucos alunos, acompanhou o enterro. “Foi uma coisa horrível. A família, todo mundo chorando”. Por decisão dos pais de Luiz Paulo, o sepultamento foi realizado cerca de uma hora e meia antes do previsto. Quando a estudante voltou do Caju, seus companheiros, sem saber da antecipação, já realizavam uma passeata.

Às 13h, os estudantes saíram do hospital. Usavam uma tarja negra em torno do braço, em sinal de luto, e conduziam faixas com dizeres como “Luto da Ciências Médicas”, “Faculdade de Letras contra a repressão”, “Mais um colega morto pela ditadura”, “A repressão da ditadura não acabará com o movimento estudantil”, “A ditadura mata estudante à bala e o povo de fome”. Segun-



Carlos Alberto Muniz, presidente da União Metropolitana dos Estudantes, discursa em protesto contra o assassinato de Luiz Paulo. Revista Fatos e Fotos.



Munidos de faixas e paus, os estudantes marcharam para o cemitério do Caju, ainda sem saber que o enterro já fora realizado. Revista Fatos e Fotos





do os jornais, havia entre três e quatro mil manifestantes.

Evelyn alcançou o grupo já na Praça da Bandeira e só então pôde dar a notícia. “Eu só me lembro disso: eu correndo pela São Francisco Xavier para pegar a passeata e avisar que não seguissem adiante porque mais pessoas poderiam morrer. As pessoas diziam ‘Pára, Evelyn, pára’, e eu falava ‘Não! Eu vou chegar lá na frente’”.

Quando alcançou os líderes, deu a notícia: “Não adianta mais. Ele já está enterrado, acabei de vir, ele está no Caju. Acabou!”. Com a intervenção da colega, os estudantes da FCM resolveram encerrar a passeata.

Outros, porém, não aceitaram parar e decidiram seguir para o Centro da cidade. Segundo o jornal O Dia, eram 15h05 quando, no cruzamento da rua de Santana com a Avenida Presidente Vargas, os jovens ouviram as sirenes das viaturas da polícia. O embate transformou a Praça XI numa praça de guerra. Estudantes lutaram com paus, pedras e rojões, enquanto a polícia atirava. Parte dos manifestantes resolveu, ainda, apedrejar a sede do jornal O Globo, próxima ao local dos conflitos. Foram mortos dois trabalhadores que não participavam da manifestação. Um deles, atingido por um tiro enquanto assistia ao choque da janela do escritório onde trabalhava.

A hora da história

Os trágicos acontecimentos colocaram os alunos da FCM – muitos pela primeira vez – em contato com aquela que é a principal adversária dos médicos: a morte. Representantes de uma época em que assassinatos a tiros e balas perdidas não eram tão costumeiros quanto nos dias de hoje, os jovens estudantes tiveram dificuldades

para superar o trauma causado pelo assassinato do amigo.

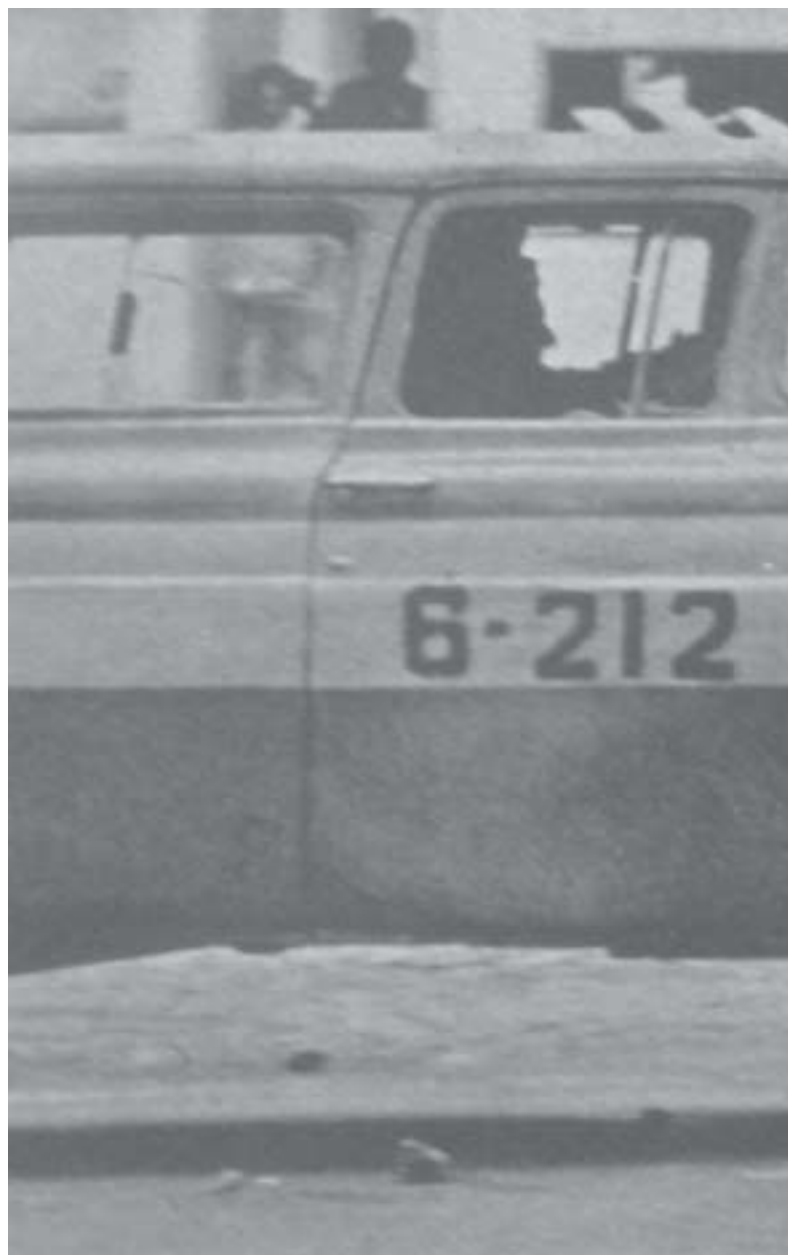
De forma ainda mais cruel, descobriram-se mergulhados em um sistema capaz de tudo para permanecer no poder. “Foi muito chocante. Não tínhamos ainda tomado consciência de que um ato estudantil, uma simples passeata, poderia causar aquilo”, lembra Jane Corona. Para Valter Duarte, a “brutalidade” conhecida naquele 22 de outubro marcou de forma definitiva a turma, a faculdade e até mesmo a história da UEG. “Não passava pela nossa cabeça uma repressão tão violenta”, constata.

Entre os estudantes, a constatação de que não havia limites para o regime levou a uma encruzilhada. Sem mais espaço para a luta aberta contra a ditadura, restavam poucos caminhos que não o da clandestinidade. Esta foi a opção do psiquiatra Adail Ivan Lemos após aquele dia. Herdeiro de uma família de políticos gaúchos, Adail apostava na negociação dentro e fora da Faculdade de Ciências Médicas. O trágico desfecho do dia do protesto fez com que mudasse de idéia e transformou a sua vida. Estudante aplicado, que até então ambicionava tornar-se médico cirurgião, abandonou a faculdade e ingressou na luta armada pouco tempo depois. “Naquele dia percebi que não havia muita escolha”, afirma.

Não foram poucos a fazer a mesma avaliação. Mesmo estando em pauta desde o golpe de 64, a reação armada ganhou mais adeptos a partir do episódio. Luiz Tenório recorda-se de uma reunião de estudantes dias depois, na qual a maior parte dos presentes expressava incertezas quanto ao futuro do movimento. “Começou-se a discutir abertamente formas mais avançadas de luta, que, ao final, apelidou-se luta armada”.

Quarenta anos depois, a memória daquele dia

é dolorosa demais para alguns. Dilson Pires, que traz no corpo as marcas dos acontecimentos, tenta expulsá-las da lembrança. “Não gosto, me faz mal”, emociona-se. Para João Lopes Salgado, é algo difícil de superar: “Penso se aquilo não poderia ter sido evitado, se poderia ter sido um de



nós que estava à frente do movimento. Do fundo da minha alma, é isso, eu tenho essa sensação. Ele não devia ter morrido”.

Se os chavões devem ser evitados, alguns são inescapáveis. A memória de Luiz Paulo e do dia da sua morte não se esvaeceu para seus cole-

gas. “Foi um tiro que matou o Luiz e matou um pouquinho todos nós. Por outro lado, nos uniu. A gente se reencontra até hoje. A cada dois ou cinco anos. A Turma está morrendo, quase 10% já se foi. Então, está na hora da gente contar esta história”, sintetiza Evelyn Eisenstein.





Quem foi, e ainda é, Luiz Paulo

De cara, ele se destacou na turma. Não pelo fato de ser alto, forte e bonito, mas por ser companheiro, qualidade que ficou muito clara desde os primeiros papos, as primeiras festas, os primeiros grupos de estudo, as primeiras dificuldades. Bem humorado, achava graça em tudo e em todos, vendo em cada colega de turma alguém que lhe dava alegria, fosse pelo jeito de ser, pelas coisas que dizia, fosse pelo que fosse. Não tinha raiva nem inveja de ninguém. Era confiante, calmo, paciente, seguro.

Não era alguém que pudessem chamar de alienado. Participou de passeatas em 1967 e talvez participasse em 1968 se não se apaixonasse pela namorada como se apaixonou. Foi o que fez com que desse mais atenção à monitoria de Patologia e à vida de estudante ao lado

dela do que a qualquer outra coisa, embora quisesse saber de tudo que acontecia. Virou um *jovem sério* sem deixar de ser aquele carioca típico: respeitoso, porém independente, irreverente, brincalhão, gozador e iconoclasta. Não foi daqueles que se ferraram no primeiro ano da faculdade ficando em segunda época ou em dependência, mas se identificou com a auto-gozação generalizada entre os que fundaram o FUCEME, instituição matriz da existência solidária da turma.

Era o beque central do time; jogava bem. Não era violento. Ironia lembrar que num jogo salvou um gol de cabeça em cima da linha. Logo de cabeça. Não era calado e por isso sua voz sonora e ligeiramente rouca talvez esteja na memória de todos que a ouviram, bem como aque-

la gargalhada solta, desinibida. Quem ouviu quando abriram a porta do vestiário lá no Confiança e veio aquele bafo tenebroso não esquece: -"Nossa, que fedor de homem!". Como também não esquece quem ouviu a gargalhada que ele deu, repetindo a pergunta que ficou célebre: "-Vai lá hoje?". Aliás, ele adorava quem fez essa pergunta, porque era para ele uma pessoa inimaginável, alguém que se não existisse tinha de ser inventado.

Não era dançarino, cantor afinado ou mesmo iniciado em música. Apesar disso, tinha começado a entrar em contato com as músicas de Noel Rosa e ficara admirador perplexo. Enraizado em Vila Isabel, ficava orgulhoso quando alguém falava dele. Gostava muito do





fotos | **(parte superior)** Todas as fotos são de Luiz Paulo no terceiro ano científico do Colégio São Bento, em 1965.

(embaixo) Luiz Paulo na UEG (antiga Universidade do Estado da Guanabara, atual Uerj), em 1967 ou 1968.



Chico Buarque, ainda mais porque, como ele, torcia pelo Fluminense. Nada disso, porém, passaria de acompanhamento para uma vida profissional mais do que anunciada: a de médico pesquisador, professor de cadeira básica da faculdade, de presença constante em seus laboratórios, que começara naquele ano em que, dias depois de completar 21 anos, saiu da biblioteca, conversou com algumas colegas de turma e foi ao boulevard, onde chegou altivo e risonho, para ver uma manifestação estudantil pacífica e bem humorada.

Tiros e mais tiros na direção dos estudantes, gritos, correria, bombas de gás lacrimogênio jogadas no segundo andar do hospital, dentro de enfermarias, e ele caído na calçada interna, de costas, com a cabeça atingi-

da para trás, os olhos vidrados, sem qualquer movimento daquele corpo tão forte que ainda levaria umas oito horas para se entregar de vez. Como, definitivamente feridos, não querem se entregar seus amigos da turma que adota o seu nome; como, enquanto viveram, seus pais não se entregaram; como não se entregaram seus irmãos para que o governo os indenizasse moralmente, mesmo que a quantia paga não significasse mais do que a confissão da estupidez política, que se quer esquecida, anistiada, mas volta por aí a todo instante, como não voltam jamais as suas vítimas.

Quarenta anos depois, Luiz Paulo ainda é aquele jovem que a ditadura não deixou envelhecer. É a juventude que volta em nós na saudade interminável que não desaprendeu de sorrir, de resistir, e deixa cair, discretamente, uma lágrima.

Texto de **Valter Duarte** (Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Uerj, Valter foi aluno da Faculdade de Ciências Médicas de 1967 a 1973. Em 1968, estudava na mesma sala de Luiz Paulo).

DE LUIZ A LUIZ: SETE MESES QUE

Calabouço, 28 de março de 1968, durante uma manifestação pela reabertura do restaurante estudantil, a polícia mata a tiros o secundarista Edson Luiz de Lima Souto. O assassinato marca o início do ano mais turbulento da história recente do país. Período em que o movimento estudantil protagonizou uma intensa mobilização aberta contra a ditadura militar, que tomara de assalto o governo dois anos antes.

Na Guanabara, onde tudo começou, os periódicos anunciaram o surgimento de uma verdadeira rebelião estudantil. Passeatas, comícios relâmpagos e protestos ruidosos incendiaram a recém-destituída Capital Federal. Um transe marcado pela morte. A de Edson, que acendera o pavio, e a de Luiz Paulo da Cruz Nunes, que sete meses depois, o apagou. O que restou foi o

versidade do Estado do Rio de Janeiro, o movimento se concentrou na Faculdade de Ciências Médicas, na qual os alunos iniciam o período sob o impacto da morte de Edson Luiz. Muitos, de pronto, engajaram-se na série de protestos que se seguiram ao assassinato. No entanto, foi o debate sobre a formação médica e seu papel na transformação da sociedade que mobilizou a maior parte dos alunos naquele ano.

O embrião

As investidas das grandes corporações americanas contra o sistema de ensino brasileiro acirraram-se após o golpe. Influente desde os anos cinquenta, a aproximação ao modelo norte-americano é formalizada pela ditadura no convênio estabelecido entre o MEC e a

Entre um Luiz e outro, experimentou-se uma singular intervenção estudantil na vida pública do país. Movimento que varria o mundo.

silêncio, concretizado, ao fim daquele ano, no Ato Institucional nº5.

Na Guanabara, onde tudo começa

Entre um Luiz e outro, experimentou-se uma singular intervenção estudantil na vida pública do país. Movimento que, por sinal, varria o mundo. A estrutura social e familiar; a produção, transmissão e utilização do conhecimento; a criação, a função e a fruição artística: tudo o que se tinha por estabelecido tornara-se alvo de contestação. "A juventude estava se projetando como instrumento de transformação. A luta não era só contra a ausência de democracia, mas pela criação de outros valores. Era a fase embrionária de alguns movimentos históricos: o feminismo, a luta contra o preconceito em relação ao negro e em relação ao homossexual", define Luiz Tenório, presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas da UEG, na gestão 64/66.

Na Universidade Estadual da Guanabara, futura Uni-

United States Agency for International Development. O acordo, que ficou conhecido como MEC/Usaid, propunha a administração das universidades por fundações privadas, como conta Tenório: "A concepção era a de uma universidade com a finalidade precípua de formar profissionais para o mercado de trabalho. Completamente dentro dos interesses dos grandes empresários e banqueiros". Datam daí, 1965, as primeiras passeatas estudantis ocorridas depois do golpe.

À luta contra o acordo são acrescidas outras: anteriores, como a que reivindicava ampliação da representação estudantil nos fóruns universitários; e, posteriores, como a contrária à Lei Suplicy (67), que tentava submeter às administrações acadêmicas os órgãos de representação estudantil.

Em 66, o Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas Sir Alexander Fleming, então chamado Casaf-Livre (autônomo em relação à Lei Suplicy), colocou-se ao lado da direção da unidade, quando esta se negou a acatar a proposta do governo de admis-

INCENDIARAM A GUANABARA

são de um excedente de candidatos não-classificados no vestibular. Mesmo após ser pressionado por um alto dirigente do MEC, o diretor em exercício, Paulo de Carvalho, manteve a recusa. A represália veio por meio de corte de verbas, como relata Fábio Daflon, em "Título Provisório – O movimento estudantil nas Ciências Médicas".

Para os alunos, a questão era posta não mais como uma mobilização imediatista, e sim como uma luta pela reforma universitária. Em discurso durante a colação de grau da turma de 66, citado por Daflon, o professor Arnoldo Flávio da Rocha e Silva saudou a mobilização estudantil: "Vós tereis orgulho de dizer que pertenceis à classe que sustentou uma luta tão desigual e pôde desmascarar os coveiros da autonomia universitária."

O debate evolui, no ano seguinte, para a proposição de uma mudança no currículo e na metodologia de ensino da Ciências Médicas. A discussão é recuperada por Tenório: "O currículo era totalmente dissociado da realidade epidemiológica de mortalidade do país. Aprendíamos dentro da universidade coisas que não íamos ver pelo resto da vida e deixávamos de aprender o bê-á-bá da medicina e da saúde pública".

Em 1967, uma comissão formada por estudantes se reúne durante todo o ano para discutir o tema. Nas férias, elaboram um documento que é apresentado no início do período letivo, em março de 68.

A greve

Divulgado mão a mão e em grandes murais, como informa Daflon, o texto, que expressava as prerrogativas sob as quais os estudantes pretendiam encaminhar a reforma curricular, arrolava duras críticas ao modelo vigente. Dentre elas, a de que "o ensino superior no Brasil" definia-se "como um meio atraente de promoção individual, sem qualquer vínculo ou compromisso direto e imediato com o crescimento global da comunidade". E, mais, a formação médica estava "caracterizada pelo espírito competitivo, pela irresponsabilidade frente aos problemas da socieda-

de"; denunciava-se a "supervalorização da medicina de 'alta qualidade' levando à desvalorização da medicina voltada para a realidade".

Catalisando a insatisfação estudantil, o Casaf tentou articular a reestruturação do currículo, por meio de comissões paritárias de professores e alunos. A irredutibilidade das instâncias acadêmicas à reivindicação estudantil deflagrou, em agosto, uma greve de presenças e provas, que durou mais de noventa dias.

Durante a greve ocorrem assembléias memoráveis. Os alunos, que assistiam às aulas sem responderem à chamada ou realizarem os exames, eram convocados quase que diariamente a se reunirem no refeitório ou no pátio da Faculdade. "Havia dias em que tínhamos duas assembléias, e a participação era maciça", afirma Jane Corona, primeira secretária do Casaf na gestão que se iniciou em agosto de 68. Participavam, em média, de trezentos a quatrocentos alunos, segundo a estimativa de vários entrevistados.

Da crise no Congresso Nacional à Primavera de Praga, tudo era tema para intermináveis discussões. "No dia em que as pessoas receberam a notícia da invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética, houve uma proposta de que se queimasse, em protesto, a bandeira dos invasores. Alguém retrucou com o argumento de que se deveria também queimar a bandeira americana. Foi uma confusão e, por fim, não se queimou bandeira nenhuma", conta Valter Duarte.

Voluntarismo à parte, a disputa política se expressava nos inflamados discursos das assembléias. "Existia uma oposição de direita, articulada, que competia conosco. Havia muita tensão. Eram assembléias intensas", recorda-se João Andrade, tesoureiro da gestão 68 do Casaf. A exemplo do que ocorria em outros centros acadêmicos e DCEs, a disputa pela direção do Casaf travava-se, mesmo antes do golpe, entre grupos de coalizão progressistas, a "Unidade Estudantil", e grupos direitistas de inspiração lacerdista, cujo nome foi mudado, após o golpe, de "Ordem e Progresso" para Movimento de Renovação Universitária. Seu lema era "estudante é para estudar". Para um dos seus líderes, Carlos Alberto da Silva, citado por Daflon, "o

movimento estudantil vinha sendo insistentemente usado como forma de desagregação social, em uma concepção nova das lutas de classe, que beneficiariam a implantação de um regime totalitário.”

O golpe também acirra as diferenças dentro da coalizão de esquerda. Tenório lembra que outros líderes estudantis eram, como ele, integrantes do PCB e criticavam a posição do partido perante a ditadura. “Em 67, houve um racha. Eu e outros, como o Andrade, tínhamos uma visão de que o PCB havia se acomodado: não se preparara para enfrentar o golpe e condenava o radicalismo contra a ditadura. Isso provocou uma luta interna dentro do partido e a saída de um grande contingente de líderes estudantis. Alguns se desligaram e nada fizeram, outros fundaram uma nova organização clandestina, a Dissidência da Guanabara, ou, simplesmente, a DI. A gestão que assumiu o Casaf, em 68, durante a greve de presenças e provas, além de Andrade, tinha na presidência João Lopes Salgado, que não passara pelo partidão, mas tornara-se um dos principais membros da Dissidência. “Dentro do Diretório Acadêmico, tínhamos pelo menos duas ou três organizações distintas, com visões diferentes do processo político e de como intervir nele”, lembra Andrade.

No entanto, a massa presente nas assembleias estava alheia às disputas. Jane Corona, que fora convidada a ser a integrante feminina da chapa que assumiu o Casaf em 68, admite a sua inexperiência naquele momento. “Não sabia nada de política, não tinha idéia do que era diretório acadêmico. Sempre achei que fosse alguma coisa relacionada a uma representação do estudante junto à faculdade, junto à universidade”. Foi a luta contra o acordo MEC/Usaid e a busca de uma maior participação dos estudantes nos fóruns de deliberação que a aproximaram do Centro Acadêmico, recorda.

Andrade atribui à coadunação de uma pauta interna com a externa o êxito da mobilização estudantil na FCM, naquele momento. “Aproveitávamos esse processo rico de discussão interna, nas assembleias, para denunciar a ditadura, a censura, a repressão política; mostrar que vivíamos nada mais do que o reflexo daquilo que cercava a universidade. Éramos bem articu-

lados nesse sentido, por isso nos tornamos uma das mais fortes expressões do movimento estudantil no Rio de Janeiro.”

A mobilização crescente atrai, em 68, uma grande massa estudantil na FCM. Fernando Pinto Bravo, então no segundo ano do curso médico, relembra como foi contagiado: “Não tinha a menor vinculação com o movimento estudantil. Mas, aos poucos, mesmo não sendo um militante ativo, fui me envolvendo nos acontecimentos. Comecei a participar de passeatas, joguei bola de gude nas cavalarias, corri da polícia. Tinha um sentimento de raiva em relação ao que estava acontecendo.”

O movimento, que nos anos anteriores se mantinha pela perseverança de algumas lideranças, agrega, então, uma participação menos orgânica, mas igualmente participativa, como a de Dilson Pires. Estudante do curso de Odontologia da UEG, foi capturado pelo clima efervescente da Faculdade de Ciências Médicas: “Eu era um ativista anônimo, fazia distribuição de panfletos, participava das marchas, de todas as manifestações. Tudo aquilo me tocava fundo”.

O contágio não excluía uma grande parcela de paixão juvenil. Para muitos que começaram ali a experimentar seu poder de ação no mundo adulto, as manifestações representavam uma grande aventura. Valter Duarte descreve este espírito: “era uma alegria, mesmo nos momentos de conflito. Apedrejar um carro da polícia, jogar bolas de gudes para os cavalos da PM escorregarem.” Um movimento que, para ele, dispensava organização: “Houve, por nossa parte, uma frustração na passeata dos cem mil. Fecharam o comércio para que ela fosse pacífica, foi um feriado na cidade. Todo mundo caminhando e um monte de líderes comandando: ‘segura aí, não avança’; como se aquilo fosse um desfile de escola de samba. Uma ala não podia ficar longe da outra, cantava-se tudo em ritmo igual. Muita gente que nunca tinha visto na vida, achando-se dona da verdade, fazendo cara feia, de seriedade. Saudei com muita alegria a volta da porrada, do gás lacrimogênio, da espontaneidade.”

O espírito de aventura, porém, não excluía, por com-

pleto, táticas de combate. Na UEG, um grupo de estudantes constituiu um núcleo de segurança articulado a diretórios acadêmicos de outras universidades. O estudante de Ciências Biológicas, Renato Cordeiro, era o coordenador local: "Quando tínhamos passeatas na cidade, reuniamo-nos e fazíamos o planejamento. Íamos muito a Madureira, Cascadura. Saíamos de carro, estudávamos o local antes de fazer a manifestação. Tinham que ser curtas, cinco minutos era uma eternidade. A meta era panfletar, denunciar os crimes da ditadura, e sair rapidamente", conta. O grupo também era responsável por retirar os líderes dos locais

No dia 8 de agosto de 1968, em reunião do Conselho Departamental, o então presidente do Casaf, Gilberto Hauagen comunica a realização das eleições para a nova diretoria do Centro Acadêmico e denuncia ter ficado dois dias detido, junto com dois colegas, no final de semana anterior. Motivo: a publicação em "O Plantão" - órgão oficial do Casaf - de um artigo contra as forças armadas. Uma Comissão de Inquérito fora criada no Dops para apurar o fato e exigia a revelação do autor do texto. Caso contrário, toda a diretoria do Casaf seria enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Dois meses depois, durante o ato promovido pelo

Em 1968, a Faculdade de Ciências Médicas transformou-se em referência para o movimento estudantil na Guanabara.

de manifestação, antes da chegada polícia.

A formação política também não escapava à paixão juvenil, como avalia Valter Duarte. "A literatura na época era fragilíssima. Colocava-se uma fé muito grande em um material pobre. Deduzia-se daquilo muita autoridade, muitas certezas. As pessoas pareciam estar descobrindo o caminho correto da história, da revolução. Sem maiores questionamentos. Daí, porque houve um engajamento muito esperançoso. Só se sabia uma coisa: que não se queria o que estava ali. O que afinal não era um erro."

Na UEG, onde tudo acabou

Em 1968, a Faculdade de Ciências Médicas transformou-se em referência para o movimento estudantil na Guanabara. Com a ditadura agindo firmemente contra as lideranças e núcleos mais tradicionais de organização estudantil, como o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ, a greve dos estudantes da FCM tornara-se a instância mais avançada de luta no Estado. Fato que não passou despercebido, também, pelos órgãos de repressão do Estado.

Casaf, a polícia fere sete estudantes e mata Luiz Paulo da Cruz Nunes, um dos milhares de anônimos que deram corpo e voz àquele manifesto juvenil contra a ditadura. Sua morte trouxe junto com a dor dos seus amigos a certeza de que o sonho tinha acabado. Começava ali o grande pesadelo.

Segundo Andrade, "o episódio foi utilizado (pelos radicais de direita) para convencer os setores mais moderados do regime de que era necessário endurecer. Sem sabermos, estávamos nos prestando a esse tipo de jogo político que se passava dentro da própria ditadura", acredita. Do outro lado, afirma, "muitos optaram pela clandestinidade e, aí, já dentro das suas organizações políticas, organizaram o combate armado, como foi o caso do Salgado".

Quarenta anos depois, Valter Duarte avalia o legado daquele ano. Para ele, "1968 não é memorável pelo que se conquistou, mas pelo que representou como vontade de vida. Muita gente querendo se manifestar e existir. No final acabaram vítimas do que era mais forte, o governo, que jogou o AI-5 em cima daquilo tudo, interrompendo a história. De maneira alguma, algo que desmerecesse o que havia acontecido antes", define.



“Luiz Paulo! Luiz Paulo! Luiz Paulo!”. O nome do jovem assassinado ecoou, quatro anos depois, por todo o Teatro Municipal. No palco, 130 formandos chamavam pelo colega, que não fosse pela violência da ditadura militar, estaria ali, junto deles, celebrando o término dos cinco anos de graduação do curso de Ciências Médicas.

Para Valter Duarte, que não mais pertencia aquela turma, foi “um dos atos mais bonitos realizados contra a ditadura”. O coro estudantil foi em resposta ao descumprimento de um acordo feito entre os formandos e a Direção da FCM para a realização da cerimônia.

Impedidos pelo diretor da Faculdade, Jayme Landmann, de terem como patrono o amigo morto Luiz Paulo da Cruz Nunes, os jovens aceitaram o nome de Albert Schwartz apenas *pro forma*. Combinaram, no entanto, que o patrono imposto não seria mencionado durante a solenidade.


A cerimônia

Em dezembro de 1972, os formandos subiram ao palco do Teatro Municipal sob forte tensão. O clima piorou após o anúncio da presença da mãe de Luiz Paulo na platéia. Segundo Fernando Pinto Bravo,



A FORMATURA QUE NÃO ACABOU

Todo mundo levantando, batendo com o pé no chão, uma gritaria ensurdecadora: 'O nome da turma é Luiz Paulo! Luiz Paulo! Luiz Paulo!'



Landmann teria avisado: "A família de um aluno que faleceu durante o curso médico vai oferecer um presente e vai ser lida uma carta". Indignado, um dos alunos retrucou: "Ele não faleceu, ele foi falecido!".

Apesar de visivelmente irritado, o diretor deu prosseguimento à cerimônia. Foi chamada à frente a aluna Telma Pereira, oradora da turma. O discurso escrito por ela havia sido previamente censurado. Segundo Fábio Daflon, no livro "Título provisório", a intenção da oradora era ler o necrológio escrito pelo reitor João Lyra Filho na época do assassinato de Luiz Paulo. Para Landmann, no entanto, "o discurso deveria ter um caráter afetivo, excluindo o necrológio feito pelo reitor".

Telma, então, diante do teatro lotado, apenas simulou a leitura do texto, permanecendo em silêncio. "Ela só mexeu as páginas e não falou nada", lembra Evelyn Eisenstein. Antes de voltar ao seu lugar afirmou: "Era isso o que poderíamos dizer".

Em resposta ao discurso não-dito Landmann anunciou: "Vamos dar início ao juramento da Turma Alberto Schwartz". "A partir daí, tudo começou", relata Bravo. "Todo mundo levantando, batendo com o pé no chão, uma gritaria ensurdecadora: 'O nome da turma é Luiz Paulo! Luiz Paulo! Luiz Paulo!'".

Para interromper a manifestação, o diretor comuni-

cou no microfone o fim da cerimônia. Abaixaram-se as cortinas.

Represália

A homenagem póstuma custou aos alunos um atraso de cerca de três meses na colação de grau. Tempo suficiente para que muitos, sem poder comprovar a formação, perdessem prazos para inscrição em concursos, vagas em residências e empregos em clínicas. "Naquele momento, nós não éramos nada. Não éramos mais nem alunos nem médicos", define Bravo.

Segundo o médico, a colação de grau passou a ser utilizada por Jayme Landmann como peça de barganha para descobrir os responsáveis pela manifestação. "Ele começou a fazer chantagens do tipo: 'se você não disser, você não vai se formar'". Ninguém cedeu à pressão.

Em fevereiro de 1973, a turma foi dividida em grupos de dez alunos e cada grupo foi obrigado a prestar o juramento em um dia diferente, no gabinete de Landmann. Evelyn lembra que na sala, além do diretor e dos formandos, haviam sempre duas ou três figuras desconhecidas deles. "A gente não sabe até hoje se quem estava lá não era polícia, ditadura. Eles, inclusive, filmavam e fotografavam a gente".

Publicamos como registro histórico o discurso da oradora da Turma Luiz Paulo, que seria lido na cerimônia de formatura, em dezembro de 1972. O texto foi censurado dias antes pelo diretor da FCM, Jayme Landmann. Segundo alguns, **ele cumpria ordens expressas do Dops.**

Magnífico Reitor da Universidade do Estado da Guanabara
Prof. Oscar Accioly Tenório
Exmo. Sr. Diretor do Centro Biomédico
Prof. Américo Piquet Carneiro
Exmo. Sr. Diretor da Faculdade de Ciências Médicas da U.E.G.
Prof. Jayme Landmann
Queridos homenageados
Autoridades presentes
Caros mestres
Queridos pais
Colegas

Hoje é dia de festa! Dia de festa nacional! Estão se formando neste momento 130 médicos. Diante das necessidades do país e da complexidade dos problemas de saúde, este número impede o desertor; a desistência de cada um será crime contra o povo e a saúde. Éramos cerca de quatro mil no vestibular e se todos estivessem aqui, ainda seríamos poucos.

Desde aqueles momentos de incerteza e calor, em janeiro de 1967, até hoje, enfrentamos a difícil tarefa de ser universitário brasileiro. Os momentos de ilusão foram poucos; logo vimos, não só pelos olhos de nos-

sos colegas veteranos como por nossa própria experiência diária, as deficiências do curso médico. Rapidamente, nos conscientizamos que nossa participação no desenvolvimento da universidade era de fundamental importância e nos atiramos ao longo desses seis anos ao trabalho de apontar os erros, tentar encaminhar as melhores soluções e procurar a criação de uma efetiva vida universitária.

Somos uma turma que viveu 1968! Ano em que mundialmente a juventude sacudiu as universidades e os países. Ano em que fomos chamados de questionadores das velhas gerações. Disseram que não acreditávamos nos velhos e que sabíamos o que não queríamos e não sabíamos o que queríamos.

A verdade destes seis anos é bem diversa. Apesar de todo o tipo de incompreensões e pressões, em nenhum momento abdicamos dos propósitos de uma universidade melhor.

Não fomos os pioneiros! Ao ingressarmos nas enfermarias, o fizemos de maneira unida, todos dentro do mesmo hospital. Devemos isso à tenacidade dos colegas veteranos que durante anos lutaram pela existência de um Hospital de Clínicas.

Desde a “vaquinha” que fizemos para a compra de plásticos que envolveriam o corpo daqueles que, sem

assistência médica, morriam e que paradoxalmente serviam à formação de médicos, até a vitória na modificação da estrutura de treinamento do sexto ano, enfrentamos uma série de lutas. Algumas coroadas de louros, como o Pronto Socorro, outras fadadas ao fracasso. Estas, entretanto, não nos abateram, pois dentro da derrota, fortificamos o que tínhamos e temos, ainda hoje, de maior importância - a união.

Mas, estes impasses, não foram vividos somente por nós. Conosco, os professores reivindicaram verbas para as suas disciplinas, tempo integral para melhor se dedicarem ao ensino e principalmente o exercício da pesquisa como pré-requisito para que a universidade se tornasse um centro de cultura.

Em nosso Paraninfo, Prof. Pedro Sampaio, sintetizamos a preocupação pelo ensino. Percebemos, no decorrer de seu curso, árido para a maioria de nós, a perspectiva de que os ensinamentos não podem ser impostos; de que tanto ao mestre, quanto ao aluno, cabe compreender a necessidade e finalidade daquilo que o primeiro ensina e o último recebe.

Nossa participação efetiva começou na criação de comissões junto com os professores pela reforma do ensino. A modificação dos currículos praticamente não houve, as dificuldades eram imensas, mas consegui-

mos forjar a compreensão de que a universidade era professores e alunos, juntos. Concretizamos a união de duas gerações em defesa do ensino, da cultura e da pesquisa. Percebemos que somente a escola unida encontraria um caminho livre, onde se pudesse respirar um pouco de saber.

Aos colegas que ficam, deixamos como herança, toda nossa experiência de lutas, o exemplo de uma unidade duramente mantida e principalmente, a consciência de que a unidade universitária é a única possibilidade de sua salvação.

Na batalha destes seis anos, sofremos algumas baixas. Estendidos no campo, ficaram mortos e feridos. Luiz Paulo! Com ele, todos morreram um pouco. Morremos nós, ao ver que a universidade permanece longe daquilo que idealizamos; morrem os mestres, quando ainda hoje, seja nos laboratórios, nas enfermarias ou salas de aula, se defrontam com um ensino desvinculado da realidade; morrem os pais quando percebem que seus filhos longe estão dos objetivos da profissão que abraçaram.

Nesta frustração coletiva, tornamos nossas as palavras contidas no editorial do Boletim da Universidade do Estado da Guanabara, de outubro de 1968.

"A compunção não exclui a revolta. Lá se foi o desventurado Luiz Paulo, para nunca mais, deixando a dor no lar construído por seus pais e fundos ressentimentos no coração de todos nós. Sua juventude em flor somava esperanças que malograram e perdeu-se na estúpida façanha de um policial assassino. Não houve quem deixasse de abrir a alma e a consciência à solidariedade que ainda agora reiteramos aos seus colegas. Por que matar um jovem cheio de promessas radiantes? Por que incutir no ânimo dos moços a desconfiança implacável? Que fez Luiz Paulo, para ser morto como se o seu instinto fosse o de uma fera? Que trevas terríveis caem sobre todos nós! Seu grande crime: ser digno, brioso e inteligente; possuir ideal querer ao estudo e desejar ser, na Medicina, para servir ao Brasil e à Humanidade. Quem é o assassino? Que folha corrida haverá de possuir, em confronto com a da vítima? De qual dos dois mais precisaria a nossa Pátria? Eis o silêncio, eis a sombra, eis o mistério que a sociedade estimaria ver desvendado. Quem não se abala ao saber que um estudante foi morto à bala? A UEG ainda tem presente, para não esquecer jamais, a lembrança dramática do quadro. Como sair da nossa imagem aquela tragédia trabalhada pela hediondez de um fascinora? Que fez Luiz Paulo para ter a vida ceifada? A polícia não esclareceu. Que fez a polícia para identificar e punir o assassino? Que sabe a opinião pública a respeito? Porventura haveremos de querer que a juventude se desfibre na omissão ou que vegete no despejo de suas idéias? Não; a universidade precisa que os jovens cultivem seus próprios ideários e que os mestres não comprometam a autonomia de espírito dos alunos. Luiz Paulo só possuiu uma ambição; ser médico. Antecipando-se ao tempo, freqüentava enfermarias e manejava instrumentos de medicina. Seus dias fecundos eram aplicados no treinamento com que se dispunha a acumular a experiência precoce. Todos os depoimentos são uniformes: moço de juízo prematuro e de coração ameno. Amava, à luz do olhar de sua eleita; dispunha-se a viver para o amor nobre e para a ciência pura. Seus colegas extremaram-se na vizinhança do desespero. Só eles? Não; toda esta universidade. O desespero existe porque nos sentimos de consciência violentada. Nosso Reitor exprimiu o pensar e o sentir da UEG no texto da nota que ditou, pelo telefone, para ser intensamente divulgada.

A Universidade do Estado da Guanabara está de luto em face dos deploráveis acontecimentos ocorridos na tarde de hoje, dentro de sua Faculdade de Ciências Médicas e com extensão, sobretudo, na área do respectivo Hospital de Clínicas. Todos deploramos ao extremo o comportamento dos agentes policiais que invadiram à bala e com lacrimogenio as dependências do nosocômio. Esperamos que as autoridades, mais uma vez alertadas, adotem providências drásticas no sentido de punir aqueles que, vindo de fora, conturbaram mortalmente o clima de sinceridade da juventude universitária."

As palavras do nosso Reitor, transmitidas aos alunos da Faculdade de Ciências Médicas, reunidos na cantina do Hospital de Clínicas, foram as palavras que cada um de nós desejaria ter pronunciado. No tumulto da vítima inesquecível, escritas na tarja de uma coroa, estes poucos dizeres: "A Luiz Paulo, nossa universidade". Estamos de luto e sentimos o nojo. Os meses e os anos correrão; talvez sejam vozares. Mas, na corrida, não nos despojaremos da lembrança ensangüentada. A lembrança perdurará. Que sirva de semente; que frutifique na consciência dos responsáveis pela ordem e pelo bem social o dever de banir, para sempre, uma ilustração tão malvada. A funesta verdade é que um jovem estudante morreu, vítima de um sicário; morreu, exatamente, no momento em que mais a esperança precisava de sua vida: LUIZ PAULO DA CRUZ NUNES, não lhe diremos adeus. A lembrança de sua presença haverá de seguir com a nossa UEG..."

Mas, hoje é dia de festa! Dia de festa para o cidadão brasileiro, que deposita nas mãos destes 130 médicos, a esperança de ver sanadas suas doenças. São oito milhões de esquitossomóticos, cerca de meio milhão de tuberculosos, quatro milhões de chagásicos, pais de 112 crianças que morrem em cada mil nascidos vivos, todos à espera de uma atitude que vá de encontro a esta realidade.

E nós, será que estamos aptos a assumir este papel? Será que o tipo de formação profissional que recebemos se

coaduna às necessidades do povo brasileiro? Sairemos especialistas: cirurgiões plásticos, cardiologistas, dermatologistas, neurologistas, nefrologistas, etc; capazes de manipular as técnicas mais sofisticadas, preparados para identificar as doenças mais difíceis e raras. Mas a quem prestaremos nossos serviços? Quem poderá usufruir do rim artificial ou de um transplante cardíaco? O máximo para alguns ou o melhor possível para todos?

Por outro lado, qual de nós se arrisca a enveredar pelo caminho da Clínica Geral, das Doenças Infecciosas e Parasitárias, da Saúde Pública? Poucos, bem poucos! Mas, será que esta atitude é fruto somente de nossas perspectivas individuais? Até que ponto a formação universitária e a oferta do mercado de trabalho não nos impõem um determinado tipo de opção?

Em primeiro lugar, percebemos que o modelo do “médico de família” tende a acabar. Antes, o profissional dispunha de todos seus instrumentos de trabalho que cabiam em uma pequena valise; hoje, estes instrumentos mal cabem dentro de hospitais. Entre o médico e o doente colocou-se, assim, uma estrutura hospitalar, da qual passa a defender a saúde.

Existem duas formas de organização hospitalar: a pública e a privada. Na primeira, por se submeter à crítica pública e ao conjunto da sociedade, predominam os valores médicos sobre as necessidades administrativas. Já a organização privada, por ter fins lucrativos, submete os valores médicos aos seus valores administrativos. A medicina privada estabelece uma relação com a doença e não com a saúde.

A saúde, no nosso país, no que tange ao Estado, é um mito. O INPS vem se transformando numa estrutura de auxílio à medicina privada, pois em vez de proporcionar diretamente a assistência médica, financia as casas de saúde particulares.

As clínicas particulares, por um lado, oferecem um atendimento precário à grande massa da população, às expensas dos convênios com o INPS. Por outro, exhibe a uma minoria de maiores recursos uma hotelaria requintada que simula técnica requintada e que toma a aparência de bem tratar e falsa cura.

Esta estrutura da mesma forma que sacrifica o doente, crucifica o médico! A atual organização da assistência médica reduz o número de médicos para economizar. Em contraposição a isto, a legião de doentes aumenta. Esmagado entre essas forças, o profissional aparenta agir como médico. Desta maneira, passa a fazer parte de uma peça, onde é o algoz do doente porque não o trata e vítima da assistência médica que não o deixa tratar.

A resolução de todos estes problemas ainda está longe de ser real. Porém, os caminhos para tal começam hoje, aqui, agora. É neste momento, que temos que superar a fase de uma profissão individual, entendendo que é na companhia de nossos colegas e nas discussões de nossos problemas que está o único caminho possível para uma solução. Em vez de um médico, deveremos ser um corpo médico, onde o livre debate, o interesse coletivo e a função social da profissão médica se sobreponham ao mesquinho cotidiano de vencer na vida e ganhar dinheiro.

Mas, senhoras e senhores, hoje é dia de festa!

Terminados seis anos de lutas e sacrifícios, sobrevivemos. E, em determinado momento, a sobrevivência é o maior ato de consciência. Isto significa que lutamos, morremos, mas ressuscitamos! Não estamos como mortos-vivos, mas sim, como novos homens renascidos após intensas batalhas.

Parabéns, colega! Parabéns, pai! Parabéns, mãe! Parabéns, professor!

Tens, hoje, o compromisso do futuro, pois és eterno e inteiro, porque lutaste e poderás continuar lutando e renascendo. A virtude está em poder permanecer sem perder a consciência. E esta é a herança que esta turma de estudantes deixa a estes 130 médicos!



ADAIL IVAN DE LEMOS graduou-se em Medicina pela FCM da UEG. É psiquiatra.



DILSON PIRES cursava o primeiro ano da Faculdade de Odontologia da UEG. É dentista.



JANE CORONA, estudante do terceiro ano, ocupava o cargo de primeira secretária da diretoria do Casaf. Hoje, é médica especialista em nutrologia.



JOÃO RAMOS COSTA ANDRADE era aluno do primeiro ano da Faculdade de Ciências Médicas e exercia a função de tesoureiro geral do Casaf. Atualmente, é professor titular da FCM da Uerj.

**A escuridão estende-se
mas não elimina
o sucedâneo da estrela
nas mãos**

Quem é quem



EVELYN EISENSTEIN era aluna do segundo ano da Faculdade de Ciências Médicas. Atualmente, leciona como professora adjunta da FCM da Uerj.



FERNANDO PINTO BRAVO era estudante do segundo ano. Hoje, é professor adjunto da FCM da Uerj.



JOÃO LOPES SALGADO cursava o terceiro ano da FCM e era o presidente do Casaf. Não terminou a faculdade. É fazendeiro em Tocantins.



LUIZ ROBERTO TENÓRIO formou-se na FCM em 1968. Atualmente é assessor da reitoria da Uerj e secretário municipal de saúde de Niterói.



RENATO CORDEIRO era estudante do segundo ano da Faculdade de Ciências Biológicas da UEG. É farmacólogo da FioCruz.



VALTER DUARTE FERREIRA FILHO era estudante do segundo ano da FCM. Após a conclusão do curso, estudou Ciências Sociais. Hoje, é professor adjunto de Ciência Política da Uerj e da UFRJ.

dA MEN

Valter Duarte Ferreira Filho

PROFESSOR ADJUNTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

Tem razão Zuenir Ventura: 1968 não terminou. Nem mesmo o AI-5, imposto na sua sexta-feira 13 de dezembro teve forças para encerrá-lo, para marcar seus limites, que continuaram

tender, que vivíamos um momento mais do que de exceção. Esse samba conta a história de um compositor que, ano após ano, para atender às exigências do regulamento do desfile de carna-

Foi o auge de um pequeno período muito bem denominado, por Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), de *democradura*.

sendo empurrados para longe a cada *reveillon*. Foi o ano em que o Brasil se desejou com esperança, imaginação e intensidade jamais vistas, até porque não tiveram origem em projetos oficiais, em propagandas ou campanhas oficiais, e sim numa parte do povo que podia se mobilizar em favor de ideais e sonhos, por vezes harmoniosos, por vezes conflitantes.

Foi o auge de um pequeno período muito bem denominado, por Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), de *democradura*. O escritor morreu de infarto em 30 de setembro, depois de indicar, com esse neologismo desprezado pelos dicionários, o melhor caminho para quem tivesse um dia de superar a dificuldade de começar a falar daquele seu último e interminável ano.

Do próprio Sérgio Porto, o *Samba do Crioulo Doido* dizia, para quem quisesse e pudesse en-

val, era obrigado a escrever enredos com temas da história oficial brasileira. Logo ele, que mal pudera frequentar o curso primário, tivera de aprender Inconfidência, Abolição, Proclamação, Chica da Silva e outros temas alheios ao seu mundo e à sua arte, só para ter direito àquela integração que era oferecida aos sambistas. Exatamente por isso, no dia em que sua escola escolheu como tema *Atual Conjuntura*, ele não resistiu: endoidou de vez e compôs um samba-enredo com aquela salada de fatos e personagens que acabavam inseridos no seu duro cotidiano, no qual era inevitável a dúvida no fim de um árduo dia de trabalho, ou de mais um dia sem conseguir emprego: *o trem tá atrasado ou já passou?*¹

Democradura e *Atual conjuntura* expressavam a indefinição do governo militar em relação à sociedade que, nos primeiros meses, não reagira

¹ São essas as palavras introdutórias do *Samba do Crioulo Doido*: "Este é o samba do crioulo doido, a história de um compositor que durante muitos anos obedeceu ao regulamento e só fez samba sobre a história do Brasil. E tome de Inconfidência, Abolição, Proclamação, Chica da Silva. E o coitado do crioulo teve que aprender tudo isso para o enredo da escola. Até que no ano passado escolheram um tema complicado: *Atual Conjuntura*. Ah, aí o crioulo endoidou de vez, e saiu este samba".

MÓRRIA edoquerFICOU p e 1 9 6 8

ao golpe de 1964 nem às perseguições e prisões com que infernizaram a vida dos chamados *subversivos*: homens e mulheres cujo pecado fora apoiar o governo João Goulart enquanto existiu. Num de seus muitos contrastes, aquela *democradura* conseguiu, no Congresso preparado pelas cassações, a prorrogação do mandato de Castello Branco, deixando, todavia, a hipótese de ter adiado por um ano as eleições presidenciais diretas, ao mesmo tempo, em que confirmara eleições diretas para governadores em 11 estados, em 1965. Estas, depois de realizadas, tiveram como consequência o AI-2, que extinguiu os partidos políticos, impondo em seu lugar a ARENA e o MDB. Com esses partidos, em 1966, realizou-se a eleição indireta de Costa e Silva para a Presidência, sem o apoio de Castello Branco, além das eleições para o Congresso. Uma vez empossados os deputados e os senadores, por imposição do AI-4, o Congresso teve de aprovar – certamente não a contragosto daquela maioria de adeptos do golpe – a Constituição de 1967. Essa Constiuição, no Artigo 74, estabelecia eleições presidenciais diretas, embora fosse a mãe dos decretos-leis e não alterasse o AI-3, ato que estabelecera eleições indiretas para governadores, a nomeação dos prefeitos das capitais e a *fidelidade partidária*, num enredo absolutamente impossível de dar em samba.

Se podemos dispensar os rigores acadêmicos e falar de *direita* e *esquerda*, a *democradura* representava a *direita*, formada pela ampla unidade de forças anticomunistas, que ia dos liberais

aos fascistas, passando por atenuantes as mais diversas de ambos os extremos. No entanto, pelo que hoje podemos saber dos últimos resultados do golpe, possuía como dominante entre seus objetivos civis o liberalismo, ideal que contrastava com a cruenta e policialesca missão que fora reservada aos militares. Isso, sem um inimigo comum, não tinha lá muita coesão e deixava Castello Branco exposto a pressões dos aliados civis, cada um pensando no seu lado e pouco se

i m -

por tando que as cassações atingissem alguns de seus ostensivos ou velados cúmplices das primeiras horas. Além disso, ficava exposto a pressões da chamada *linha dura*: militares que queriam mesmo era *partir pra ignorância*, porque aquela coisa de *negociação política* não era bem do jeito que achavam que devia ser e já estava indo longe demais. Afinal, o negócio daquele lado era muito mais embaixo do que apenas *banir os comunistas*. Havia civil querendo “mandar” neles e não podiam aceitar aquilo. Por isso, todo apoio da *linha dura*, primeiro ao candidato, depois ao presidente Costa e Silva, que se anunciava como um democrata pronto a restabelecer as eleições presidenciais diretas. Contudo, ele não não dispensava as muitas medidas e cassações arbitrárias com que, perto do fim do mandato, Castello Branco se fez mais ditador do que nunca, reconhecendo que aquele regime era muito mais compatível com uma ordem decretada do que com uma ordem legislada. As leis atrapalhavam muito; bom mesmo eram os decretos, os atos institucionais e os atos complementares.

Eis, então, que a *esquerda* – naquele tempo em que a *democradura* mal conseguia definir a que viera na história e estava ficando mais doída do que o compositor do Stanislaw Ponte Preta – foi se dando conta de que, nos dias críticos de 1964, entregara o Brasil de graça e de que devia fazer alguma coisa para tê-lo de volta. Vamos dizer que essa esquerda era formada por todo mundo que era contra a *democradura*, fora os seus dissidentes internos. Havia desde quem sentia simples antipatia pelos militares – passan-



do por socialistas, anarquistas e por simpatizantes de causas libertárias em geral – até os mais sisudos comunistas. Era de tamanha diversidade que talvez só a natureza a superasse com as suas espécies. No entanto, era unida, não tanto pelo inimigo comum, mas pelo desejo não muito bem definido de liberdade e por ter descoberto que a vida não acabara. Era unida embora o fato de cada um descobrir do seu jeito fosse fator de muitas crises, de muitas discussões e da falta generalizada de comando, ainda que houvesse líderes.

O que se passava no lado especificamente comunista era bem representativo de toda a diver-

Cada um deles considerava-se o legítimo sucessor do partido que fora fundado em 1922, com ampla e notória vantagem, na época, para o primeiro partido, na medida em que suas teses legalistas permitiam que vivesse praticamente às claras durante o governo de João Goulart em confronto com o seu então inflexível rival, cujas teses favoráveis à luta armada não lhe permitiam tanta ousadia.

Para espalhar ainda mais os comunistas no Brasil, sem que tivesse nada a ver com isso, Fidel Castro derrubara em Cuba a ditadura de Fulgêncio Batista, tendo ao seu lado o jovem médico argentino Ernesto Guevara, cujo idealismo e origem

Ernesto Guevara, cujo idealismo e origem contribuíam para incendiar a imaginação de revolucionários que tendiam a acentuar em suas ações o lado romântico e onírico das revoluções.

sidade que havia naquela extensão. Do pouco tempo de legalidade do PCB, em 1945 e 1946 – que, no entanto, chamava-se oficialmente Partido Comunista do Brasil –, até os dias da *democradura*, os comunistas discutiram tanto e brigaram tanto entre si que se fragmentaram em vários partidos e grupos, todos proclamando autocríticas e a descoberta do necessário caminho da revolução, antes inviável devido aos diversos desvios burgueses, que teriam sido as causas da derrota das forças populares em 1964. Como pano de fundo das divergências, pairava o discurso de Krushev de 1956, denúncia do tempo de perseguições e assassinatos de Stálin, e a subsequente briga entre União Soviética e China, bases externas das reconstruções do PCB como Partido Comunista Brasileiro, em 1961, e do Partido Comunista do Brasil como PC do B, em 1962.

contribuíam para incendiar a imaginação de revolucionários que tendiam a acentuar em suas ações o lado romântico e onírico das revoluções. Isso porque, mesmo que Cuba contasse com a proteção da União Soviética – por aqui fundamento do PCB –, sua revolução passou a inspirar iniciativas isoladas de luta armada, que foram ligadas ao depreciativo nome de *foquismo*. Houve muitas iniciativas depois de 1964, marcadas inicialmente pela aventura do Coronel Jeferson Cardim, em março de 1965, no Rio Grande do Sul, e pela *Guerrilha de Caparaó*, em abril de 1967. Seus participantes foram presos sem disparar nem levar nenhum tiro, duas ou três semanas depois da promulgação da Lei de Segurança Nacional, que, modificada em 1969, passaria a prescrever prisão perpétua e pena de morte como resposta aos posteriores atentados, assaltos a bancos e



seqüestros nos quais acabaram limitadas as grandes ambições daquela estratégia.

Não é muito fácil dizer quando começou a reação ao golpe que acabou por reunir em 1968 aquela explosão de vida cujo centro, mesmo que se considere o que houve noutras capitais e cidades pelo Brasil, foi o Estado da Guanabara, em rigor, a cidade do Rio de Janeiro, em seu último ano de autêntica capital do país. Pode ser que tenha começado em outubro de 1964, no show *Opinião*, protagonizado por Nara Leão, Zé Kéti e João do Vale, e que, em 1965, lançou Maria Bethânia. Talvez por eles, talvez pelo espetáculo em si, idealizado por Oduvaldo Viana Filho e diri-

do Henfil, de mesmo espírito. A isso tudo se juntou uma proliferação de grupos teatrais e montagens de espetáculos em muitos lugares do país, nos quais se tinha vontade de novas experiências artísticas, políticas e existenciais, procurando seguir o sucesso de espetáculos como *Os Pequenos Burgueses*, *Galileu Galilei* e *O Rei da Vela*, cujo diretor, José Celso Martinez Corrêa, ainda faria com *Roda Viva*, texto de Chico Buarque, a maior das provocações culturais naquele tempo de *cinema novo* e Glauber Rocha. Claro, isso lavava a alma da *esquerda*, mas enfurecia os militares e os violentos grupelhos de *direita* como o MAC, movimento anticomunista, e o CCC, comando de

Não é fácil dizer quando começou a reação ao golpe. Pode ser que tenha começado em outubro de 1964, no show *Opinião*, protagonizado por Nara Leão, Zé Kéti e João do Vale, e que, em 1965, lançou Maria Bethânia.

gido por Augusto Boal, porém muito mais pelo que provocou nas platéias noite após noite no Rio e no país afora, e pela repercussão que tiveram as suas músicas, indicando que estávamos descobrindo que, por meio da arte, muita coisa podia ser dita, feita, esclarecida e transformada.

Aproveitando as ambigüidades e vacilações da *democradura*, outros espetáculos foram montados, com destaque para *Liberdade, Liberdade*, escrito por Millôr Fernandes e Paulo Rangel, criando, além daquele espírito de resistência, um clima de deboche daquela contraditória ordem política e dos responsáveis por ela. Isto, de certo modo, começara com as colunas do Stanislaw Ponte Preta na *Última Hora* e com a publicação do *Garoto Linha Dura*, cuja seqüência veio nos dois livros do FEBEAPÁ, *Festival de Besteira que Assola o País*, aos quais se deve colar os cartoons

caça aos comunistas. Por isso, enquanto o tempo não fechou de vez, fato que só aconteceria com o AI-5, as manifestações literárias e artísticas de resistência e/ou deboche correram o constante perigo de serem proibidas, uma vez que a censura oficial não tardou a desconfiar e a procurar vetá-las porque *contrárias à ordem e aos bons costumes*, fora o perigo de sofrerem ataques, como, em 1968, o espancamento do elenco da peça *Roda Viva* por parte do CCC e o seqüestro, seguido de tortura, de Norma Bengell, presa em São Paulo e libertada no Rio de Janeiro. Toda essa movimentação incomodava quem se apropriava das conhecidas palavras de Göring: "Quando ouço a palavra cultura, puxo logo o revólver".

Era um *tempo de ser diferente*, conforme, contestando, Marcos e Paulo Sérgio Valle, no samba *A Resposta*, cantaram contra Nara Leão,

que nem sei se realmente fez alguma restrição às músicas românticas ou defendeu a prioridade das chamadas *músicas engajadas* para receber um desaforo daqueles, que terminava dizendo “falar de terra na areia do Arpoador, quem pelo pobre na vida não faz nem favor; falar de morro morando de frente pro mar não vai fazer ninguém melhorar”. Afinal, até eles, depois com

Foi o tempo de mais uma descoberta não oficial do Brasil, da sua geléia geral, por muita gente, sem dúvida, mas, em particular, muito bem anunciada no Tropicalismo.



Viola Enluarada, entraram na onda, como entraram os festivais da TV Record e o internacional da TV Globo, porque a música popular voltara a ser um valorizado meio de expressão e de polêmicas nas suas letras, embora naqueles tempos sofresse forte assédio intelectual que discriminava seus compositores naifs e deturpava-a.

Aquela vontade de *ser diferente* simplesmente por ser – o que não é nada demais – era em parte resultado de uma forte pressão para que não fossem aceitos valores e padrões de comportamento que pudessem ser considerados conservadores ou, pior ainda, reacionários. O importante era marcar diferença em relação a tudo que fosse da *democradura*, atacando principalmente seus aliados mais reacionários, como a Tradição Família e Propriedade e a Tradicional Família Mineira, versões extremistas dos valores que haviam predominado nas nossas vidas tanto em casa quanto na escola. Isso contribuiu para que se ligasse aquela vontade a posições políticas revolucionárias. Todavia, aquela ligação entre a posição existencial não conservadora nem reacionária e a posição política revolucionária, cujos militantes naqueles anos se dirigiram predominantemente para a luta armada, comprometeu artistas e intelectuais que não tinham nada com aquela relação nem pensavam em passar da luta contra

a *democradura* e de tudo que representasse estagnação, fosse do que fosse, para um campo de batalha.

É difícil dizer também das raízes ou fontes daquela pressão para *ser diferente*. Houve a influência do que se passava no mundo e do que se dizia a respeito da Guerra do Vietnã, das lutas raciais nos Estados Unidos, dos Beatles, dos Rolling Stones, reforçada, em 1968, pelo que se fazia na França. No entanto, essas raízes eram daqui mesmo, vinham do que fora interrompido em 1964, daquela vontade de não ser confundido com o que fosse do golpe e da descoberta de que era possível uma contestação incruenta num campo de valores dominado por idéias e modos de vida inacessíveis a conservadores e reacionários, porém, também a não iniciados em certos autores, em certos trabalhos teóricos, em certas expressões artísticas. Apesar da motivação nativa, essas influências vinham muitas vezes de fora, servindo como argumento de autoridade, porque pouca gente realmente entendia do que lia nos livros e via nos chamados *filmes de arte*, afinal, aqui ainda era carente a reflexão em torno de tantos novos temas que estavam para muito além do nosso cotidiano, em rigor, para muito além do cotidiano de qualquer lugar do mundo.

Foi o tempo de mais uma descoberta não oficial do Brasil, da sua ge-léia geral, por muita gente, sem dúvida, mas, em particular, muito bem anunciada no tropicalismo de Caetano Veloso e Gilberto Gil, que abriram um coração de mãe na música popular brasileira de difícil compreensão ainda hoje e muito mais naquela época. Uma salada moralista era servida nos meios de comunicação de massa em programas de grande audiência por um repórter chamado Flávio Cavalcanti, que apoiara o golpe em 1964, não se arrependera e defendia valores

sectários e preconceituosos na arte mais praticada no nosso país, como se pudesse ser o sucessor – como crítico, porque jamais poderia ser como compositor – de Ari Barroso. *Bom gosto* e *mau gosto* eram coisas que diziam com muita frequência da arte em geral, mas nem tanto por razões estéticas, se é que beleza tem razão, quanto por razões morais, comportamentais, no fun-





foto: Vicente Celestino (em "O ébrio", de Gilda de Abreu) • fonte: www.escrevercinema.com/Cinema_do_radio.htm

Em 1968: *O ano que não terminou*, Zuenir Ventura fala da música *Coração Materno* de Vicente Celestino como *um monumento ao mau gosto*. Ela havia sido gravada por Caetano Veloso que, ao ser indagado dos motivos daquela surpresa, teria saído com essa: "Pela curtição da descoberta em mim mesmo de poder gostar daquilo". Porém, não satisfeito com a resposta, Zuenir insistiu em dizer que aquilo, bem como o movimento tropicalista ao qual se associava, seria a supervalorização estética do *kitsch*, isto é, do cafona, do brega, com a qual *o provincianismo, a mediocridade e o arcaísmo iriam ganhar status cultural e político*.

Para quem conheceu naqueles anos os círculos em que julgamentos desse tipo eram feitos, e talvez tenha até sido atingido por eles, preocupando-se em fazer e gostar de coisas de *bom gosto* e não de *mau gosto*, Zuenir passa muito bem como valores pretensiosos e preconceituosos daquela época, que ele próprio conservou, eram jogados contra manifestações artísticas que pelos mais variados motivos podiam ser chamadas, no mínimo, de *superadas*. Tudo porque aplicava-se às artes em geral avaliações evolucionistas nas quais, sem se pronunciarem claramente, estavam concepções científicas e técnicas que faziam os julgamentos estéticos serem feitos de acordo com parâmetros completamente estranhos ao sentimento e ao desejo do belo, da sempre afortunadamente indefinível beleza que se procura ao se fazer arte.

Vicente Celestino morreu em 23 de agosto de

1968, poucos dias antes de completar 74 anos, a caminho de se apresentar em um programa de televisão comandado por Caetano Veloso. Não desconhecia que o Brasil mudara e que à sua arte, que jamais considerou em decadência, concediam cada vez menos oportunidades de aparecer e de se conservar. Passara o tempo em que, com poucos recursos técnicos, ou mesmo nenhum, ele aprendera e desenvolvera o *bel canto*, tornando-se a *Voz Orgulho do Brasil*, cantando muitas vezes sem microfone em praças públicas e em circos, tantas vezes de graça, simplesmente porque o povo amontoado e comprimido para ouvi-lo não possuía rádio ou porque um dono de circo precisava da sua voz em um espetáculo no qual pudesse arrecadar para pagar palhaços e outros artistas que passavam fome.

Músicas de muito sucesso, peças de teatro e filmes recordistas de bilheteria - especialmente *O Ébrio* nessas três formas artísticas -, haviam ficado para trás e ele não guardava mágoas nem queria dizer uma palavra que fosse contrária aos

novos cantores, aos novos gêneros musicais. Queria apenas ter uma oportunidade ou outra para lembrar seus muitos sucessos. Por isso mais impressionante ainda se torna a última lição que deixou. Convidado pelo presidente Costa e Silva para no dia 7 de setembro de 1967, na festa do *Dia da Pátria*, cantar lá em Brasília no festivo espetáculo promovido pela Presidência da República, recusou o convite. Embora carente de mostrar a sua arte, declarou que não podia apoiar um regime que perseguia artistas, que perseguira seus amigos da Rádio Nacional. E assim fez a sua discreta resistência àquela ditadura, com a coragem de não escondê-la, pois, em entrevista à revista *Realidade* pouco antes de sua morte, falou sobre a sua recusa sem medo das represálias que pudesse sofrer. Se era assim que podia lutar, lutou, não foi omissivo e deve ser lembrado como um dos combatentes de 1968.

Por fim, vale dizer que a história cantada em *Coração Materno* não foi uma idéia qualquer que saiu de sua cabeça nem veio de uma crônica do cotidiano de nossas regiões mais pobres e confusas. Trata-se de uma lenda da Itália seiscentista: uma lenda do povo católico que a tradição conserva por lá. Não merece os adjetivos que recebeu de Zuenir Ventura, ainda mais porque a gravação de Caetano Veloso é linda, sem preconceitos.

* Ventura, Zuenir. 1968: *O ano que não terminou*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, pp. 31 e 126.

do, atingindo e discriminando, também por esse lado, o próprio povo, que não era chegado a *frescuras* na hora de se expressar artisticamente.

Lembrar que *Proibido Proibir* tomou uma escandalosa vaia no TUCA, em São Paulo, porque aquela negação da negação não foi apresentada da forma careta e bem comportada com que nos anos anteriores Caetano Veloso apresentara *No dia em que eu vim-me embora* e *Alegria Alegria* transmite bem a idéia de que não era somente naquele apresentador que existia um moralismo insistente e pernicioso que, por terrível ironia, unia *direita* e *esquerda* sem que se dessem conta, uma vez que havia pretensões de afetar superioridade intelectual e desejo conservador dos dois lados, à parte o que pretendiam fazer para depois conservar, e que não tem nada a ver com a liberdade sexual que se buscava alcançar ali e que, uma vez começando a ser praticada, nunca mais parou de progredir.

Sim, é preciso não esquecer que, na ânsia de ser diferente e mudar os valores, ou muito mais até, nem todos conseguiam se emancipar da postura modelo que viram nos pais, avós, professores, inspetores, em quem tivesse tido autoridade sobre sua vida e era então contestado porque tinha sido opressivo, como o próprio contestador, muitas vezes sem sentir, passava a ser devido às suas descobertas, todas tratadas como verdades, certezas absolutas, guias incontestáveis, assim como outras verdades e certezas haviam sido de seus antecessores. Tudo isso conduzido com uma seriedade de intimidar, de arrasar e de calar inocentes e iniciantes de todas as espécies, que viviam deslumbrados com alguma coisa que acreditavam que estivesse por acontecer, simplesmente porque ouviam falar e queriam que realmente acontecesse para superar talvez a sensação de que se vivia aceitando por aceitar tudo que era imposto ou oferecido, como se não hou-

vesse opções e muito menos possibilidades de transformar as coisas, de criar, de inventar.

Duro dizer que, naquele momento em que o maior desejo era não viver reprimido, os efeitos de um ensino, em todos os níveis categórico e antidialético, fez-se sentir até nos que começaram a falar da palavra *dialética* como a suprema prática do conhecimento, aproveitando-se das dúvidas sobre o que significava, para ganhar, exatamente de modo obscurantista, autoridade definitiva sobre o que se discutia, contrariando o seu próprio significado etimológico, portador do provável desejo dos gregos, seus criadores, de que nada em termos de sabedoria chegasse ao fim, porque seria o fim das discussões integrativas e o perigo de que algum homem pudesse alegar em seu favor algo definitivo porque insofismável e indiscutível. Se fosse pensada em relação à unidade de contrários, indicando assim a tríade *tese*, *antítese* e *síntese*, o dialético daquela ocasião tendia a falar da unidade *tese-antítese* como contradição existente nos outros, principalmente naquele prato cheio que era a *democradura*, e reivindicar para si a *síntese*, mas como ponto final, como conclusão autoritária, que encerrava a discussão.

Por falar em *filmes de arte* e em contradição, é necessário fazer um destaque. Apesar de se querer conhecer de maneira renovada, transformadora, de se negar imposições, obscurantismos, de se desejar discussões intermináveis desde que esclarecedoras, superando amplamente os dialéticos autoritários, dizia-se gostar e até entender daqueles filmes que, em geral, eram herméticos e cansativos. Quanto mais incompreensíveis, mais se prestavam para dizerem que os cineastas eram geniais. Passava até a impressão de que os espectadores que lotavam os cinemas e discutiam aqueles filmes eram iniciados na sétima arte, profundos conhecedores das técnicas de filmar, fotografar, atuar, dirigir. Por isso



TODOS PRESOS

ASSIM ACABOU O CONGRESSO DA ex-UNE

houve o aparecimento de muitos cineclubes e da *geração Paissandu*, que surgiu dos encontros e discussões nos bares próximos àquele cinema. No entanto, talvez com essa geração, a figura do *intelectual* tenha deixado de se confundir com o bacharel em Direito, com os embaixadores, com pessoas que *falavam difícil* o português, com quem falava dos grandes autores brasileiros, para ser um tipo mais despojado no modo de se vestir, falar, de sorrir confiante, ser estudioso de Filosofia ou Sociologia, de Letras, de História também, ainda mais se falasse mal de história factual e exaltasse o materialismo dialético como método.

O problema é que a pose continuou sendo o maior argumento. Intelectual ou não, se não tivesse a necessária pose intimidatória, podia até saber alguma coisa que não impressionava. A tra-

umentou e, em 1972, a Editora Abril lançou a coleção *Os Pensadores* para ser vendida em bancas de jornais, aceitando o ousado projeto do filósofo José Américo Motta Pessanha, grande intelectual, sem pose, que viveu intensamente 1968 e manteve-se jovem até a sua morte em 1993. E pensar que, se não tivesse sido cassado, talvez a Abril Cultural não tivesse existido, nem as coleções que ele imaginou, ponto crucial da expansão editorial na área de Filosofia e Ciências Humanas e da procura pelos seus cursos universitários.

No entanto, em que pese tudo que artistas e intelectuais fizeram naqueles anos, os grandes atores foram os estudantes. Foram eles que deram o espírito que conduziu os acontecimentos de 1968. Foram eles que espalharam no país o

[http://veja.abril.com.br/
busca/imagens/capa/1968/
JPG380x490/0006.jpg](http://veja.abril.com.br/busca/imagens/capa/1968/JPG380x490/0006.jpg)

espírito estudantil, como coisa abstrata mesmo, inexplicável, apesar de todas as certezas que muitos de seus líderes e consultores tinham na cabeça. Talvez devido a eles e à tendência que tinham de não aceitar nada que parecesse convencional. Nem mesmo a frente ampla pelo restabelecimento da democracia, de iniciativa de Lacerda, unindo-se a Juscelino e Jango – que havia sido formada para reunir a influência de três dos maiores líderes políticos de antes de 1964, o que, em tese, poderia dar grandes esperanças ao país – não chegou a empolgar um mínimo que fosse, nem a merecer qualquer reação significativa quando Costa e Silva a proibiu. Para quem participava

menos. No entanto, foi por aqui, na madrugada do dia 23, na Faculdade Nacional de Medicina, na Avenida Pasteur, na repressão policial conhecida como *O Massacre da Praia Vermelha*, que aquele regime mostrou em público a violência amplamente praticada nos subterrâneos e veementemente negada. Não foi uma briga de rua com pedradas e fugas de um lado e cacetadas e gás lacrimogêneo do outro; foi uma invasão de surpresa, de modo a não dar chances de defesa ou de fuga aos estudantes que ocupavam o prédio. O corredor polonês na saída, as prisões e a submissão com a cara na grama a que os estudantes detidos foram submetidos no campo do Botafogo não dei-

Os grandes atores foram os estudantes. Foram eles que deram o espírito que conduziu os acontecimentos de 1968.

dos movimentos de massa daquele ano, para quem era estudante – de carteinha ou não, porque não era isso o que importava – não era falta de memória recente: eles já estavam superados.

Depois de um ou outro ato de resistência como os que provocaram a intervenção na Universidade de Brasília e o seu fechamento em outubro de 1965, os estudantes começaram a se organizar em todo o país. A primeira mostra daquela organização foi o 28º Congresso da UNE, em julho de 1966, em Belo Horizonte, que, mesmo na ilegalidade e impedida por lei de se manifestar, conseguiu realizá-lo às claras, apenas ameaçada de repressão, deixando marcado o *Dia Nacional de Luta contra a Ditadura* para 22 de setembro, dia em que diversas manifestações e choques com a polícia ocorreram em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Goiânia e Rio de Janeiro, pelo

xaram dúvidas quanto à impossibilidade de entendimento e acordo entre as partes, que, além de tudo, não se toleravam de jeito nenhum. Não foi um episódio isolado, um desvio ocasional de linha, era uma tendência incontornável. Faltava apenas ver quem ia radicalizar primeiro.

Em agosto de 1967, a UNE fez, em Vinhedo, São Paulo, o 29º Congresso. Consolidou-se então como principal referência do movimento estudantil, que voltou a crescer, já com muitos estudantes espalhados pelos partidos e grupos clandestinos, cada um achando que tinha a estratégia e a tática certas, querendo dominar, além da própria UNE, a UBES, as entidades estaduais e metropolitanas, os grêmios e os diretórios estudantis. Esse fato levou a disputas internas entre as lideranças, porém, muito pouco consideradas pelos militantes avulsos, que eram a grande maioria, lamenta-



velmente chamados de *massa* e até desprezados por estarem naquela condição primária e anônima. Aqui e ali foram feitas algumas passeatas, com algumas prisões, interrogatórios que não davam em nada e, assim, aumentavam a confiança de que o movimento podia crescer, especialmente porque – coisas da *democradura* –, os *homens* naquele momento não estavam dando mais do que umas palmadas e fichando para qualquer eventualidade, num súbito recuo da repressão mais truculenta, talvez na expectativa de que fosse possível levar aquilo no papo, no acordo, no entendimento daquelas partes inconciliáveis, de modo a dar algumas satisfações externas, exigidas pelos paladinos da democracia no mundo, que queriam impor por aqui o acordo MEC-USAID, razão mais do que suficiente para os estudantes se mobilizarem também contra o *imperialismo ianque*.

Sem dúvida, o fato que impulsionou tudo que estava por acontecer foi o assassinato do menino Edson Luís de Lima Souto numa manifestação no

emblemático restaurante do Calabouço no dia 28 de março de 1968. Gente maldosa andou dizendo que era preciso um cadáver para aquela explosão e que o tiro disparado, dizem que por um capitão da PM, terminou no pretexto que os estudantes queriam. Não foi nada disso, apesar das conseqüências. Basta olhar, ainda hoje, a foto daquele corpo infantil cercado por um monte de garotos que vem um sentimento de revolta. Não é possível aceitar aquela violência contra jovens que podiam até ser inconvenientes, criadores de caso, bagunceiros, baderneiros ou que palavra quissem usar para reprimi-los. As torcidas de futebol praticam hoje atos muito piores e não recebem a mesma agressão; e as mortes entre elas são causadas pelos próprios torcedores, não pela polícia. Estudantes merecem ser tratados com o velho lema que o Marechal Rondon deixou para a política indigenista, e que não costuma ser respeitado: “Morrer, se preciso for; matar, nunca”.

Sim, tem uma hora em que a coisa pode mudar. Em 1968, mudou, mesmo parcialmente, che-

Foto: Evandro Teixeira





gando a dar uma cara e uma pretensão ao movimento estudantil que não era a dele. Foi quando associaram as posições não reacionárias nem conservadoras dos estudantes a posições revolucionárias, e estas, inevitavelmente, à luta de classes. Era uma contradição, que se mostraria terrível com o correr do tempo: ligar um movimento que não era de classe – como não são de classe o movimento negro, o de homossexuais, o de mulheres e outros – a uma classe, o proletariado – que, em tese, seria um dia revolucionária –, com o agravante de fazer do mo-

vimento estudantil objeto de disputa e fonte de militantes por parte de partidos e grupos clandestinos, que julgavam ter encontrado o caminho correto de fazer a revolução proletária. Tudo isso sem que o proletariado se desse conta da situação, pois, tanto no 1º de maio de 1968 esteve ausente da pancadaria que houve em São Paulo – com a qual militantes de *esquerda* a favor da luta armada acabaram com o comício organizado pelo governo paulista e apoiado pelo PCB –, como no Rio de Janeiro esteve praticamente ausente do comício comemorativo no Campo de São Cristóvão, ao qual compareceram cerca de três mil pessoas, se tanto, porque preferiu um clássico de futebol no Maracanã, haja vista o público de cento e trinta mil pagantes, dos quais pelo menos vinte mil na geral, fato que Nelson Rodrigues aproveitou para uma gozação que repetiu por muitos meses na coluna que escrevia.

Apesar das palavras de ordem indicativas das mais diversas posições exteriores a ele, o movimento estudantil prosseguiu em boa parte do país com a sua típica ausência de rumos, o que não era nada demais, pois é assim a vida de todo fugitivo, de todo aquele que deseja mais do que tudo fugir de seus carcereiros, para depois pensar aonde ir, se é que realmente se preocupa com isso. Seus líderes é que pareciam ter na cabeça o que fazer, para onde levá-los, ainda que não propriamente num rumo estudantil. Deve-se destacar, de longe entre eles, Vladimir Palmeira, com um talento extraordinário, incomparável, uma atração à parte num momento da vida a ser admirado como uma rara obra de arte. Mais de quinze anos de-





Crimes da terra, c

Preso à minha classe e a algumas roupas,
Vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjôo?
Posso, sem armas, revoltar-me"?

Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.

A FLORE E A NÁUSEA

Vomitam esse tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.

Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.



Como perdooá-los?

Carlos Drummond de Andrade (A Rosa do Povo, 1945)

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralitem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

pois, num debate no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, com muito pouca gente, ele falaria desanimado que quisera *fazer a revolução*. Hoje, sem platéia e sem votos, talvez procure a razão pela qual duas coisas instigantes e transformadoras que então se combinaram, ele e o movimento estudantil, não mais se encontrarem, não mais se reconhecerem.

Enquanto não ficou muito claro para a *democradura* que a idéia de luta armada estava se alastrando, pronta para ser posta em prática, ela teve quem tentasse conciliar as partes. Por isso, depois de muitos comícios relâmpagos e conflitos onde houvesse movimento estudantil no país, principalmente devido ao impacto da *sexta-feira sangrenta* no Rio, no dia 21 de junho, o governo permitiu aqui, no dia 26, quarta-feira, uma passeata sem repressão: a *Passeata dos Cem Mil*. Comércio fechado, lá fomos nós rodar pelo centro da cidade e parar em pontos marcantes, como a Candelária, para ouvir discursos. Ainda que parcial, era uma vitória. No entanto, alguns enganos estavam ali para quem quisesse ver. Não eram só os *padres de passeata* – dos quais Nelson Rodrigues iria falar com deboche, mas que tinham total direito de estar ali – que eram novidade. Havia *Lenin* por todos os cantos e mais algumas *Rosas*. Pessoas que não haviam sido vistas em nenhum conflito e arvoravam-se de condutores daquela multidão, querendo controlar os cordões para que andassem ora mais devagar, ora mais depressa. Diretores de harmonia que disputavam entre si o comando daquele desfile sem enredo, querendo definir as palavras de ordem que deviam ser cantadas. Com exceção das consensuais, como *Abaixo a Ditadura* e *Abaixo o Imperialismo*, eram todas indicativas de uma linha definida por um partido ou por um grupo político. Isso fez até com que houvesse muito pouco de Vladimir Palmeira naquela passeata.

No dia 2 de julho, Costa e Silva recebeu uma comissão dos *Cem Mil* em Brasília. Esse encontro não deu em nada. Ou talvez tenha dado num aumento de pressões para que o presidente lembrasse que era da *linha dura* e parasse de tentar se entender com comunistas, designação generalizada *pelos homens* para todos os manifestantes de rua e todos os artistas, jornalistas e intelectuais que combatiam, criticavam ou debochavam da *democradura*. O fato é que a repressão, tanto a oficial quanto a clandestina, começou a aumentar. Tinham em seus argumentos a bomba que, no dia 26 de junho, explodira no QG do 2º Exército em São Paulo e a continuação das passeatas, que acabaram oficialmente proibidas. Confirmaram a disposição com a intervenção do próprio Exército para encerrar uma das raras manifestações operárias daquele ano, a greve nas principais fábricas de Osasco de 16 a 23 de julho, enquanto faziam vista grossa para as ações do CCC, entre as quais,

além do ataque ao elenco de *Roda Viva*, provavelmente, o atentado a bomba na sede da ABI no Rio. Então começaram a procurar e prender os principais líderes estudantis, entre os quais Vladimir Palmeira. A guerra, embora não oficialmente, fora declarada.

Num tempo já embananado pela invasão da Tcheco-Eslováquia pela União Soviética, veio o discurso do deputado Márcio Moreira Alves para que o povo não assistisse às paradas militares de 7 de setembro, o que parece ter acontecido somente em Goiânia devido a manifestações estudantis. No entanto, era mais do que suficiente para que estourasse uma crise entre o governo, que pediu a cassação do deputado, e o Congresso, que a rejeitou, atijando ainda mais os militares, que, num sentindo contrário a todo o movimento das ruas, também queriam o fim da *democradura*. Esse fato parece não ter tido relevância para os mais de 900 participantes do 30º Congresso da UNE, que não tiveram o menor cuidado com a segurança e, no dia 14 de outubro, em Ibiúna, acabaram presos, enfraquecendo o movimento estudantil e reforçando, nos que estavam decididos a manter a luta, a idéia de que o melhor era partir para a formação de pequenos grupos armados voltados para ações isoladas, na esperança de adesão das massas ao seu estopim revolucionário.

No Rio de Janeiro, ainda embalado pelo *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré – que não vencera, mas empolgara no III Festival Internacional da Canção –, os poucos líderes que sobraram livres concentraram-se em apoiar a greve de presenças e provas, que, havia três meses, era conduzida pela maioria dos alunos da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual da Guanabara e pelo seu diretório estudantil, o Centro Acadêmico Sir Alexander Fleming (CASAF). Para o dia 24 de outubro, mesmo dia em que, no Recife, deram tiros na casa de Dom Hélder Câmara, com aquele pouco que restava do movimento estudantil, foi planejado um dia de protesto. Haveria a exibição do filme *Os Companheiros* e, em seguida, a inauguração de uma *estátua da liberdade*, que nada mais era do que um recorte de eucatex pintado com a caricatura de um PM brandindo um cassetete e segurando uma metralhadora. No final da manhã, o filme começou a ser exibido no 5º andar da faculdade, mas, pouco depois do meio-dia, antes que fosse projetado o último rolo, interromperam para que todos fossem à rua inaugurar a *estátua*. Mal chegando lá, em frente ao portão do estacionamento do Pedro Ernesto, no meio do boulevard, fomos impedidos por policiais à paisana. Dali começou uma briga, que pôs aqueles policiais em fuga boulevard acima. No entanto, do lado do largo do Maracanã, vieram outros, atirando em direção aos estudantes que estavam em frente ao portão do hospital. Houve em seguida outra briga no mesmo local em que houvera com os que haviam fugido. Na calçada interior da entrada do Pedro Ernesto, caiu, de costas e com os olhos vidrados, assassinado com um tiro na cabeça, o estudante do segundo ano de medicina Luiz Paulo da Cruz Nunes, de 21 anos, grande e sincero

Referência Bibliográfica

- DIRCEU, José e PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a Ditadura*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Garamond, 1998.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- . *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.
- PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.
- PONTE PRETA, S. *FEBEAPÁ: 1º Festival de Besteira que Assola o País*. São Paulo: Círculo do Livro.
- . *FEBEAPÁ 2: 2º Festival de Besteira que Assola o País*, Rio de Janeiro. Editora Sabiá, 1967.
- . *Garoto Linha Dura*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.
- VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

amigo, a cuja memória dedico este artigo, sem esquecer dos outros que naquele dia foram feridos a bala, nem dos mortos da cardiologia e da pediatria, por asfixia devida a bombas de gás lacrimogêneo lançadas no hospital. Foi o fim do movimento estudantil naquele ano, ainda que se considere uma manifestação no dia seguinte, a repressão a tiros e algumas mortes que não foram noticiadas.

Na seqüência, vieram a ditadura plena e o *Combate nas Trevas*². Os dois acabaram; 1968 não. Contudo, não é questão de dizer que ficou incompleto ou que não há depoimento ou obra que possa esgotá-lo. Isso se pode dizer de todos os anos. O que fascina de 1968 e o mantém instigante está no fato de ter sido um ano de espírito estudantil que se alastrou por artistas e intelec-

tuais, marcado por um desejo não muito bem definido de liberdade e por um sentido de constante descoberta e criação da vida que não se perderam naquelas conseqüências. Foi um ano de *esquerda*, sem dúvida, daí o motivo de intensa repressão por parte de conservadores e reacionários e da crença, entre revolucionários, em torno de certezas científicas polêmicas, que nós sabemos muito bem o que significou e ainda significa. De espírito estudantil, esse ano não poderia deixar para a posteridade senão perguntas e mais perguntas para acompanhar a renovação interminável dos ideais e dos sonhos. Por isso, entre os extremos que se engalinharam, 1968 salvou a vida. E não precisava salvar mais nada para que um dos estudantes daquele ano, em nome de todos, mantendo seu espírito de *eterno aprendiz*, cantasse um dia: "é bonita, é bonita e é bonita".

² STítulo de livro de Jacob Gorender.

OPÇÃO PELA LUTA ARMADA: CERTA OU ERRADA?

A pergunta inicial para a realização deste texto foi: Por que optar pela luta armada durante a ditadura militar? Questionamento que se desdobrou em novas perguntas: Seria esta uma opção plausível, ou mesmo realizável? Não teria sido um grande equívoco proposto por um grupo de estudantes idealistas e visionários? A opção pela luta armada teria sido fruto de uma geração rebelde com ideais utópicos? Sim, talvez tenha sido um pouco de tudo isso, mas é preciso também investigar quais foram as motivações sociais e políticas que tornaram possível a opção pela luta armada.

Uma das implicações óbvias da tomada do poder por meio de um golpe militar é o modo como o novo poder instituído deve controlar sua oposição política. A divisão entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, característica dos sistemas democráticos, desaparece; e o Executivo torna-se o poder dominante na mão das forças armadas. Essas instituições domesticadas pelo Executivo e auxiliadas pela censura dos meios de comunicação favorecem tanto a coe-

ção do Estado como a tarefa de combater a oposição.

A centralização do poder também permite que as ditaduras militares apresentem para o povo uma imagem de harmonia e coerência. Seus objetivos são assegurados por uma ação repressiva, que abrange desde o que deve ser informado ao público, passando pela infiltração de agentes nas organizações de esquerda, até se completar com a organização de centros de tortura, legais ou clandestinos, para combater a oposição ao regime. Foi esse tipo de governo que se instaurou no Brasil a partir de 1º de Março de 1964.

O temor foi a forma desse governo enfrentar as oposições políticas durante o período ditatorial. Era pelo temor, e não pelo amor ao país, que os brasileiros deveriam aceitar o regime. O que se buscava era alguma forma de intimidação que, pelo medo, levasse à subserviência civil. Esse processo, sem dúvida, suprimiu, em um primeiro momento, o diálogo indispensável ao funcionamento de um regime democrático e, em um segundo momento,



ADAIL IVAN DE LEMOS

MÉDICO, FORMADO PELA FCM DA UERJ, GRADUOU-SE EM PSIQUIATRIA SOCIAL E MEDICINA PSICOSSOMÁTICA PELA UNIVERSIDADE DE LONDRES. É EX-PRESO POLÍTICO.

contribuiu para a formação de uma oposição armada ao regime e ao sistema capitalista brasileiro.

Em seu todo, a oposição política ao golpe militar incluiu os mais variados setores da sociedade brasileira, inclusive parte da Igreja. No entanto, a oposição armada foi constituída por quatro organizações principais: a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e algumas organizações oriundas do Partido Comunista do Brasil (PCBR e PC do B). Em 1969, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) uniu-se a um setor dissidente da Política Operária

(POLOP) e deu origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e, em 1973, outra facção minoritária do MNR, proveniente da guerrilha de Caparaó, formou o Movimento de Ação Revolucionária (MAR). A Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o PC do B surgiram como dissidências do Partido Comunista Brasileiro, especialmente em São Paulo. No Rio de Janeiro, o MR-8 foi a principal dissidência do PCB e incorporou muitos universitários oriundos das manifestações estudantis de 1968.

Houve o crescimento da oposição política ao regime e, progressivamente, da opção pela luta armada, que se deveu a três fatores principais. Estes



conseguiram se integrar, gerando uma única forma de oposição.

O primeiro fator era de cunho *político-social*. A derrubada do Presidente João Goulart impediu as reformas estruturais na sociedade brasileira e interrompeu um processo político baseado na organização dos trabalhadores. Com o advento das idéias de Marx e Engels, *socialismo* e *trabalhismo* se tornaram movimentos sociais convergentes, na medida em que se posicionam ao lado da valorização do trabalho e não da valorização do capital. Sem dúvida, o avanço das lutas de classe em nosso país está intimamente ligado aos *progressos* e *retrocessos* do movimento trabalhista brasileiro. Apesar das idas e vindas, a luta dos trabalhadores tem uma história, e o progresso do trabalhismo brasileiro culmina com o apoio a facções armadas que lutaram contra o regime ditatorial.

O segundo fator que favoreceu a opção pela luta armada foi o *fechamento do regime ditatorial*, diminuindo a representação social dos menos favorecidos, aumentando a insatisfação da população e o afastamento progressivo do país de suas raízes democráticas. Os atos institucionais davam cada vez mais força ao poder Executivo, em detrimento do Legislativo e do Judiciário. É útil enfatizar algumas especificidades desse último período ditatorial.

Na história do Brasil, sempre houve ditadores que provinham das forças armadas (Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto), mas as primeiras ditaduras foram exercidas em nome dos ideais da República. Outras vezes um militar era eleito para governar civis (Hermes da Fonseca e Eurico Gaspar Dutra) e agia de forma mais ou menos discricionária, utilizando o exército para combater insurreições populares ou colocando partidos políticos na ilegalidade. Houve também civis que exerceram poderes ditatoriais (Artur Bernardes e Getúlio Vargas) por meio de medidas

constitucionais excepcionais e perseguição política.

No entanto, os governos militares pós-1964 foram singulares, uma vez que constituíram o primeiro governo ditatorial renovável exercido por vários generais das forças armadas no comando das forças armadas. Em nenhum outro momento da história brasileira, o poder militar envolveu-se tão diretamente em uma “guerra suja” contra as organizações e partidos de esquerda. Essa ditadura militar que caracterizou o governo brasileiro de 1964 a 1985 atravessou pelo menos três fases distintas.¹

A primeira foi a do Golpe de Estado, em abril de 1964, e consolidação do novo regime. A segunda começa em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), desdobrando-se nos chamados *anos de chumbo*, em que a repressão atingiu seu mais alto grau. A terceira fase se abre com a posse do general Ernesto Geisel, em 1974 – ano em que, paradoxalmente, o desaparecimento de opositores se torna rotina –, iniciando-se então uma lenta abertura política que iria até o fim do período de exceção.

Na fase inicial, o setor das Forças Armadas que prevaleceu na disputa interna para comandar o aparato estatal foi o proveniente da Escola Superior de Guerra (ESG), que havia construído um verdadeiro projeto nacional de poder, entre 1954 e 1964, tendo como principal líder o marechal Castello Branco, primeiro presidente do ciclo militar. O primeiro Ato Institucional, de 09/04/1964, desencadeou a primeira avalanche repressiva, materializada em cassação de mandatos, suspensão dos direitos políticos, demissão do serviço público, expurgo de militares, aposentadoria compulsória, intervenção em sindicatos e em prisão de milhares de brasileiros.

Inspirada no similar *National War College* norte-americano, a ESG nasceu em 1949 sob a jurisdição do Estado-Maior das Forças Armadas.

Sua orientação era marcada por forte ideologia anticomunista, que se traduziu na mencionada Doutrina de Segurança Nacional, com base na qual se construiu o aparato capaz de controlar toda a vida política no país e formar quadros para ocupar cargos de direção no novo governo. O grupo de oficiais da ESG também montou o Serviço Nacional de Informações (SNI), um dos pilares da ditadura, concebido pelo principal teórico do regime, o general Golbery do Couto e Silva. A ESG e o SNI desenvolveram um papel político fundamental na implantação e defesa do governo de exceção.

Nessa época, o fator ideológico – a doutrina anticomunista – foi preponderante e decorria em grande parte da guerra fria entre os EEUU e a

contexto histórico regional trouxe, então, a generalização de regimes políticos repressivos em vários países: Brasil (1964), Argentina (1966 e 1976), Uruguai (1973), Chile (1973), enquanto a ditadura de Stroessner, no Paraguai, já remontava à década anterior, 1954. Com base nessa doutrina, foram decretadas no Brasil sucessivas Leis de Segurança Nacional sob a forma de Decretos-Leis (DL), uma em 1967 (DL 314) e duas em 1969 (DL 510 e DL 898), de conteúdo draconiano, que funcionaram como pretenso marco legal para dar cobertura jurídica à escalada repressiva. O espírito geral dessas três versões da Lei de Segurança Nacional indicava que o país não podia tolerar antagonismos internos e identificava a vontade

Essa repressão por aniquilamento físico na tortura e as mortes sobrevindas do enfrentamento aos movimentos populares exacerbaram o ânimo dos estudantes e fomentaram a opção pela luta armada.

União Soviética. Assim é que, no subcontinente latino-americano, os anos de 1960 e 1970 vão contabilizar um nítido fortalecimento das forças de direita que haviam resistido aos governos de orientação nacionalista dos anos de 1950, como o de Vargas, no Brasil; Perón, na Argentina; Paz Estensoro, na Bolívia; Jacobo Arbenz, na Guatemala, e vários outros. Como regra geral, esses governos de direita estreitaram, no plano econômico, a associação com seus antigos aliados do capital externo, sob tutela militar nacional, e incorporaram plenamente a estratégia norteamericana de contenção do comunismo, resumida pela Doutrina de Segurança Nacional. O resultado dessas políticas de segurança nacional foi o estabelecimento de governos ditatoriais no assim chamado Cone Sul da América Latina. Esse

da Nação e do Estado com a vontade do regime. Se o alvo inicial eram apenas os opositores no plano partidário e na luta política clandestina, de fato a lei terminaria fulminando também a liberdade de imprensa. Ao estabelecer que jornais e emissoras de rádio e televisão deviam contribuir para o fortalecimento dos objetivos nacionais permanentes, abria-se caminho para proibi-los de divulgar críticas contra autoridades governamentais porque não poderiam indispor a opinião pública contra elas, gerando animosidade ou a chamada guerra psicológica adversa. O controle da classe trabalhadora pautou-se por forte coerção sobre os sindicatos, quando não por intervenções diretas e prisão ou assassinato das lideranças. Em quase todos os casos, os partidos políticos preexistentes foram extintos e o

parlamento submetido a severas limitações, quando não simplesmente fechado.

O terceiro fator que estimulou e fortaleceu opção pela luta armada originou-se da forma como a *repressão à oposição política* foi exercida pelo governo ditatorial. Ao contrário de outras ditaduras latino-americanas bem mais sangrentas (Chile e Argentina), a preferência pela eliminação física dos opositores ao regime foi instaurada progressivamente no Brasil e pode ter causado também um avanço paulatino da luta armada.

O objetivo principal da ditadura brasileira era o de eliminar as lideranças e não os militantes de apoio ou os simpatizantes das organizações subversivas, que eram apenas torturados. Por esse motivo, o peso maior da ação repressiva incidiu sobre as lideranças das organizações armadas que se opuseram ao golpe militar. Isto explica porque o número de mortos (mas não o de torturados) no Brasil foi bem menor do que em outros países da América Latina. Entretanto, esse número relativamente pequeno de mortos (N= 400) não significa que a ditadura brasileira tenha sido mais "branda" ou mais "democrática" do que as outras. Ao contrário, a ditadura brasileira serviu de modelo para as ditaduras argentina e chilena, às quais se aliou-se através da Operação Condor, que redirecionava subversivos para os agentes repressores de cada país.

Nessa tarefa de eliminar fisicamente a oposição armada, o Exército Brasileiro foi capaz de mobilizar e integrar seus diferentes contingentes, dispersos em todas as áreas do nosso país, com um objetivo comum: o de combater a oposição política. No entanto, além do luto e da indignação, o assassinato de lideranças gerou um apoio político silencioso às vítimas do regime. A repressão, exercida por meio de assassinatos, progrediu desde o início do golpe de Estado em 1964. A estatística anual dos óbitos² foi a seguinte: 1964, N=24; 1965, N=2; 1966, N=2; 1967, N=3; 1968, N=12; 1969, N=22. A análise superficial desses dados revela que houve dois patamares de assassinatos e um período relativamente calmo, de "entressafra", que vai de

1965 a 1967. O primeiro patamar em 1964 totaliza 24 mortos e incide sobre a oposição política ligada ao movimento sindical e trabalhista existente antes de 1964 (PTB e PCB). Muito antes, portanto, que as ações armadas viessem à luz. Mortes, torturas, prisões em massa e inúmeros "suicídios" macularam os primeiros anos pós-golpe. O segundo patamar, apenas entre 1968-69, foi ainda pior e alcança 34 mortos. Ele incide prioritariamente sobre estudantes universitários, visando destruir as organizações nacionalistas revolucionárias e as dissidências do Partido Comunista Brasileiro.

A análise deixa claro também que o fechamento do regime ditatorial foi um dos fatores responsáveis pela criação de uma oposição armada e não o contrário. Se não, como explicar o primeiro "pico" e as mortes durante a "entressafra"? No período entre 1964 e 1967, houve escassa oposição armada, mas a ditadura se mantinha ativa, torturando e executando pessoas. As mortes no segundo período de "pico" deveriam servir como exemplo inibitório e forma de contenção para uma oposição crescente ao regime. Contudo, aqui também houve um efeito indesejável. Essa repressão por aniquilamento físico na tortura e as mortes sobrevividas do enfrentamento aos movimentos populares exacerbaram o ânimo dos estudantes e fomentaram a opção pela luta armada.

Pegar em armas, entretanto, só é uma opção política quando um movimento social é impedido de progredir, quando setores desfavorecidos da sociedade não mais obtêm representação política e, especialmente, quando as formas de combater a oposição geram ainda mais oposição. Esses três fatores foram preponderantes para que a oposição política ao governo militar se transformasse em uma oposição armada e, neste sentido, a opção pelas armas não teria sido mera consequência de motivações individuais idealísticas ou psicológicas.

Obviamente a opção pela luta armada não prosperou. A repressão brutal às manifestações populares de 1968 e a perseguição aos líderes

do movimento dos trabalhadores inviabilizaram a oposição política e desconectaram os movimentos guerrilheiros de suas bases sociais. De outro lado, os métodos ilegais utilizados para combater as vanguardas (delação, tortura e agentes infiltrados e assassinato político) destruíram militarmente as incipientes organizações armadas que poderiam vir a representar as massas. Mais do que isso, destruíram toda uma geração que possuía um ideal altruístico. Não houve geração tão abnegada quanto a formada pelos líderes populares, militantes revolucionários e estudantes universitários de 1968. Eis o depoimento de Vera Sílvia Magalhães³ diante das “quedas” de vários militantes de sua organização:

Eu tinha que me manter na organização, eu tinha fundado aquilo, me sentia muito ligada a todo mundo, inclusive afetivamente. Eram meus amigos, eram a minha vida... A minha identidade era aquela: seja em declínio, seja cercada, seja como for, eu era uma “guerrilheira”, com aqueles amigos, com aqueles “guerrilheiros”, isto é, pessoas que se propuseram transformar a sociedade.

Mais adiante ela complementa.

Olhar para o nosso passado...significa ver cicatrizes e uma bem pesada bagagem: o sentimento que sobrevivemos a nós mesmos, as nossas mais caras crenças, ao companheirismo e afeto da relação entre os militantes, aos amigos mortos e destruídos de outras formas...Olhar para o passado revela o que somos hoje: não desistimos da utopia. Mesmo que não tenhamos mais o mapa do caminho, resistimos a destruição da generosidade e da esperança.

Pessoas como Vera Sílvia abandonaram suas famílias e sua condição de classe para lutar contra a ditadura. Militantes de esquerda tiveram seus corpos dilacerados e seus companheiros mortos, conhecendo as agruras de sobreviver na clandestinidade sem qualquer apoio social. Na

selva amazônica, os “guerrilheiros” do PC do B passaram fome ou comeram carne crua de macaco para sobreviver. Outras pessoas, consideradas subversivas, sequer enterraram seus amigos e parentes mortos.

Entretanto, ao retirar da evolução sociopolítica do nosso país esse elo de dedicação ao outro, o regime militar saltou uma “geração” e uniu valores da geração anterior aos da geração subsequente. Uniu o *autoritarismo dos idosos* – geração anterior – ao *narcisismo juvenil* das gerações pós-ditadura. O resultado é o caos social em que vivemos hoje, onde só a *força*, de um lado, e o *egoísmo*, de outro, adquirem representação social sustentável.

A geração que representava o vínculo humanitário com o Outro foi inibida, morta ou desarticulada. Com isso, a idéia de país socialmente mais justo e igualitário desapareceu e talvez esta idéia demore muito a se refazer. Quando desaparece uma utopia, uma parte do real, a ser construído, também desaparece. Não há precedente na história deste país de uma geração como a de 1968, que abriu mão de valores burgueses e dedicou sua vida à causa revolucionária de transformar a sociedade brasileira em uma sociedade mais justa. Talvez a persistência de um Brasil socialmente injusto permita perceber a falta que essa geração nos faz.

¹ Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – **Direito à Memória e à Verdade**, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

² www.desaparecidospoliticos.org.br – Site sobre o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil – Centro de Documentação Elias Delizoicov, Website, desde 1993.

³ Luiz MaKlouf Carvalho – **Mulheres que Foram a Luta Armada**, Editora Globo, 1998.

IMPERIALISMO

E MOVIMENTOS

VIRGÍNIA FONTES

Professora Visitante da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; Docente da UFF-Pós-Graduação em História; Professora da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST.



Fonte: www.nostalgie.fr (imagem eletronicamente modificada para esta publicação)



MOMENTOS SOCIAIS NOS 40 ANOS DE 1968

Palestra apresentada no Seminário Nós que amamos tanto a revolução: 1968 – 40 anos, IFCS/UFRJ, maio de 2008, realizado por diversas entidades do Rio e de Niterói; em junho no Centro Acadêmico de História da UFRGS (CHIST) e no Colégio Pedro II – Unidade Centro-RJ, Os movimentos sociais em 1968 e na atualidade. Agradeço a revisão de Ivan Martins.

As análises sobre maio de 1968 francês ou sobre as manifestações internacionais daquele ano ressaltam sua ambivalência ou seus aspectos paradoxais. As lutas *soixante-huitardes*, muitas vezes interpretadas a partir da ótica francesa: a) seriam uma efetiva revolução, embora frustrada; b) expressariam demandas utópicas ou românticas¹ ao lado de impulsos anticapitalistas; c) teriam características subjetivantes e individualistas, que conduziriam as reivindicações ao hedonismo e ao consumismo; d) sugeririam importantes transformações, mas permaneceriam no terreno da adequação ao capitalismo;² e) acirrariam a fragmentação das lutas sociais; f) traduziriam um brutal distanciamento cultural entre gerações, com a irrupção de novas formas musicais, de relação com o corpo, demonstrariam a exigência de um “novo marxismo”, etc. Os movimentos sociais de 1968 seriam ao mesmo tempo revolucionários e contra-revolucionários.

Um ponto, entretanto, é pouco polêmico. Maio de 1968 na França se correlaciona com outros movimentos sociais então em curso no mundo: a luta anti-*apartheid*, nos Estados Unidos, e por

direitos civis; a recusa crescente da intervenção colonial dos EUA no Vietnã e, por extensão, a defesa do Terceiro Mundo e as lutas anti-coloniais.

Essa intervenção, feita para jovens pesquisadores, tem tom algo provocativo, sugerindo que formulem questões amplas e gerais, para além de pesquisas interessantes, corretamente escolares, mas às vezes limitadas. A questão que vou sugerir se afasta propositadamente da imediatividade das manifestações de 1968, que envolveram também a maior greve geral ocorrida na França, além de manifestações populares e estudantis em inúmeros países, por razões locais diversas. Este artigo se afasta também do terreno mais classicamente historiador, pois não vou me ocupar das características específicas em cada âmbito nacional; nem pensar o evento apenas em si mesmo; menos ainda alinhar as diferentes filiações (diretas ou indiretas) que reivindicam 1968. Essas últimas remetem, no pós-1968, a uma série de pensadores que, herdeiros ou não do que ali ocorreu, assim se proclamaram ou foram entronizados, com os perfis culturais, políticos e ideológicos os mais diversos.

Nesta e nas próximas páginas deste artigo, reproduzimos a série **"Affiches mai 68"**, com cartazes produzidos pelo movimento social francês em maio de 68. "Estes cartazes foram impressos em diferentes 'atelês populares' criados nas universidades e principalmente na Escola de Belas Artes. Utilizando a serigrafia, uma técnica que alia simplicidade e rapidez, representaram a resposta imediata às tomadas de posição oficiais e apoiavam as greves e as manifestações. Constituem o espelho do cotidiano de maio de 68."

Fonte: www.lecointredrouet.com/mai68/affiches.html
Acesso em 19 de outubro de 2008.

O deslocamento desse eixo de abordagem permite abandonar o terreno comemorativo, que pretende festejar o evento, ou rememorativo, que procura retomar o tema, dado sua importância genérica. Sugiro trabalhar sobre a contradição já assinalada: o ano de 1968 expressa, ao mesmo tempo, um componente revolucionário e contra-revolucionário. Além de debruçar sobre o consenso do alcance internacional das lutas sociais na década de 1960. O conjunto dispar das manifestações de 1968 talvez nos permita problematizar alguns temas ligados à *dinâmica da reprodução capitalista atual*. Que razões subjacentes permitiram uma tal internacionalização, expressa em manifestações distintas e em questões mais ou menos próximas? Diferentes temas, ritmos, intensidades, tipos de problemas e especificidades nacionais atravessaram, em 1968, as fronteiras políticas nacionais.

Eis uma hipótese: 1968 ex-

pressou, de forma difusa, a emergência de questões e lutas cujo escopo só faria plenamente sentido num contexto internacional de lutas de classes de teor anticapitalista, pois não eram mais solúveis ou solucionáveis nos âmbitos nacionais. Mais além, o pós-1968 demonstraria que, mesmo as lutas mais árduas e mobilizadoras, se isoladas e reduzidas ao nível nacional, iriam se converter em processos adaptativos e não revolucionários. No máximo, iriam se tornar cosmopolistas,³ e não internacionalistas. Complementando brevemente o argumento, veremos que o aspecto revolucionário de 1968 reside menos no que efetivou concretamente em cada país, e mais na exigência de internacionalização que expressou e para a qual não pôde encontrar um formato próprio, capaz de associar a dinâmica nacional num contexto de internacionalização acelerada do capital. Este é o aspecto ainda atual das formidáveis lutas da década





Abaixo o imperialismo americano.
Características do original: [57 X 83].
Ilustrado. Azul sobre branco.

de 1960. O aspecto contra-revolucionário residiu no re-encapsulamento de enorme volume de reivindicações sociais claramente insolúveis – mas inelimináveis – em âmbitos nacionais cada vez mais estreitos, ao lado de sua expressão cosmopolita por meio de agências internacionais garantidoras da ordem.

Então, o que permitiu bloquear esse aspecto revolucionário? Não há muita originalidade nesta resposta, ainda prévia: a efetiva internacionalização dessas lutas foi contida pelo contexto da Guerra Fria.

Apesar do consenso sobre a dimensão internacional dos movimentos sociais em 1968, poucos são os que tratam o tema a partir do ângulo da internacionalização do capital. O mais corriqueiro é a ênfase na internacionalização de novos modos de comportamento, algumas vezes expressando certa surpresa.⁵

Vias internacionais por onde desaguar tais lutas estavam li-

mitadas pelo burocratismo – que, embora denunciado por muitas manifestações populares, sobretudo após 1956 e o relatório Krushov, seguia caracterizando a atuação de muitos partidos comunistas e de suas entidades internacionais –; pela fragilidade das organizações anti-estalinistas, também elas profundamente marcadas pela guerra fria; pela presença de entidades internacionais oficiais voltadas explicitamente para a sustentação da dinâmica capitalista; e, enfim, por organismos oficiosos que, apesar da proximidade com o capital e de sua estreita defesa da lógica capitalista, podiam se apresentar como não diretamente empresariais e movidos apenas pela boa vontade (fundações, *think tanks*, entidades diversas).

Ora, na própria década de 1960 se intensificavam formas variadas de internacionalização do capital, o que acarretaria profundas transformações, a começar pela expansão das então de-

**Frente Unida Contra a Repressão.
Organizemos nossa defesa.**
Características do original: [56 X 77].
Ilustrado. Verde sobre amarelo.

nominadas empresas “multina-
cionais”. Hoje sabemos a impor-
tância que teria a extensão, por
exemplo, de mercados interban-
cários de moedas “livres” (*off-
shore*), que escapam à legisla-
ção do país hospedeiro, como
foi implantada no final dos anos
1950 na Inglaterra (eurodó-
lares), propulsando a concen-
tração internacional de capi-
tais.⁴ Forneceriam o modelo
para a desregulamentação das
operações monetárias em todo
o mundo, reconfigurando o pre-
domínio do capital.

A estratégia clássica do im-
perialismo explicitada por
Lênin⁵ – o papel desempenha-
do pela social-democracia em
seu formato clássico e a cons-
tituição de uma aristocracia o-
perária nos países centrais –
conseguiu manter as principais
lutas operárias separadas e
enclausuradas nas dinâmicas
parlamentares locais, sobretu-
do pelas desigualdades gigan-
tescas entre as condições de
vida dos países da OTAN (e al-

guns outros) e dos demais pa-
íses, inclusive os pós-revoluci-
onários. Além disso, outro enor-
me fosso separava populações
dos países centrais, urbaniza-
das e com direitos sociais, de
um enorme – e difuso – “Ter-
ceiro Mundo”, no qual se inten-
sificavam as expropriações do
povo do campo e a produção
de massas de trabalhadores
aptos a serem devorados pelo
mercado. Para tais massas po-
pulares, era muito desigual o
acesso a contratos regulares de
trabalho, em países com graus
diversos de industrialização,
mas com burguesias crescente-
mente conectadas ao mercado
internacional (caso do Brasil,
por exemplo).

Inexistia um efetivo movi-
mento internacional de traba-
lhadores, para o que contribuía
a Guerra Fria. Por caminhos tor-
tuosos, promovidos direta-
mente pela institucionalidade oci-
dental derivada da Guerra Fria
(Organização das Nações Uni-
das – ONU, Organização Inter-





nacional do Trabalho – OIT, Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, as diversas entidades do BANCO MUNDIAL, Fundo Monetário Internacional – FMI, além de centrais sindicais internacionais muito distantes de qualquer projeto revolucionário), passando pelas vias oficiais soviéticas burocratizadas, com o quase apagamento de qualquer horizonte revolucionário, não havia escoadouro nem diretriz para a irrupção de revoltas populares, que, em muitos casos, envolveram o conjunto da classe operária (caso francês) ou suas parcelas mais expressivas (Itália ou Estados Unidos).

As entidades internacionais de trabalhadores – sindicais ou partidárias – estavam encapsuladas na dinâmica da Guerra Fria, o que simplificava a tomada de decisões (pois os lados estavam previamente demarcados), mas levava a desconsiderar as manifestações que já nesse momento a extrapolavam. A

Guerra Fria *obscurecia*, pela sua inoportunidade, que as questões emergentes representavam, frente às opções que então apareciam como óbvias, *o pano de fundo internacionalizante – que acompanhava tais lutas*.

As lutas antiimperialistas conservavam um caráter anticapitalista. No entanto, perdiam acuidade. Eram majoritariamente associadas à defesa da URSS, da China ou de Cuba, sempre demarcadas pelo eixo da Guerra Fria, conquanto envolvessem situações bastante diferentes. Oscilavam num pêndulo em que, numa ponta, ressaltavam-se a igualdade e a socialização da propriedade e dos direitos, enquanto na outra ponta se rarefazia uma efetiva análise das condições efetivas de cada um dos pólos do chamado “socialismo real”, no qual crescia a indistinção entre a burocratização comunista e a social-democracia.

No ano de 1968, quando

Na Medicina como em todo lugar.
Mais "Grande Patrão".
Características do original: [60X80].
Ilustrado. Preto sobre branco.

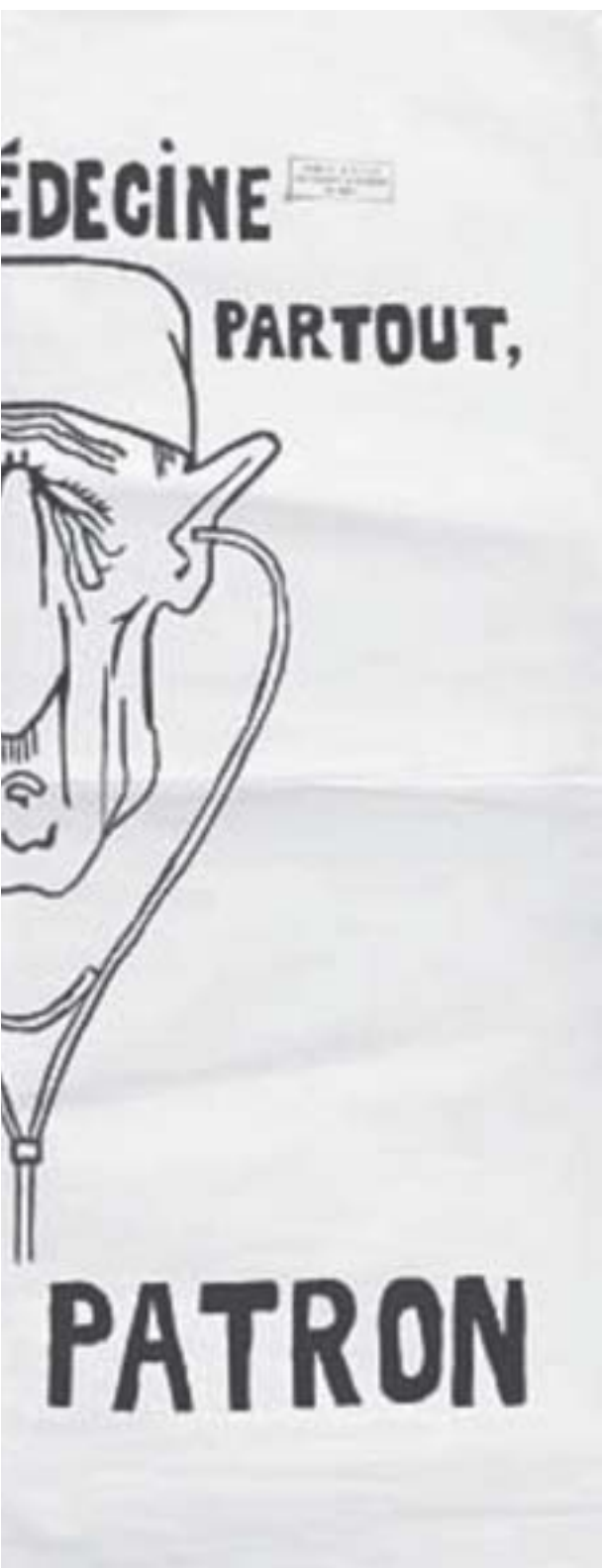
tantas manifestações internacionais vieram à tona, estas expressavam, por vezes de apenas maneira opaca, inclusive para os próprios participantes (mas hoje podemos e precisamos perceber), quanto os terrenos de luta se moviam, deslocavam-se, buscavam ampliar-se. As lutas anticapitalistas tornavam-se, de fato, internacionais.

Ocorria inclusive uma certa aproximação entre reivindicações em curso nos países pós-revolucionários e nos demais países europeus, sendo consideradas como *democratizantes*, no sentido de uma efetivação mais ampla de direitos assegurados apenas de forma genérica, de um lado e de outro, dos rígidos limites da Guerra Fria. A irrupção de lutas comuns – decerto democratizantes, mas a partir de um patamar muito além do admissível pela ordem num e noutra lado da fronteira, pois partiam de um patamar para além da propriedade – foi coagulada nos termos da social-democracia.

A extensa muralha da Guerra Fria – em seu sentido literal, institucional; no sentido das formas de percepção do mundo ou ideológicas então dominantes; como anteparo frente às transformações já em curso e, importantíssimo, como uma certa institucionalidade do capital, que associava o âmbito nacional e o internacional – emparedou a emergência de novas formas de organização revolucionárias que as manifestações 1968 comportavam. Não apenas as conteve, como num dique, mas também as direcionou, posteriormente construindo, ora pacientemente ora violentamente, os desaguiadouros para novos "excessos" populares que pudessem se constituir.

A Revolução Cubana, decerto, procurou instaurar dinâmicas internacionais. Dadas, porém, as condições específicas nas quais se encontrava, fazia isso voltada sobretudo para a América Latina ou, logo posteriormente, para países com certo grau de





proximidade na trajetória histórica, em especial frente à questão da descolonização. A expansão do imperialismo como forma exacerbada de concentração de capitais, que se modificava, assumindo novas formas era ainda um desafio muito recente, enquanto as novas reivindicações, lidas através da chave de leitura prévia, permaneciam obscuras.

Dessa forma, o crescimento da internacionalização do capital geraria novos descontentamentos populares sem canais organizados de expressão internacional. Tornavam-se evidentes seus primeiros efeitos impactantes, extrapolando claramente as demarcações até então traçadas.

Esse é o caso de uma série de lutas dos anos de 1960 e 1970. Começamos pelas **lutas anti-racistas**, presentes em inúmeras manifestações de 1968 e que atravessaram o século XX, prosseguindo na atualidade, sob formas variadas. Essa é uma questão que envolve necessari-

amente o âmbito nacional e o internacional. Sua contenção no interior de fronteiras nacionais apenas a escamoteia ou empalidece, ainda que regularmente seja apresentada como algo a ser "resolvido" através de legislações nacionais.

Ora, a expansão da internacionalização do capital conduzia a dois movimentos simultâneos: a imigração de trabalhadores em direção aos países centrais e, ao contrário, a migração de capitais em direção a alguns países periféricos. A reconstituição de racismos iria tornar-se uma maneira permanente de subordinação ao capital, pela subalternização de determinados segmentos dos trabalhadores – segmentos demarcados pela cor da pele, pela língua, pela cultura, pelos hábitos e formas de viver. Mas, sobretudo, marcados a ferro pela extrema precariedade a que imensas parcelas de trabalhadores eram permanentemente reconduzidas. De forma econômica e, portanto, discreta, o racis-

**Dois camaradas detidos
após as manifestações "Nixon".
Todos ao julgamento, segunda-feira, 17h.
Assembléia Geral, 13 h. Vincennes.
Características do original: [58X76]. Não
ilustrado. Vermelho sobre branco.**

mo figuraria como um rastro, uma marca indelével da passagem da expansão capitalista. O mais dramático é que incidiria exatamente sobre os setores mais frágeis das classes trabalhadoras dos países centrais, obrigadas a defrontarem-se crescentemente com levas de imigrantes, quer em seu próprio território, quer alhures, quando figuram apenas de maneira virtual ou abstrata, mas tão presentes quanto se fossem vizinhos do mesmo andar.

As manifestações contra a guerra do Vietnã, assim como haviam sido as lutas contra a presença francesa na Argélia, de cunho também anti-racista, traduziam claramente seu viés anticapitalista e antiimperialista. A legítima defesa da autodeterminação dos povos precisava superar-se, entretanto, para impedir o enclausuramento de problemas cujo escopo ultrapassava fronteiras nacionais. O mesmo ocorria com a luta contra a segregação nos EUA e sua co-

nexão com a recusa dos negros estadunidenses à participação na guerra do Vietnã, e que se espraiava no campo popular. Uma conexão internacional entre lutas anti-racistas massivas poderia colocar em xeque o movimento de expansão do capital, já deslanchado pelas multinacionais. Explicitadas no cenário internacional e evidenciadas as múltiplas formas de seu enraizamento, poderiam contrapor-se às formas da produção maciça de racismos coligadas à expansão do capital, qualquer que fosse sua origem nacional, étnica ou cultural.

Face ao risco de seu extravasamento, tratou-se de contê-las nas fronteiras nacionais, minorando-as por um lado e exacerbando-as de outro, deslocando-as de um a outro grupo social, interna e externamente. Dois foram os procedimentos adotados internacionalmente para conter e direcionar tais lutas. Nos EUA, violência aberta, pela eliminação dos líderes negros mais comba-





tivos ou por sua criminalização, e sua juridificação segmentada, através da conquista do direito à igualdade jurídica e, em seguida, de escassos direitos compensatórios focalizados. Tais direitos foram, a cada vez, circunscritos a um único grupo (em primeiro lugar, os afro-descendentes) sobre os quais pesava, e pesa ainda, um intenso racismo no plano internacional.

Ocorreria, doravante, intenso processo de reconversão no interior da dinâmica capitalista, com consequências importantes para a própria luta anti-racista, mas, sobretudo, para as lutas antiimperialistas e anticapitalistas. Separava-se a luta pela descolonização do anti-racismo, este trazido para o âmbito unicamente nacional. Sobretudo, seria apartada da *luta contra a criação de inúmeros e multiformes racismos através da desqualificação regular de trabalhadores das mais diversas procedências*. Deslocadas do terreno da exploração e, portanto, da

igualdade no plano internacional, as lutas anti-racistas enfrentam ainda hoje o risco de sua banalização, tantos são os grupos atingidos, tão diversas são suas formas, tão urgentes as intervenções pontuais, tão recorrentes suas manifestações. A concorrência internacional entre os trabalhadores se acirra, levando aos campos de refugiados, ao acúmulo de imigrantes nas fronteiras, à morte de trabalhadores em frágeis balsas procurando atingir a Europa, aos muros e ao assassinato corriqueiro de imigrantes em direção aos EUA, a um racismo multiforme e viscoso.

A culminância desse procedimento iria se expressar na atualidade sob inúmeras formas. Intelectualmente, foi há pouco tempo defendido numa publicação como o *Choque das Civilizações*, de Samuel Huntington, que Adriana Facina já analisou, na qual a própria "civilização" é alvo de racismo, justificando a redução à barbárie dos inimigos.

**A luta continua. Estado policial.
Atenção, escola. Reúnam os C.A.L.**
Características do original: [56 X 75].
Ilustrado. Vermelho sobre branco.

Novas tecnologias, entretanto, seriam desenvolvidas para fomentar racismos: assistimos à destruição da Iugoslávia, imersa numa “guerra étnica” fartamente nutrida pelas entidades internacionais; à satanização do mundo muçulmano e, atualmente, ao fomento de velhos racismos, com auxílio de entidades internacionais, num país como a Bolívia.

Ao limitá-lo a um tema jurídico, o **racismo** passaria a ser “normalizado” a partir da construção de políticas específicas, voltadas para grupos específicos, brandidas como a evidência de que o racismo nada tinha a ver com o capitalismo. A forma de incorporação segmentada da luta anti-racista nos EUA, convertida posteriormente em propaganda do próprio governo estadunidense, e, ainda mais posteriormente, em “lição política” imperialista da “organização de grupos segmentados” com apoio de entidades governamentais e empresariais (*think tanks* e fundações) dos EUA a *alguns*

grupos étnicos internacionais, contanto que se mantivessem no *estrito terreno da defesa étnica ou cultural*, levaria ao afastamento da luta anti-racista de boa parcela daqueles que conjugavam a luta anticapitalista e o combate a todo e qualquer racismo.

É evidente – e eu defendo a necessidade de políticas desiguais para desiguais – que o problema não reside na existência de políticas pontuais, mas em seu encapsulamento na defesa singular de cada caso específico e, portanto, na imposição do abandono de um referencial comum, efetivamente universal. O fim da Guerra Fria, 20 anos depois, não seria capaz de desfazer as profundas divisões assim instauradas, inclusive porque, no âmbito internacional, o tema foi canalizado através de uma miríade de entidades internacionais, com uma boa parcela diretamente patrocinada pelos interesses do grande capital.

A segunda grande questão



CONTINUE



Z LES C.A.L

incontornável nos âmbitos nacionais é o que hoje se chama de **ambientalismo ou "sustentabilidade"**, sendo esta última designação a versão do capital (que remete à rentabilidade e ao mercado de créditos-carbono).⁷ Na década de 1960, tanto na antiga União Soviética quanto nos países europeus, evidenciava-se a profunda devastação e seus efeitos sobre a vida social que a expansão da acumulação e da industrialização segundo os moldes da lógica capitalista (ainda que se realizassem na URSS) vinha acarretando. Então, pareciam apenas alguns fenômenos balbuciantes: a chuva ácida se recusava a chover sobre fronteiras pré-demarcadas; a salinização de extensas áreas não se limitava aos países nos quais foram realizadas as grandes barragens; e, o mais inquietante, bombas atômicas não se limitavam a destruir eventuais inimigos, mas poderiam devastar todo o planeta (e assim continuam).

Já na década de 1960, expandiam-se movimentos pacifistas voltados especificamente contra a expansão da corrida armamentista; está neste caso a atuação de E. P. Thompson, na Inglaterra.⁸ Espremidos no interior das margens compactas da Guerra Fria, nas quais a reflexão apontava seja para um alinhamento internacional automático (e que, portanto, corresponderia a defender a corrida armamentista); seja para um internacionalismo verborrágico, no qual as características específicas das classes operárias nacionais eram questionadas em nome de um "internacionalismo" que, outra vez, limitava-se ao alinhamento automático, conduziram a um crescente distanciamento entre as questões da "sobrevivência humana" e as formas pelas quais operava a expansão internacional do capital e de sua lógica. Este distanciamento refletia, em parte, o enclausuramento real no qual se encontravam as classes subalternas dos países cen-

Capital. [Le poing]. Fac de sciences.
Características do original: [50 X 66].
Ilustrado. Vermelho sobre branco.

trais, com relação umas às outras e, sobretudo, com relação às múltiplas questões que atravessavam os países periféricos (e não apenas as imediatas e urgentes). Muito rapidamente, a questão ambiental seria conduzida pelas entidades internacionais do capital: já em 1972 ocorria em Estocolmo a primeira Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, a partir do relatório do Clube de Roma, iniciado em 1968 e constituído por cientistas, industriais e políticos, cujo eixo central girava em torno das novas dificuldades *para o capital* no que tange à utilização de reservas naturais. A proposta de crescimento zero que nele figurava demonstrava amplamente a profunda desconsideração perante a produção internacional de desigualdades, abrindo o caminho para uma peculiar reconversão. A questão ambiental se descolava de dois de seus núcleos fundamentais: da socialização crescente dos processos de trabalho e das *pesadas for-*

mas de concorrência internacional entre os trabalhadores que impulsionavam os mais frágeis a estratégias de sobrevivência predatórias, sendo, portanto, criminalizados por sua própria necessidade. As novas gerações das classes trabalhadoras seriam penalizadas também pela extensão do racismo *ambiental*. Descolava-se também das questões referentes à partilha desigual e combinada dos recursos necessários ao aprofundamento e à ampliação da produção capitalista, impulsionando a expropriação em escala monumental de bens até então sociais (especialmente água e patrimônio genético).

Grosso modo, três canais conduziram a institucionalização da *sustentabilidade*, a começar pela contraposição permanente entre entidades nacionais, tomadas de forma compacta (países pobres e ricos; desenvolvidos ou subdesenvolvidos, primeiro e terceiro mundo, etc.), fazendo desaparecer as profundas desigualdades





internas em cada uma dessas unidades nacionais. Isso favoreceu o estabelecimento de um tipo de mensuração internacional, cuja ponta mais visível e atual é a generalização dos “créditos carbono”. Em seguida, novamente houve o apoio e a sustentação financeira internacional (*fundações e think tanks*) a formas de defesa pontuais da *natureza* (e não da vida social), apoio condicionado exatamente à sua precisa circunscrição.

A inquietação difusamente disseminada em 1968 seria transmutada em ativismo peculiar, com caráter benevolente, sem questionar as bases da ordem social, mesmo quando aparentemente radicalizado. Finalmente, após uma oscilação, ocorreria a incorporação parlamentar de partidos *verdes* (com a cor da natureza, que se opunha, de maneira quase caricatural, aos *vermelhos*, assim como a “revolução verde” procurava borrar as revoluções vermelhas), cuja ação era sabi-

damente paliativa.

Erigia-se, ao mesmo tempo, um dique e *válvulas de escape* para lutas cujo âmbito somente pode ser plenamente internacional – ou, se quisermos, não contível em espaços nacionais – caso traduzissem as formas necessárias pelas quais as lutas de classe poderiam se expressar. Estas precisavam ir além da mera defesa da natureza (uma vez que esta se reconstitui, na sua forma própria, inclusive após uma hecatombe nuclear) e avançar para a superação da generalização internacional da lógica capitalista, à qual somente os “grandes meios” populares, nacionais e internacionais podem fazer frente.

Outro dos mais citados movimentos supostamente oriundos de 1968 – o *feminismo* – padece, com suas próprias especificidades, do mesmo processo de expansão capitalista. Aqui, há uma grande diversidade de questões. Em sentido amplo, incorpora a recusa das desigual-

A ordem reina. [Civière].
Características do original: [43 X 55].
Ilustrado. Preto e vermelho sobre branco.

dades no mercado de trabalho e de oportunidades de acesso ao conhecimento; reivindicações variadas sobre a constituição da família e de modalidades reprodutivas; garantias de propriedade e de direitos de sucessão, além de exigências sobre a sexualidade e o prazer que, todas elas, rapidamente envolveram variadas situações de opressão sexuadas (incluindo a homofobia).

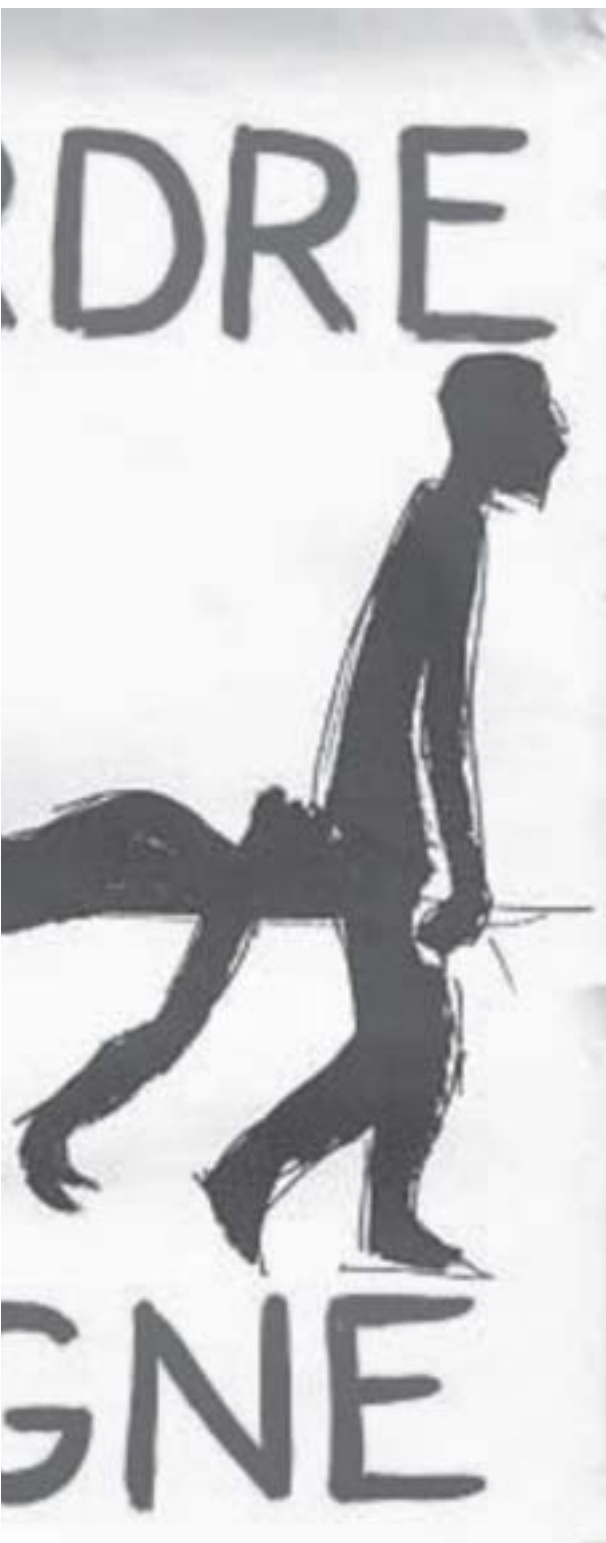
Vamos nos ater às modificações no papel social das mulheres com a expansão das relações sociais capitalistas que, desde muito precocemente, avançou no sentido da incorporação do trabalho feminino, alterando, em proporções muito desiguais, as relações domésticas, a estrutura familiar, os cuidados com as crianças, segundo os diferentes países e a composição histórica de suas classes sociais. A existência de *modelos* familiares burgueses jamais significou a generalização de um único tipo de família, devido às desigualdades existentes no interior das socie-

dades mais modernas e pelas superposições ocorridas nos processos de colonização, em que se constituíram padrões extremamente rígidos de controle sobre as mulheres.⁹ Do ponto de vista histórico, trata-se das maneiras concretas pelas quais se expandem e difundem-se internacionalmente formas similares de constituição familiar.

Uma grande pesquisa de Goran Therborn – *Sexo e Poder. A família no mundo. 1900-2000* – defrontou-se com diversidades econômicas, regionais, culturais e de tradições muito variadas, conduzindo a uma interpretação muito cautelosa. Therborn considera que as principais alterações nas condições de vida feminina derivaram da Revolução Russa e das garantias para a igualdade ali estabelecidas, que se expandiram no mundo, para além das fronteiras europeias:

As reformas escandinavas dos anos 1910 dificilmente tiveram





qualquer repercussão internacional direta, tampouco a tiveram, de modo mais surpreendente, as Revoluções Chinesa e Mexicana do mesmo período. Contudo, os bolcheviques, que introduziram a livre escolha de casamento, a igualdade entre marido e mulher e o divórcio sem alegação de culpa na Rússia no final da década, certamente tiveram. Com certa ironia histórica, esse legado comunista espalhou-se surpreendentemente pelo mundo (THERBORN, 2006, p. 440).

Se o impulso mais importante à maior igualdade nas relações familiares se originou na experiência revolucionária, a década de 1960 teria também trazido efeitos, embora mais contraditórios, uma vez que, ao mesmo tempo, difundia padrões de comportamento de novo tipo, mas ancorados na formação de uma nova elite feminina nos países centrais, assim como na expansão do trabalho feminino nos demais países. Assim:

Estruturalmente, a onda de

despatriarcalização e de retardamento dos casamentos de 1968 em diante foi também sustentada pelo desenvolvimento do mercado de trabalho pós-industrial no mundo rico, colocando mulheres em bons postos da economia de serviços e, mais cautelosamente e de modo indireto, pela expansão do trabalho industrial feminino têxtil e eletrônico na Ásia e em outras partes do Terceiro Mundo (Idem, p. 443).

Os avanços igualitários originados em 1917 encontravam, na década de 1960, uma expansão de mão-de-obra feminina bastante desigual no cenário internacional, tornando a questão da igualdade – contra todas as formas de discriminação – ainda mais central. Rapidamente, porém, o tema da igualdade seria abandonado, contraposto à exaltação das diferenças, tanto teoricamente quanto na própria composição dos modelos familiares.¹⁰ Ora, diferenças somente podem se afirmar em situações de igualdade, caso contrário remetem apenas a formas renova-

Direção Citroën Javel. Sindicato independente.
Características do original: [40 X 60].
Ilustrado. Preto sobre verde.

das de hierarquia, exatamente o que ocorreria nos próprios países centrais. As entidades internacionais – Conferência Internacional da Mulher, promovida pela ONU em 1975 – assumiriam o papel de difusores de uma extensa pauta de intervenção, encampadas pelos governos nacionais e pelo Banco Mundial, difundindo padrões de comportamento feminino.

O movimento de 1968 colocou em curso uma travessia mundial de mudança. Em suas terras natais da Europa Ocidental e da América do Norte, ela proliferou com a expansão da educação superior feminina, que forneceu as 'forças especiais' do feminismo. Foi transmitida, contudo, por intermédio da máquina da ONU de conferências, redes e publicações que também propiciaram agendas globais ou 'Planos de Ação', e geraram novas agências governamentais na maioria dos países, cheias de novos interesses sobre temas de família e gênero (Idem, p. 443).

Embora tenham ocorrido mo-

dificações, inclusive no aumento da escolarização (em todos os níveis) das mulheres, o ponto de maior destaque diz respeito à própria sexualidade, com uma menor transformação no terreno das famílias (e, conseqüentemente, na organização das formas de propriedade).

A revolução sexual não foi um assalto ao casamento e à formação de casais duradouros. Foi uma afirmativa do direito ao prazer sexual, antes do casamento e fora tanto quanto dentro dele. Conforme notamos anteriormente, o casamento também se enriqueceu sexualmente. A coabitação desenvolveu-se como casamento experimental e como formação de parcerias secularizadas e informais, que legisladores e tribunais vêm tornando crescentemente semelhantes ao casamento. A família nunca morreu e, em contradição com um psiquiatra da contracultura famoso antigamente (Cooper 1971), as comunas e as experimentações com a plasticidade sexual nunca foram além de uma franja boêmia. Ao final dos anos 1990, o direito ao casamento tor-





nou-se uma palavra de ordem central para gays e lésbicas. (Idem, p. 455).

Novamente, o caminho internacional para uma reconfiguração coletiva das lutas de classe na década de 1960 foi limitado pela recomposição da forma familiar, com intensa atuação das agências internacionais, ao lado do estabelecimento de *vias alternativas*, ou de *válvulas de escape* para o tema, sobretudo de cunho culturalista ou subjetivista. Ora, as análises de gênero incidem sobre questões reais e pertinentes. Buscam fugir de parâmetros biologizantes; procuram formular categorias capazes de dar conta de um fenômeno de longuíssima duração, mas que produz sexualidades diferenciadas historicamente. Ao insistirem sobre a subjetividade e o papel dos atores, no terreno das representações culturais, buscam sensibilizar não apenas intelectualmente, mas também de forma afetiva, de maneira a

permitir que mulheres – e homens – pensem sua condição e situem-se numa rede complexa de relações, onde formas de dominação e de sujeição se cruzam, somam-se e alteram-se.

Se esse procedimento guarda elementos importantes e não desprezíveis, ele é, entretanto, insuficiente. Em primeiro lugar, por generalizar e homogeneizar a produção do gênero sem atentar para as práticas sociais que os produzem como seres sociais de forma concreta e desigual (a expropriação comum, embora diferenciada). A ênfase exclusiva no gênero, na sua forma *subjetivada* ou *culturalizada* perde de vista a dimensão contraditória que anima a sociedade capitalista e que produz formas de sujeição universalizadas – homólogas à extensão do capitalismo – e naturalizadas.

Assim como a opressão feminina, a propriedade privada dos recursos sociais de produção é uma realidade de longuíssima duração. Não se pode, entretan-

Mobilização pelo Vietnã.
Sexta-feira, 22 de novembro.
FNL vencerá.
Tropas dos Estados Unidos fora do Vietnã.
Características do original: [44X 65].
Ilustrado. Vermelho sobre branco.

to, explicar a persistência de um fenômeno unicamente através de sua durabilidade, mas do conjunto de relações sociais que o reengendra, modificando-o para, contraditoriamente, reproduzi-lo.

Sendo a sociedade capitalista a mais “generalizadora” de suas próprias relações, tendo como atributo a capacidade de revolucionar-se e reconstituir suas próprias bases de exploração (a extração da mais valor e a subordinação do trabalho ao capital) para expandir-se, não é suficiente indicar os *efeitos* subjetivos e culturais no mundo contemporâneo: é necessário incorporá-los para ir além e identificar de que forma – desigual e exploradora – cruzam-se na sociedade atual os fios que reproduzem, de um lado, a subordinação feminina (e sexuada) e, de outro, a subordinação do trabalho ao capital.

Na ausência de uma efetiva conexão entre as diferentes ordens de problemas, todos se acirrando intensamente a partir

da década de 1960, as resultantes sociais derivariam menos de processos dirigidos coletivamente do que de movimentos internacionais aparentemente desprovidos de direção:

A mudança da família tem sido irregular tanto no tempo quanto no espaço. Sua dinâmica tem sido multidimensional, tanto cultural e política quanto econômica. Sua topografia apresenta a aspereza das conjunturas, mais do que o declive suave das curvas de crescimento. Sua extensão planetária é menos produto de forças universais comuns do que resultado de vínculos e de movimentos globais (Idem, p. 444).

Decerto, o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e da concentração de capitais a partir da década de 1960, a aproximação cultural (violenta e também persuasiva) entre povos e culturas distantes e distintas significou uma maior complexidade social. Não, entretanto, como gostariam de supor pós-modernos ou relativistas,



LISATION
VIET-NAM
22 NOV.



AINCRA
PES U.S.
VIET-NAM

CAL CA de FACS 5. 4... 46

descentrada ou totalmente desprovida de unidade e de sentido. Ela responde à generalização de procedimentos similares, com intensidades e graus diversos: expropriações incidindo sobre diferentes áreas da vida social e humana, implicando numa homogeneização mercantil da existência (ainda que desigualmente distribuída e fomentadora de maiores desigualdades), unificação que transparece nas imposições *globalizantes* e na formulação de um “pensamento único”.

Que contradições persistem, apesar dos diques de contenção e de suas válvulas de escape? Em primeiro lugar, mesmo uma concentração de capitais de tamanho porte como a atual, não pode controlar as ações e atividades dessa enorme miríade de entidades apoiadas como *válvulas de escape*. De certa forma, dentre elas emergem, regularmente, grupos que destoam das diretrizes centrais – rigidamente segmentadas – que deveriam

subordiná-los. Vêm sendo, entretanto, crescentemente criminalizados e, sobretudo, reduzidos ao silêncio pelos vultosos recursos destinados, na atualidade, à atuação diretamente empresarial. As lutas de classes atravessam e acirram essas contradições, por insistência da própria realidade, que teima em mostrar suas chagas e resiste ao diagnóstico que dela se faz.

Uma segunda contradição: alguns consideram ser possível atuar de forma idêntica ao capital, sugerindo que essa enorme miríade de entidades se mantenha totalmente descentralizada, opondo-se a qualquer unificação que as articule aos desafios da classe trabalhadora no mundo. *Esquecem que tal opção fica à mercê da unificação que exerce o próprio capital*. E este o faz de diversas maneiras, mas, sobretudo, à sua maneira, pelo viés econômico: convertendo a atuação dessas entidades em novas formas de emprego desprovidos de direitos (e apresentan-

do-os, aliás, como a forma mais moderna do “trabalho”, agora “engajado”); controlando-as através da concessão de financiamentos e da prestação de contas (centralizados pelos organismos de *cooperação internacional* dos países centrais, pelas grandes corporações ou pelo Banco Mundial); redirecionando parcela dessas atividades através da *responsabilidade social empresarial*, em estreita associação com os Estados. Essas novas modalidades, expressas tanto nos âmbitos nacionais como nos âmbitos internacionais (os fundos de investimentos “socialmente responsáveis” ou “ecológicos” são uma das demonstrações mais cabais), unificam tais lutas sob o capital e fragmentam-nas, do ponto de vista da emancipação humana.

Essa atuação algo ingênua vem sendo tentada, por exemplo, através da participação em Fóruns Sociais da ONU, primeiramente, e, em seguida, através do Fórum Social Mundial. Decerto, ali se encontram entidades extremamente combativas, porém isoladas de uma efetiva luta comum a construir, de construção extremamente complexa mas, nem por isso, menos urgente e necessária.

Na dinâmica capitalista, “le mort saisit le vif”: sugando todas as forças vivas se expandem as relações sociais capitalistas, convertendo-as em atividades que reafirmam sua própria alienação. Diferentes lutas e reivindicações integram as exigências de emancipação humana e, tão mais extenso e generalizado é o predomínio do capital, tanto mais

importante a unificação dessas lutas – em âmbitos nacionais e internacionais – para fazer frente à recorrente subalternização dos trabalhadores em todo o mundo. O fim oficial da Guerra Fria não significou o fim das políticas ali gestadas (guerras localizadas, concentração bélica num país, instituições internacionais criadas para assegurar a expansão do capital e da propriedade) nem o fim da imposição do capital contra o trabalho. A mudança de forma e de escala da concentração de capitais recoloca a exigência de uma correlação muito mais estreita e anticapitalista entre as lutas sociais, entre os âmbitos nacionais e internacionais, afinal, muitas delas já demonstraram não ter solução nos âmbitos nacionais, apenas paliativos temporários.

¹ Löwy, M. O romantismo revolucionário de 1968. In: http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp_lowy.htm. Acesso em maio de 2008.

² Debray, Régis. “Modesta contribuição às cerimônias oficiais do décimo aniversário”. Provocativamente, considerava maio de 1968 como o “berço da nova sociedade burguesa”, sugerindo uma “harmonia natural (...) entre as rebeliões individualistas de Maio e as necessidades políticas, econômicas e sociais do grande capitalismo liberal”. Segundo ele: “A comunhão dos egos sobre as barricadas tornou-se o egocentrismo generalizado, o sacrifício de si, o culto do eu ..., a exaltação das liberdades, a confirmação das desigualdades”. Ou movimento de 1968, longe de uma “astúcia da razão” hegeliana – redundaria numa “astúcia do capital”. Apud Buonicore, A. Paris 1968 - o reverso da utopia. In: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=37233> (consulta em 07/05/2008). Ver também, em registro bem mais recente, o trabalho de Boltanski, L. e Chiapello, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

³ A. Gramsci emprega a expressão cosmopolitismo em diversos contextos. Diferentemente do internacionalismo, o cosmopolitismo derivaria do papel de centralização medieval desempenhado pela Igreja.

Em seguida, adotaria um perfil idealizado, adotado por elites dominantes internamente, porém incapazes de forjar um espírito nacional-popular efetivamente internacionalista. Ver, p. ex., *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, p. 80.

⁴ Ver, por exemplo, Hobsbawm, E. J. *Tempos Interessantes: uma Vida no Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, disponível in: <http://www.espacoacademico.com.br/084/84hobsbawm.htm>, onde o autor revela o inesperado das distâncias culturais entre as gerações.

⁵ Chesnais, F. (Org.) *A finança mundializada. Raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. SP, Boitempo, 2005, p. 8-9.

⁶ Lenin, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Obras Escolhidas. Lisboa/Moscovo, Ed. Avante/Progresso, 1977, v. 1.

⁷ Para I. Mészáros, o fato de o sistema do capital global ter atingido seu “zênite contraditório de maturação e saturação” apresenta perigos planetários: a questão ambiental, assim como as reivindicações de igualdade das mulheres, por sua própria natureza, são não integráveis. MÉSZÁROS, István. Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição. Campinas/São Paulo, Unicamp/

Boitempo, 2002, p. 95.

⁸ Cf. Palmer, B. D. Edward Palmer Thompson. *Objecções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 176 e segs.

⁹ No caso latino-americano, o machismo introduzido pelos europeus seria ainda mais rigoroso: “as famílias indo-crioulas [tipicamente latino-americanas, mas com diferenças internas entre as que conheceram a escravidão e as demais] partilhavam características comuns: entre os europeus dominantes, a sociedade crioula representou o fortalecimento e o enrijecimento do patriarcado. As mulheres brancas eram impedidas de qualquer trabalho produtivo enquanto contassem com um provedor masculino e seus escravos ou servos. A preocupação crioula branca com a ‘pureza de sangue’ exigia a presença explícita de damas de companhia e controle parental. O resultado foi um padrão familiar europeu, pouco comum, de segregação e hierarquia dos sexos” Therborn, Goran. *Sexo e poder. A família no mundo. 1900-2000*. SP: Contexto, 2006, p. 60.

¹⁰ “Nas duas décadas logo após a Segunda Guerra Mundial, esse padrão de homogeneização e padronização alcançou seu zênite. Desde então, todos esses aspectos tornaram-se mais variados” (Therborn, pp. 455-6).

VITO GIANNOTTI

ESCRITOR E COORDENADOR

T Tratar de 1968, no Brasil, significa falar de França, Inglaterra, EUA, Alemanha, Itália e Tchecoslováquia; de Luther King, Panteras Negras, manifestações feministas nos EUA, ofensiva do Tet, no Vietnã e Revolução Cultural na China.

Nesse caldeirão, fala-se de raspão no Brasil e logo se pensa em passeatas de estudantes, artistas e intelectuais contra a Ditadura, que já estava entrando no quinto ano.

Para os que ainda se lembram da ditadura implantada em 1964, falar em 68 é lembrar o assassinato do estudante secundarista Edson Luís e a enorme passeata no dia seguinte à sua morte. Trata-se de falar na *Passeata dos 100 mil*, em final de junho. Muitos ainda se lembram do *7 de Setembro* daquele ano, quando um deputado em Brasília chamou os pais dos estudantes a boicotar as manifestações do Dia da Pátria. O ano de 1968 também é lembrado pelo Congresso da UNE em Ibiúna e pelo maldito ato Institucional Nº 5, do mês de dezembro, que implantou o terror de Estado em todo o País.

Para a maioria dos estudantes de hoje, 1968, no Brasil, é pouco mais do que isso. Aliás, para a maioria, é muito menos do que isso. O desconhecimento da nossa história – que sempre foi histórico no nosso país – hoje, diria que se tornou agudo e endêmico, tornando-se a cada dia mais profundo e generalizado.

1968 NÃO FOI SÓ O MAIO FRANCÊS

Para muitos que, com esforço, conseguem ter uma noção do que foi 1968, a visão dominante é a de que foi um ano de grandes lutas mundiais – isto é evidente, é verdadeiro. No entanto, muitas vezes essa visão acaba sendo parcial e distorcida. Há uma atitude, quase genética entre nós, de achar que tudo o que é *de fora* é bom. Lá sim, se luta. Lá se morre na briga política. Aqui, não. Aqui ninguém quer nada. Aliás, já está provado que “brasileiro é pacífico”, “brasileiro é bonzinho”. Brasileiro tem a tal “indole pacífica”. Lembram?

Essa visão é difundida em verso e prosa nas escolas, nas famílias, nas igrejas, nos quartéis e atualmente por todos os meios de comunicação, ou seja, pela mídia do sistema, o “verdadeiro partido da burguesia”, parafraseando Gramsci. Contudo, com isso, não queremos dizer que todos os professores acreditam e repetem essa deformação da alma dos brasileirinhos que caem em suas mãos. Há um punhado que se insurge contra essa versão ideológica da nossa história. Visão/versão que serve enormemente para os que querem manter a sociedade do jeito que está.

Há muitos que combatem essa interpretação ideológica distorcida que serve para manter a hegemonia nas mãos dos que a detiveram desde Pedro Álvares Cabral até nossos dias.

MOVIMENTOS

O GRANDE E

OPERÁRIOS DO NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO



"Operários", Tarsila do Amaral (eletronicamente modificado para esta publicação).

OPERÁRIO ESQUECIDO DE 68



Foto de Evandro Teixeira (modificada eletronicamente)

O fato é que, para muitos, 1968 foi o ano das barricadas no famoso *Quartier Latin*, de Paris. O ano da primavera de Praga e das manifestações pelo fim da Guerra do Vietnã pelo mundo afora.

E as centenas de passeatas realizadas no Brasil? E os sete manifestantes mortos nestes protestos contra a Ditadura? E o discurso de Márcio Moreira Alves que falava aos pais do sangue dos seus filhos derramado nestas passeatas? Depois daquele discurso que denunciava a morte de seis manifestantes, houve mais uma. No Rio de Janeiro, morreu um estudante de medicina da UERJ. Quem se lembra o nome dele? Qual rua lembra esse jovem mártir da luta contra a Ditadura? Qual salão da UERJ lhe é dedicado?

Enquanto isso, fala-se do Maio Francês. Claro, 1968 foi profundamente marcado pela revolta dos jovens franceses, italianos, estadunidenses, tchecos e pela luta gloriosa e, logo, mais vitoriosa, do heróico povo do Vietnã.

No entanto, não podemos nos esquecer dos nossos mártires. Quem ia à passeata do enterro do primeiro estudante morto na véspera, o jovem Edson Luis, sabia que poderia haver mais repressão, mais mortos, que poderia ser o próximo, mas se ia. Assim, as ruas se enchiam, e a Ditadura, segundo aquele deputado, “espancava e matava”.

Quantos mortos houve nas barricadas de Paris? É hora de parar com o complexo de inferioridade frente a tudo o que acontece *lá no estrangeiro* e cultuar nossos mártires. Temos milhares! Só nas manifestações de 1968 houve sete.

O GRANDE ESQUECIDO DE 1968: O MOVIMENTO OPERÁRIO

O mais grave não é o esquecimento das lutas feitas no Brasil de 1968. Este esquecimento é seletivo. Além disso, muito pouco se fala da presença do movimento operário nas lutas do ano que marcou nossa história.



O movimento operário tinha sido destroçado pelo golpe vitorioso de 1º de abril. Nos primeiros dias do golpe, no Rio de Janeiro, milhares de operários, trabalhadores portuários, ferroviários, metalúrgicos, bancários e funcionários públicos foram presos em seus locais de trabalho, em suas casas ou em seus bairros.

No dia seguinte ao golpe, somente no Rio, 50 mil pessoas foram presas e amontoadas em delegacias e quartéis. Como eram muitos, a repressão encheu de presos três navios ancorados na Baía da Guanabara e também o estádio Mestre Ziza, dentro do Complexo Poliesportivo Caio Martins, em Niterói.

Com as primeiras prisões, surgiram as medidas que visavam a extirpar o “vírus da subversão” das fábricas, minas, dos portos, aeroportos, das refinarias e de todo conglomerado de trabalhadores. Qualquer pessoa que tivesse um *cheiro de esquerda* era presa.

No entanto, para os militares, era preciso extirpar o mal pela raiz. Por isso, foi decretada a cassação das diretorias identificadas como de esquerda e a intervenção nos sindicatos que tinham liderado as lutas nos anos anteriores ao golpe. De 1964 até 1968, mais de 900 sindicatos, no Brasil todo, tiveram suas diretorias democraticamente eleitas cassadas, presas ou perseguidas pelos autores do golpe.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) desapareceu e seus líderes foram cassados como bichos-do-mato. Os sindicatos passaram às mãos de interventores colaboradores da Ditadura e o silêncio se impôs nas fábricas.

A organização dos trabalhadores, que dava a ilusão de ser invencível, mostrou-se incapaz de qualquer resistência. As greves esperadas como anteparo para um eventual golpe da direita não aconteceram e a classe trabalhadora caiu debaixo das botas dos militares.

Nos anos que se seguiram ao golpe, quase não aconteceu nenhuma greve ou protesto dos trabalhadores. A repressão implantada pelos militares, com o apoio e supervisão dos tutores e parceiros no golpe, os EUA, tudo fez para garantir a paz dos cemitérios. Há registros de meia dúzia de tentativas de alguma grevezinha em 1965, 66 e 67. Os golpistas tinham tido sucesso.

DAS CINZAS DA REPRESSÃO TENTA RENASCER A LUTA OPERÁRIA

Os trabalhadores, e também militantes comunistas, que continuavam trabalhando em fábricas, escolas ou escritórios, estavam atordoados, tentando entender por que seus sonhos haviam desmoronado. Por que não houve reação, não houve greves contra o Golpe? Enquanto isso, mais e mais companheiros eram presos ou tinham que sair de

O golpe militar no Brasil seria o exemplo dos futuros golpes militares que implantaram ditaduras em quase todo o continente nos anos seguintes, por isso tinha que dar certo.

O golpe tinha sido dado exatamente para calar a boca dos trabalhadores, para acabar com as greves operárias e com as ocupações de terra dos camponeses que exigiam, sem meias palavras, “reforma agrária na lei ou na marra”. O capital nacional e o internacional precisavam superar a estagnação econômica iniciada em 1960 e deslanchar seus lucros. Para isso, precisava-se de uma ditadura que prendesse e arrebetasse qualquer contestador da nova ordem a ser implantada.

Assim foi feito. O terror das prisões com seu complemento de torturas, Inquéritos Policiais e Militares, os famosos IPMs, impôs uma severa vigilância policial dentro de fábricas, ferrovias, portos e todo local de trabalho.

cena para não serem vítimas da repressão.

Em síntese, a Ditadura procurou destruir todo núcleo de resistência operária e de camponeses. O golpe militar no Brasil seria o exemplo dos futuros golpes militares que implantaram ditaduras em quase todo o continente nos anos seguintes, por isso, tinha que dar certo.

Os militares agora só teriam que cuidar de calar a boca dos estudantes que continuavam com suas passeatas exigindo melhor ensino, restaurante universitário e, sobretudo, que contestavam os acordos relativos à educação entre a Ditadura e o grande aliado e tutor, os EUA.

No entanto, com relação aos trabalhadores, não havia problema. Tudo estava tranqüilo na base

operária – pelo menos era isso que os militares pensavam.

O 1968 DA CLASSE OPERÁRIA BRASILEIRA

Três fatos marcaram o 1968 operário no Brasil: a greve de Belo Horizonte e Contagem (MG); o 1º de Maio na praça da Sé (SP); e a greve de Osasco (SP). É importante revisitar, ainda que brevemente, o cenário de cada um deles.

Estamos em abril de 1968. Desde fevereiro no Vietnã, um povo miserável lutava para liberar seu país da invasão norte-americana e implantar um regime socialista. Seu comportamento heróico, desafiando o exército mais poderoso do mundo, era um incentivo para aqueles que tinham qualquer ideal de mudança.

Nos EUA, dias antes da eclosão da primeira greve no nosso país, o contestador Martin Luther King foi assassinado pelas forças do sistema. Os

Panteras Negras, movimento mais radical na luta pela igualdade racial e por um país socialista, começaram a tomar o lugar do reverendo assassinado. Na China, continuava a turbulência da revolução Cultural, e, na França, os estudantes da cidade de Nanterre estavam chegando à capital Paris, com seus protestos e passeatas cheios de revolta.

Os três movimentos protagonizados pela classe operária brasileira – Contagem, Sé e Osasco – foram influenciados pelo clima mundial de contestação que aumentava a cada dia.

GREVE DE BELO HORIZONTE E CONTAGEM

Abril de 1968. O ambiente nas fábricas do distrito industrial de BH e Contagem estava tenso. A classe trabalhadora, no país, vivia uma situação muito difícil: arrocho salarial imposto pela Ditadura e falta de emprego.

Foto de Evandro Teixeira (modificada eletronicamente)



Desde 1967, o Ministro do Planejamento, Roberto Campos, impunha aos trabalhadores as malditas *Leis do Arrocho*, como a nova norma dos reajustes salariais era conhecida pelos militantes. Estes, nas fábricas e nos bairros-dormitório, faziam pequenas reuniões onde discutiam os mecanismos de rebaixamento dos salários que as leis representavam.

Nos bairros operários de BH, circulavam pequenos jornaizinhos, dos quais o mais conhecido era *O Piquete*, produzido pela Colina, uma organização armada que era uma dissidência da Polope. Estes jornais eram rodados em algum Diretório de Estudantes ou em alguma igreja com um padre amigo, que apoiavam a luta dos trabalhadores. Nas grandes fábricas da região de BH e Contagem criavam-se grupos de trabalhadores que discutiam animadamente a situação da sua fábrica e do país.

Em 16 de abril, o caldeirão explodiu. Na grande siderúrgica Belgo Mineira, começou a greve que logo se espalharia pela região toda. A Mannesman também entrou em greve e os operários ocuparam a fábrica, ou seja, ficaram lá dentro e recusa-

to para fazer explodir a fábrica e boa parte do bairro em volta. A invasão pela repressão não se deu e a greve continuou. Esse operário, hoje mais calmo, vive em Coronel Fabriciano.

A greve se estendeu a outras fábricas da região, atingindo mais de 20 mil operários. As grandes fábricas estavam todas paradas: Mafersa, RCA Victor, Acesita e tantas outras. Todos exigiam aumento salarial, mas o governo não cedia. A greve também não.

Mais de uma semana depois, a Ditadura mandou o coronel Passarinho, então ministro do Trabalho, para, numa tumultuada assembléia no sindicato, fazer a proposta de um “abono” de 10%, que foi aceito e a greve acabou.

A repressão da Ditadura deu início à caçada a todos os líderes do movimento. Dezenas foram presos. Outros conseguiram fugir e muitos foram demitidos.

Porém, ficou a lição. Mesmo com ditadura, os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem conseguiram se organizar, por baixo, pela base, desafiando o poder dos patrões e de seu governo.

No começo de junho, os militares, com o intuito

Em 16 de abril, o caldeirão explodiu. Na grande siderúrgica Belgo Mineira, começou a greve que logo se espalharia pela região toda.

ram-se a sair. Esse tipo de greve era cada dia mais comum nas fábricas da Itália e da França, e essa prática chegara a Minas Gerais.

Nas fábricas da região de BH e Contagem, havia a presença de militantes de muitas das organizações revolucionárias da época. Havia militantes da Colina – organização armada que mais impulsionou a greve –, da Polope, da Ação Popular, do PCB, do PCBR e da ALN, entre outras.

A ocupação não foi fácil. Logo, a polícia e o Exército chegaram aos portões soldados da Mannesman, exigindo a desocupação. Um jovem operário, para fazer o exército desistir da invasão, toma uma atitude extrema: acende uma estopa e, com ela na mão, coloca-se na boca do distribuidor de gasolina, logo na entrada do pátio da fábrica, pron-

de impedir que o exemplo de Minas se propagasse, estenderam o tal “abono” de 10% para todos os trabalhadores do país.

1º DE MAIO EM SÃO PAULO

O 1º de maio era a tradicional data da luta dos trabalhadores. Desde o Golpe de 64, no Brasil, nada mais acontecia neste dia. No ano anterior, 1967, houve uma tentativa de manifestação, em Recife, mas foi pequena.

Em São Paulo, o governador da Ditadura resolveu chamar os trabalhadores para a praça da Sé, numa tentativa de *passar mel* em suas bocas e contornar a revolta, que, a partir dos estudantes, poderia tomar conta das fábricas – o exemplo de BH e Contagem estava ali.



O governador interventor, junto com um tal Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA), convocou os trabalhadores para a Praça da Sé. O MIA foi uma articulação de sindicalistas pelegos-interventores que queriam ser aceitos por suas categorias e de alguns dirigentes comunistas que tentavam sobreviver na Ditadura.

Nas cidades operárias da periferia de São Paulo, a idéia do MIA e do governador da Ditadura foi logo rechaçada.

Em Osasco, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos era composta por jovens rebeldes que não aceitavam o jogo da Ditadura. Essa diretoria, eleita meses antes, no final de 1967, era o principal pólo de resistência na cidade – era composta por jovens com menos de 21 anos, muitos deles ativos militantes da Comissão de Fábrica da Cobrasma, que existia desde 1963. A Cobrasma era a maior fábrica da região e pertencia nada mais, nada menos que ao presidente da FIESP.

A GREVE DE OSASCO

Estamos em julho. Os metalúrgicos de Osasco ainda estavam eufóricos com a corrida que deram, no 1º de Maio, nos pelegos e agentes da Ditadura – o exemplo da greve de BH e Contagem estava ali. A Ditadura tinha concedido uns miseráveis 10% de “abono”, que nem de longe cobriam as perdas provocadas pela inflação. Precisavam fazer algo: uma greve.

Estudantes, artistas, intelectuais e as várias organizações de esquerda, com sua militância, ocupavam as ruas. Acabara de ser realizada, no Rio, uma enorme passeata: a *Passeata dos cem mil*. A Ditadura estava acuada pelo “povo na rua” – a hora era aquela.

No dia 16 de julho, Osasco amanheceu com a fábrica metalúrgica Lona-Flexa parada e ocupada pelos seus trabalhadores. Logo em seguida, parou a Cobrasma. O plano traçado exigia a paralisação das outras grandes fábricas

Lá os operários estavam fazendo o mesmo que acontecia em dezenas de greves daquele ano, na França, Itália e Alemanha: tinham ocupado a fábrica.

Também nessa cidade os operários tinham uma sólida base de apoio para suas reuniões: a paróquia de Vila Iolanda, que desenvolvia um forte trabalho de organização popular e operária. No sindicato e nas vilas da região, começou a organização de um 1º de Maio diferente daquele do MIA e da Ditadura.

Doze ônibus foram alugados para ir à Praça da Sé. Todo mundo precisava ir... sem esquecer de umas duas ou três pedras no bolso.

O que acontecia em Osasco se repetia em Santo André, em Mauá, Ribeirão Pires e outras cidades operárias do cinturão da capital paulista.

Todos à Praça da Sé... com alguma pedra no bolso.

O palanque da Ditadura e da pelegada estava montado. O Governador do maior Estado do País começou o discurso. De repente, um assóvio e os operários vindos de Osasco, Mauá e outras cidades começam a atirar pedras no palanque. Uma certa atingiu a cabeça do governador da Ditadura e o sangue começou a descer pelo rosto. Houve fuga dos ocupantes do palanque, que se abrigaram na catedral, fechando as portas rapidamente. Zequinha Barreto, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, acendeu uma estopa e ateou fogo no palanque vazio. A alegria, na praça, foi geral. Esse foi o 1º de Maio operário de São Paulo, naquele 1968.

da região: a Braseixo, a Brown Boveri e outras metalúrgicas onde havia uma organização interna e fábricas de outros setores, como a Fiat Lux, fábrica de fósforos do setor químico, e outras do setor têxtil.

A greve começou sem piquetes. Em Cobrasma, Lona-Flex e Barreto Keller havia Comissões de Fábrica reconhecidas há anos. Essas Comissões e a atuação muito intensa de grupos de esquerda, como VPR, Polope, ALN e Ação Popular, garantiram a participação ativa de lideranças e da própria massa. O presidente dos metalúrgicos e também presidente da Comissão da Cobrasma, José Ibrahim, foi uma das principais lideranças desse movimento.

No dia 17, a cidade estava parada, mas a Ditadura não admitiu o desafio. Logo no segundo dia da greve, chegaram à cidade todas as forças repressivas. Depois de ter invadido e depredado os sindicatos dos metalúrgicos, dos químicos e dos têxteis, chegaram ao maior foco da contestação, a Cobrasma.

Lá os operários estavam fazendo o mesmo que acontecia em dezenas de greves daquele ano, na França, Itália e Alemanha: tinham ocupado a fábrica. Além da ocupação, os operários dessa grande fábrica inovaram em suas táticas; rapidamente, na Cobrasma, as lideranças da greve prenderam mais de 30 dirigentes e executivos, mantendo-os sob guarda num local fechado, soldado com maçarico.

Ninguém sairia até a empresa ceder às reivindicações dos operários. Este era o sonho. Nos dizeres de João Joaquim, primeiro-secretário dos metalúrgicos: “A tensão era muito grande porque uma das decisões que o grupo tinha tomado era soldar o portão” (em *Teoria e Debate* 5/2008).

Essa atitude não nasceu de repente, afinal, havia uma forte organização interna puxada pela Comissão de Fábrica. Como diz Joaquim Miranda, membro do conselho fiscal dos metalúrgicos: “Foram seis anos trabalhando, construindo aquelas bases operárias lá dentro”. Essa lição foi retomada pelas oposições sindicais no esforço de organizar suas bases para a luta contra o peleguismo e contra o sistema de exploração e opressão que apareceu à luz do sol dez anos depois, nos anos de 1978 e 79. No entanto, naquele 68, a situação não estava madura.

A repressão, no portão da fábrica, forçou a sua abertura. Um enxame de todo tipo de repressão prendeu mais de 800 operários. Com as mãos na cabeça, foram levados ao DOPS em São Paulo, e então começou o calvário igual ao de todo preso da Ditadura .

A greve começou a se diluir, a repressão ocupou todas as fábricas e bairros da região e, em uma semana, o movimento foi derrotado.

MAIS DUAS GREVES EM SETEMBRO DE 1968

Além desses três grandes acontecimentos naquele ano de revoltas e contestação, a classe operária tentou mais duas lutas, pouco antes do endurecimento da Ditadura com o Ato nº 5. As duas ocorreram no mês de setembro: a primeira, bem menor, foi em São Paulo, na fábrica de chaves para carros, Metalúrgica Lassen. Era uma empresa de meio porte que impunha condições de salário e de trabalho muito ruins para seus trabalhadores. Alguns militantes da Oposição Sindical – dentre eles Waldemar Rossi, encabeçador da chapa oposicionista no seu sindicato, no ano anterior, à revelia da diretoria pelega e interventora do seu sindicato – organizaram uma greve de uma semana. Queriam quebrar o arrocho salarial da Ditadura e conseguiram alguma vitória, mas essa greve ficou totalmente isolada e não conseguiu se espalhar.

A segunda foi, de novo, em Minas Gerais. Outubro era o mês do reajuste anual dos metalúrgicos de BH e Contagem. Em setembro, vários ativistas e militantes dos grupos de esquerda, que se multiplicavam naqueles meses turbulentos, sonharam em repetir a greve vitoriosa de abril. No entanto, tudo não passou de um sonho. Embora a greve desencadeada em setembro tenha sido até maior do que a de abril, a Ditadura e os patrões não cederam um milímetro. Já estava no ar o endurecimento político que viria dali a menos de três meses. Embora todas as organizações de esquerda apostassem nessa nova greve, ela não conseguiu se segurar e alcançar alguma vitória, por isso, esvaziou-se aos poucos. No dia 3 de outubro, a greve já tinha se acabado. A repressão conseguiu derrotar o movimento no seu nascedouro.

Este foi o ano de 68 no meio operário.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil*. São Paulo: Ensaio, 1988.
- AQUINO, Rubin. *Sociedade brasileira: uma história*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DIRCEU, J; PALMEIRA, W. *Abaixo a Ditadura*. São Paulo: Garamond, 1998.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito industrial*. São Paulo: Difel, 1977.
- FREDERICO, Celso. *A vanguarda operária*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Letras, 2002.
- GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- GORENDER, Jacob. *Combate na Trevas*. São Paulo: Ática, 1997.
- GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- OCTAVIO, Ianni. *Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- LOWY, Michel. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: LECH, 1979.
- MARONI, Amneris. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MIRANDA, Orlando. *Obscuros Heróis do Capricórnio*. São Paulo: Global, 1987.
- MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- SKIDMORE, Thomas. *O Brasil de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 1966.
- TEORIA E DEBATE. *Especial: o ano de 1968*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2008.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.
- WEFFORT, Francisco. *O colapso do Populismo no Brasil*. São Paulo: Paz e terra, 1978.
- _____. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco*. São Paulo: Cadernos Cebrape, nº 5, 1972.
- WERNER, Helena. *Raízes do Movimento Operário em Osasco*. São Paulo: Cortez, 1981.

ENTREVISTA COM **JOÃO COSTA VARGAS**

DE KING A O QUARENTA ANOS DE LUTA CO

O sistema de cotas promoveu nos últimos anos o ingresso de um maior número de alunos negros na Uerj. Não demorou muito para alguns deles se organizarem num movimento, que, sugestivamente, transvalora a pejorativa expressão: Denegrir. Provavelmente, sua existência não seria possível sem o levante que há cinqüenta anos enfrentou os grilhões da América racista, liderado pelo reverendo Martin Luther King. 1968 é conhecido, também, como o ano do assassinato deste que foi o maior líder negro da história e do recrudescimento da luta anti-racista na América.

A partir daquele momento, pela ação de grupos como os Panteras Negras, o movimento abandona em parte o perfil pacifista de King e inicia uma cruzada armada contra o racismo de Estado.

Advir entrevistou, por e-mail, o professor João Costa Vargas, brasileiro que teve contato com o partido Panteras Negras e coordena um departamento sobre questões étnicas na Universidade do Texas.

Entre as questões levantadas, a política de ação afirmativa do governo brasileiro e a candidatura de Barak Obama à presidência dos Estados Unidos, exatos quarenta anos depois do assassinato de Martin Luther King.



OBAMA ONTRA O RACISMO



Em depoimento divulgado na internet por uma editora brasileira, o historiador James Green afirma que a desilusão que se seguiu à morte de Martin Luther King causou danos incalculáveis às esperanças de toda uma geração de modificar uma sociedade excludente e segregacionista. Quarenta anos depois, como avaliar o legado de King e as conseqüências do seu assassinato?

O assassinato de King é parte de um contexto mais amplo de repressão do Estado contra movimentos sociais, principalmente aqueles liderados e compostos de negr@s, Latin@s, e indi@s. Malcolm X, Fred Hampton, George Jackson, Jonathan Jackson, Assata Shakur, Leonard Peltier, Bunchy Carter, Jon Huggins e mais outras centenas de ativistas foram assassinados, falsamente acusados de crimes, imprisonados, torturados, e exilados. Isso tudo está documentado pelo próprio FBI, cujos arquivos daquele período estão agora disponíveis. Ward Churchill e Jim Van der Wall, por exemplo, publicaram um livro com informações minuciosas sobre as operações do FBI, chamadas genericamente de COINTELPRO. O legado de King, assim, é o legado mais amplo dos vários movimentos sociais dos anos 50. É um legado de esperança, de mudança através de mobilização popular e democrática de massas, é um legado com um viés transnacional forte (Malcolm e King tinham ligações e conhecimentos amplos com movimentos e idéias de outros países); e é também, paradoxalmente, um legado de violência do estado, de táticas criminosas de desmobilização empregadas pela polícia, por espões, e agentes de órgãos de inteligência oficiais.

Soubemos que o professor teve contato com o grupo Panteras Negras. Como foi esta aproximação? E qual a importância da trajetória do partido para o movimento negro nos EUA e no mundo?

Esse grupo, de Los Angeles, sobreviveu aos ataques da polícia e do FBI, inclusive um tiroteio célebre que visava destruir o escritório dos panteras em South Central, bairro negro da cidade, em 1969. Michael Zinzun, um de seus líderes, continuou o trabalho de monitoramento da polícia e de envolvimento comunitário, principalmente com jovens, e em 1975, com os Panteras já desmantelados, ajudou na fundação da Coalizão contra Abuso Policial, no mesmo bairro negro de Los Angeles. Seguindo a tradição de alianças transnacionais implementadas pelos Panteras (que aliás remonta a pelos menos os tempos das várias revoltas contra o sistema escravista nas Américas, começando no século XVI), Zinzun e seu grupo veio ao Brasil em 1993. Chegaram logo depois do massacre da Candelária - havia pessoas que pensaram 'puxa, vocês vieram rápido!' Naquele momento, Zinzun estabeleceu vários contatos com lideranças de favelas e de organizações do movimento negro mais formais, tal como o IPCN (Zinzun e parte de sua comitiva também ficou hospedado por alguns dias com a Profa. Magali de Almeida). Desde então, continuamos esse trabalho de colaboração transnacional. Em 2001, por exemplo, fundamos o Centro Zinzun contra Abuso Policial no Jacarezinho. Não durou muito, mas a iniciativa se desdobrou em várias redes de relações pessoais e políticas. Hoje, mesmo depois da morte de Zinzun em 2006, pessoas do grupo de Los Angeles, dentro o qual me incluo, continuam parcerias de mobilização e pedagógicas. Por exemplo, há três anos desenvolvemos e implementamos um curso sobre as teorias e políticas da Diáspora Africana em parceria com Criola, uma ONG de mulheres negras do Rio, Proafro, um núcleo da UERJ coordenado pela Profa. Magali de Almeida, e o Centro de Estudos Africanos e Afro-Americanos da Universidade do Texas em Austin, onde trabalho. Esse curso visa atrair estudantes e

militantes da diáspora negra, e tem sido tanto uma ferramenta teórica e metodológica, quanto um meio de se estabelecer e manter contatos e colaborações políticas que transcendem linhas de nação e estado. Alguns dos participantes acabam indo aos Estados Unidos para continuar seus estudos, assim como estudantes radicados nos Estados Unidos vem para o Brasil para dialogar e aprender mais sobre os esforços teóricos e práticos desenvolvidos por organizações brasileiras.

O movimento negro, por definição, é um movimento transnacional. Sempre o foi e sempre o será. Cabe a nós encontrar maneiras de instrumentalizar e tornar difundidos e efetivos os saberes e estratégias que os vários movimentos da diáspora negra utilizam para sua sobrevivência e para a transformação de nossas sociedades.

A população negra continua a ser, tanto no EUA como no Brasil, a principal vítima da violência do Estado. Na verdade, no Brasil, as estatísticas demonstram um aumento espantoso do assassinato de jovens negros pela polícia nos últimos anos. É certo afirmar que o racismo promovido pelo Estado apenas mudou suas características?

O racismo é elemento fundador dos estados que surgiram da exploração da mão-de-obra africana escravizada. O capitalismo não só requer a exploração de trabalhadores, mas também a super-exploração de trabalhadores negros. Trata-se de um capitalismo racial. Além disso, esse capitalismo racial, cerne dos estados das Américas e da Europa, requer e reproduz desigualdades de gênero e de sexualidade - o cidadão ideal é branco, homem, com propriedade, cabeça de família, e portanto heterossexual. O racismo é então multifacetado, uma vez que intersecta, energiza, e é influenciado pelas variáveis de classe social,

gênero, sexualidade, nacionalidade, e outros atributos. Hoje, muitos estados pregam uma doutrina política, legal, e mesmo cultural, que afirma a diversidade e nega o racismo. Nesse sentido, os Estados Unidos e o Brasil são parecidos. E um momento multicultural. Ao mesmo tempo, no entanto, as desigualdades, que são principalmente raciais (apesar de intersectarem com outras desigualdades referidas acima), se mantêm ou mesmo se intensificam. Mantidos os padrões medidos nas últimas duas décadas, nos Estados Unidos, em 2020, 3 em cada 4 negros estará preso.

A população carcerária hoje nos EU é de mais de 2 milhões, 51% dos quais são negros. A população negra nos EU é menos de 13%. O que explica isso é uma criminalização desproporcional de pessoas negras. Sabe-se que negr@s consomem menos

uma experiência e fenômeno transnacional, fica difícil defender uma excepcionalidade nacional, como o querem aqueles que defendem a democracia racial brasileira. É somente com uma ignorância profunda sobre estrutura social, e mais ainda, das conexões necessárias das várias supremacias brancas do Estado que ligam nações da diáspora negra, que se pode afirmar a irrelevância da raça nas oportunidades de vida. Ou seja, quem ganha menos, quem é mais abusado pela polícia, quem tem menor acesso à educação, quem tem menor acesso à saúde? Quem morre mais cedo? Quem vive?

Ora, se o racismo hoje é mascarado por discursos do multiculturalismo, ele não consegue esconder, e de fato reproduz, a persistência de desigualdades profundas, desigualdades essas que, no fim, determinam vida e morte.

para descrever a negação dos efeitos do racismo - efeitos esses que, repito, são de vida e morte. King é um símbolo de igualdade racial; usurpar esse símbolo para defender o privilégio, a supremacia branca, e a opressão e morte de pessoas negras é um absurdo.

O professor considera que há relação entre a candidatura democrata à presidência dos EUA e os movimentos negros na década de sessenta?

Obama se beneficia dos movimentos transnacionais negros dos anos 60, que tornaram mais palatáveis pessoas negras (na medida em que elas não tenham ódio racial contra brancos), mas vai na direção oposta. A favor da pena de morte, do porte de armas, pela ocupação militar, contra casamento de pessoas do mesmo sexo: essas são algumas de suas posições. Ele dá a impressão de

Obama se beneficia dos movimentos transnacionais negros dos anos 60, que tornaram mais palatáveis pessoas negras (na medida em que elas não tenham ódio racial contra brancos), mas vai na direção oposta.

drogas que branc@s, no entanto são criminalizados por ofensas ligadas a drogas em proporções muitas vezes superiores à dos brancos. No Brasil, há estudos recentes que apontam o impacto aberrante do abuso e mesmo assassinio policial contra jovens negros. Jaime Alves, que terminou sua tese de mestrado em Austin, mostra e analisa esses dados relativos ao estado de São Paulo. O racismo do estado continua, talvez com uma face menos explícita, mas aparentemente mais eficaz ainda em manter o privilégio de brancos. Assim como há um movimento forte, nos EU, contra ações afirmativas, aqui no Brasil parte da elite intelectual insiste na inexistência do racismo e da ineficácia de ações do Estado no combate às desigualdades históricas. Quando vemos a negritude como

Há poucos meses no Brasil um manifesto assinado por autoridades e personalidades do mundo artístico e acadêmico utilizou trechos de discursos de King para criticar a política de cotas do governo.

Que relação o professor faz entre as reivindicações do movimento negro na década de sessenta e as políticas afirmativas implementadas nos EUA e, mais recentemente, no Brasil?

Como dizia Antonio Cândido, uma elite que está sentada no cavalo por mais de 500 anos, e seus comparsas, que recebem migalhas, não vão ceder sua posição tão facilmente. Utilizar King para argumentar contra políticas que visam maior igualdade não só mostra uma possível ignorância histórica, mas pior ainda, a falta de escrupulo moral. Não tenho outras palavras

carregar o legado de King, mas na verdade, como diria Fanon, é um negro com máscaras (discursivas) brancas. Muitos de meus colegas estadunidenses discordam, e acham que, uma vez na Casa Branca, ele mostrará sua verdadeira face política. Eu acho isso ingenuidade. Não se almeja e ocupa a posição mais poderosa do Império e de um estado, como o brasileiro, que é eminentemente genocida e anti-negro, sem cumplicidade.

O Golpe de Praga

Na noite do dia 20 de agosto de 1968, as tropas do Pacto de Varsóvia, formadas por 500 mil soldados procedentes da Polónia, Hungria, Búlgaria, República Democrática Alemã e União Soviética, numa operação marcada pela grande rapidez, ocuparam a Tchecoslováquia. As tropas invasoras não encontraram qualquer movimento de resistência militar. Para surpresa dos ocupantes, os atos de hostilidade ficaram limitados a manifestações nas ruas, realizados por civis. Tais atos foram observados apenas em Praga, não havendo registros de confrontos nas demais cidades do país.

A nota trágica da ocupação militar deu-se em 16 de janeiro



TCHECOSLOVA

DOUTOR EM SOCIOLOGIA (USP). COORDENADOR DO CURSO DE PÓS-GRADUADO
DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

www.intactaretina.blogspot.com/2007/02/classicos-da-fotografia-josef-koudelka.html



de 1969. Nesse dia, o estudante de filosofia da Universidade Carolina, Jan Palach, em protesto contra a operação militar conduzida pelos soviéticos, incinerou-se na escadaria da entrada do Museu Nacional, situado na praça Wenceslau, na capital do país. Falecendo três dias depois, em virtude da gravidade das queimaduras, Palach tornou-se símbolo do inconformismo tchecoslovaco. Ao decretar luto nacional pela sua morte, o governo estava, na verdade, decretando o luto oficial pelas finadas esperanças de construção de um "socialismo de face humana" no país (JUDT, 2008, p. 449).

A operação militar realizada pelos "cinco de Varsóvia", que esmagou a Primavera de Praga,

ÁQUIA – 1968

DUÇÃO LATO SENSU EM HISTÓRIA
ARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UERJ.

Williams Gonçalves

repetia o que havia ocorrido anos antes em Budapeste. Na Hungria, em 1956, a ação militar do Pacto de Varsóvia também sufocara um processo revolucionário. Diferentemente, porém, do acontecido na Hungria – em que os protestos pela invasão provieram apenas dos governos do mundo capitalista-ocidental e dos segmentos declaradamente anticomunistas, uma vez que houve concordância geral no mundo comunista quanto à necessidade de se conter o processo húngaro em defesa dos valores do bloco comunista –, no caso tchecoslovaco, observaram-se muitos protestos e fortes manifestações de grande decepção da parte de amplos setores politicamente situados à esquerda.

As razões dessa mudança de comportamento da esquerda ocidental ante os acontecimentos de agosto de 1968 devem ser buscadas tanto nos objetivos pretendidos pelos comunistas tchecoslovacos quanto nas mudanças experimentadas pelos elementos mais jovens da esquerda ocidental, que compuseram o que veio a ser denominado de “nova esquerda”. Nesse sentido, a Primavera de Praga pode ser interpretada como parte de um processo de largas dimensões, que o conhecido historiador Eric Hobsbawm denomina de “revolução cultural no sentido mais amplo” (HOBBSAWM, 1995, p. 323), caracterizada pelo questionamento generalizado de tudo o que até então compunha a tradição, quer no âmbito da sociedade capitalista quer no âmbito dos movimentos de esquerda de formação marxista.

Capitalismo, socialismo e nova esquerda

No final dos anos 1960 o processo de recuperação econômica da Europa e do Japão atingia o auge. Depois da catástrofe da Segunda Guerra Mundial, verificara-se vigoroso processo de recuperação/desenvolvimento do capitalismo, que se estendeu até meados dos anos 1970. Nessa época, ante a crise que tomou conta do mundo capitalista desenvolvido, os franceses passaram a denominar “Trinta

Gloriosos Anos”, e assim passou a ser conhecido esse período compreendido entre 1945 e 1975.

Após a guerra, sob a hegemonia dos Estados Unidos, o capitalismo no mundo desenvolvido encontrou estabilidade. Por meio da criação das instituições econômicas de Bretton Woods (1944) e da aplicação do Plano Marshall (1947-1952), a economia norte-americana promoveu intensa transnacionalização do capital, cujo efeito mais importante foi esvaziar os projetos nacionalistas na Europa. O nacionalismo exacerbado dos europeus, que havia sido responsável por duas guerras mundiais, dava lugar a uma política de colaboração orquestrada pelos norte-americanos. O fim dos projetos econômicos

A Primavera de Praga pode ser interpretada como parte de um processo de largas dimensões, que o conhecido historiador Eric Hobsbawm denomina de “revolução cultural no sentido mais amplo”.

autárquicos, a nova divisão internacional do trabalho e o medo do comunismo revelaram-se determinantes para a consolidação dessa política. A Otan, no plano militar, e as Comunidades Europeias, no plano econômico, constituíam expressões objetivas da nova direção imprimida ao relacionamento entre os países desenvolvidos. Em função do novo arranjo internacional, cessaram as guerras entre as grandes potências, passando a prevalecer o diálogo entre elas. As guerras, que nem por isso deixaram de acontecer, passaram a ter o Terceiro Mundo como palco. América Latina, Ásia e África tornam-se áreas de instabilidade, onde as grandes potências travavam suas disputas sem o risco de extrapolar para a guerra nuclear, embora isso quase tenha acontecido quando da Crise dos Mísseis, em Cuba, em outubro de 1962.

No plano das economias nacionais, os europeus empenharam-se em conciliar capitalismo com reforma social. Depois de acumular

experiência de recorrentes crises, sobretudo a que se iniciou nos Estados Unidos em 1929, arrastando a Europa num turbilhão de conflitos, golpes, instalação de regimes autoritários, fascismos e guerra geral, os europeus não estavam mais dispostos a aceitar a idéia de que o mercado por si próprio é capaz de encontrar o ponto de equilíbrio econômico-social. Chegaram à conclusão de que a irresponsabilidade social era intrínseca ao liberalismo e isto colaborara determinantemente para a guerra. Assim, ao fim da Segunda Guerra Mundial, as idéias de Maynard Keynes se impuseram como referência para a reconstrução do capitalismo europeu. Para Keynes, não havia solução fora do capitalismo. Apesar de todos os problemas que apresentava, ele considerava o capitalismo muito superior à alternativa socialista. A saída, portanto, seria preparar o Estado para adaptá-lo às condições de funcionamento do capitalismo oligopolista. O problema central das economias capitalistas estava em esperar que a livre concorrência garantisse o bom funcionamento do sistema econômico, quando todos já deviam estar fartos de saber que o mercado há muito deixara de ser formado por agentes em igualdade de condições. Lênin já havia feito esse diagnóstico em 1916, e ele próprio o fizera em 1926.

Em vista disso, as repercussões sociais das inevitáveis crises do capitalismo em mercados em regime de livre concorrência, em que a situação dos agentes era de extrema desigualdade, não podia ser outra senão aquela observada na década de 1930, marcada pelos fascismos e pela sombra permanente do comunismo. Para sanar as crises e evitar aqueles desastrosos resultados sociais e a criação de situações propícias a revoluções, Keynes julgava necessária a ação do Estado para proteger os mais vulneráveis.

O estado de bem-estar social que se organiza na Europa do pós-guerra a partir desse novo marco teórico keynesiano exprime-se em notável crescimento do PIB e do PNB (Frieden, 2008, 319). Não obstante as naturais variações de país para país, o conceito segundo o qual se faz necessária a intervenção do Estado na economia para



promover o pleno emprego e, com isso, alcançar estabilidade social no contexto da economia capitalista tornou-se comum a quase todos os países da Europa Ocidental. A partir do entendimento de que a crise se supera mediante o aumento do gasto público, verificou-se significativo investimento em infra-estrutura e em modernização dos parques industriais, bem como em industrialização de áreas que haviam ficado à margem da revolução industrial. Acompanhava essa política a preocupação com a redistribuição da renda nacional, não apenas por

meio da política salarial, mas também mediante a criação de redes de serviço público, cuja finalidade era tornar a mobilidade social de baixo para cima amplamente preponderante sobre a de cima para baixo.

O funcionamento dessa economia mista, em que capital e trabalho foram postos a cooperarem sob a coordenação do Estado, na mesma medida em que produziu resultados sociais amplamente satisfatórios, fechou as portas da Europa Ocidental para a hipótese de soluções revolucionárias segundo o padrão bolchevique do início do século.

O incremento da mobilidade social ascendente implicou o aumento e a diversificação do consumo, assim como incorreu em transformações nos valores sociais e morais. Uma das conseqüências mais notáveis desse processo foi a elevação dos padrões educacionais e culturais dos europeus. Além de os bens culturais tornarem-se mais acessíveis, o nível de escolarização elevou-se consideravelmente. Da elevação do padrão, somada ao expressivo crescimento demográfico, resultou apreciável aumento do público universitário, que transformou a educação universitária de apanágio da elite em fenômeno de massa. Estudantes de origens sociais distintas, provenientes não apenas da baixa classe média, mas também de meios operários e até mesmo rurais, passaram a interagir no mesmo ambiente, trocando experiências e adquirindo visão mais rica dos contornos e dos problemas do conjunto da sociedade. De local de formação de restritas elites destinadas a dirigir a sociedade em todos os seus setores, a universidade se transformou em laboratório onde são concebidos novos costumes e também novas modalidades de comportamento, que apontam na direção de uma sociedade mais porosa e permissiva (MAMMARELLA, 1990, p. 274).

No início dos anos 70, os efeitos dessas mudanças já se faziam sentir. A própria universidade foi a primeira instituição a acusar as novas expectativas que sobre ela depositava a grande massa estudantil. Estruturada para acolher os filhos de uma restrita e abonada elite, a universidade viu-se às voltas com reivindicações relativas à

alimentação, ao pagamento de taxas, à concessão de bolsas de estudos e também à própria composição dos programas dos cursos, que forçaram seus dirigentes a introduzir mudanças na sua organização, que levaram ao abandono de muitas de suas tradições. Exigindo nova postura dos professores ante os objetos de estudo e ante também os próprios estudantes, levava-se para dentro dos muros da universidade a problemática da democratização. Na área das Ciências Sociais, essas pressões se fizeram sentir ainda com muito maior intensidade. A partir da leitura de autores como Ernest Bloch, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, Max Horkheimer, e da releitura de Antonio Gramsci, os estudantes absorviam idéias concernentes ao papel social dos

No plano social, a consequência mais conspícua desse movimento manifestou-se na rejeição aos valores morais correntes e na introdução de novos valores.

intelectuais na sociedade e à sua grande responsabilidade política.

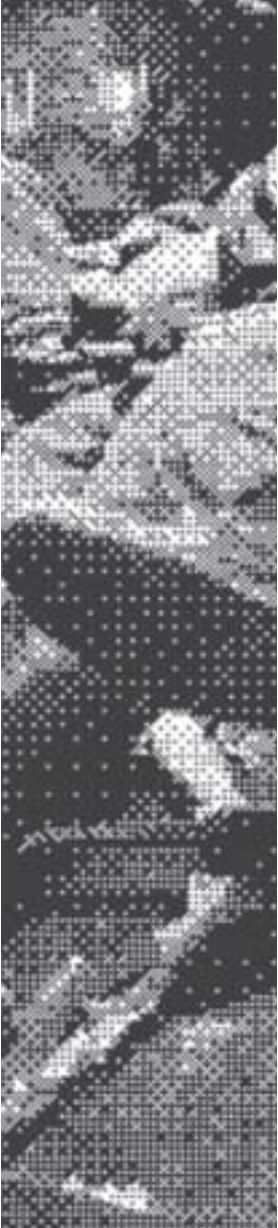
No plano social, a consequência mais conspícua desse movimento manifestou-se na rejeição aos valores morais correntes e na introdução de novos valores, considerados mais autênticos e mais compatíveis com os novos ideais de liberdade, o que supunha nova maneira de lidar com as questões relativas aos relacionamentos amorosos e à sexualidade. Da mesma forma, passou-se a criticar contundentemente a ética do mundo industrial, orientada exclusivamente para a obtenção sempre de mais produtividade e de mais lucro, o que, por outro lado, apontava na direção da exaltação dos sentimentos de companheirismo e solidariedade. A estética, a moda, as artes de modo geral e a música, em particular, exprimiam em nova linguagem essa vontade de promover a ruptura com a moral e com os valores das gerações passadas.

Todo esse movimento traduzia-se igualmente na busca de nova forma de comportamento político. A luta pela expansão das liberdades



individuais dificultava, todavia, o diálogo com os partidos de esquerda tradicionais. Embora houvesse convergência nos fundamentos teóricos, formados basicamente pelo marxismo, o acentuado libertarismo existencialista das camadas mais jovens limitava as possibilidades de diálogo com os partidos historicamente vinculados à classe operária. Tais dificuldades eram praticamente iguais na Alemanha, na Itália e na França, países em que o movimento apresentava-se mais aguerrido.

Os partidos comunistas da Europa já havia muito não trabalhavam com a hipótese de revolução. Cooperaram com o projeto de soerguimento econômico não apresentando demandas consideradas impertinentes, como, aliás, fora recomendado pelos líderes soviéticos. Depois que as respectivas economias nacionais conseguiram se recuperar da guerra e alcançaram patamares elevados de desenvolvimento, esses partidos acabaram por acomodar-se aos confortos



http://news.bbc.co.uk/1/hi/shared/spl/hi/pop_ups/08/in_pictures_prague_invasion0_1968___josef_koudelka/img/2.jpg

oferecidos pelo *welfare-state* mediante política de reivindicações essencialmente econômicas. Da tradição desses partidos só restava, por assim dizer, a antiga organização burocrática e o sentido de disciplina.

Esse era, pois, o centro da discórdia entre velha e nova esquerda. Enquanto a velha esquerda conservava zelosamente os antigos valores que marcaram todas as etapas de sua evolução, a nova esquerda valorizava o voluntarismo e a democracia participativa. Para a nova esquerda, o comunismo soviético já não podia mais ser admitido como paradigma de sociedade revolucionária.

A consequência mais imediata da rejeição ao soviétismo foi a fragmentação da nova esquerda. A ausência de referência comum levou a disputas teóricas intermináveis, que abriam dissidências atrás de dissidências, com cada qual julgando que sua orientação teórica dispunha da verdadeira fórmula de construção da sociedade socialista com liberdade e democracia. No período, multiplicaram-se os textos teóricos. Aos de Marx acrescentaram-se às mais diversas perspectivas, que alimentavam o intenso debate. Toda essa fermentação cultural efetivava-se, no plano da prática política, na agitação e na realização de protestos. Levavam-se para as ruas as práticas que se haviam estruturado no interior das universidades.

No entendimento de todos esses grupos que formavam a nova esquerda, os novos caminhos estavam sendo abertos fora dos limites da Europa. Assim, suas atenções estavam voltadas para a luta do movimento negro norte-americano pela conquista dos direitos civis; para o ativismo de Che Guevara e dos cubanos na América Latina; para as lutas nacionais de libertação travadas na Ásia e na África; e para dois determinados processos, muito particularmente a revolução cultural chinesa e a guerra do Vietnã. À revolução cultural chinesa, porque, apesar de desencadeada pelo Partido Comunista no poder, pretendia por abaixo as engrenagens sociais repressivas que reproduziam as diferenças de classe numa sociedade pretensamente

comunista e instaurar o igualitarismo. E à guerra do Vietnam, porque lá estava sendo travada uma heróica luta de resistência que vinha demonstrar que mesmo o imperialismo norte-americano com todo seu poder bélico não era capaz de vencer a vontade de um povo que desejava viver em liberdade.

Em que pese a importância atribuída a todos esses processos, a guerra do Vietnam foi aquela que galvanizou todas as atenções, constituindo-se como principal referência da nova esquerda. Nas grandes capitais da Europa, organizaram-se grandes manifestações em que se denunciava o projeto de dominação global do capitalismo norte-americano. No período que se estende de 1964 a 1968, trotskistas, anarquistas, católicos de esquerda e dissidentes de toda ordem enfrentaram as forças policiais nas ruas, exaltando, de um lado, líderes como Fidel Castro, Che Guevara, Ho Chi-Min, Mao Zedong, e hostilizando, de outro, o imperialismo dos Estados Unidos. As manifestações estudantis se sucedem em Berkeley, na cidade do México e em Berlim (HOBSBAWM, 1989, p. 21).

Em sua progressão, o movimento estudantil de caráter libertário e antiautoritário, expressão da nova esquerda na Europa, alcança o ápice em maio de 1968, na França. O maio francês, como se tornou conhecido, iniciou-se nos primeiros dias do mês de maio. O movimento teve origem, na verdade, em incidentes entre estudantes e autoridades universitárias, no mês de março, decorrentes da insatisfação dos estudantes para com a administração dos alojamentos estudantis, envolvendo um estudante que logo se projetaria como líder, Daniel Cohn-Bendit.

Havendo começado com passeatas e demonstrações estudantis reprimidas pela polícia, o movimento ganhou densidade com as greves e ocupações de locais de trabalho promovidas pelos operários de grandes unidades industriais. Após desdenhar do movimento em seu início, por considerá-lo festa promovida pela classe média, o Partido Comunista Francês e os demais partidos de esquerda envolveram-se no processo, questionando o governo de De Gaulle/Pompidou e exi-

gindo novas eleições. De Gaulle, porém, aceitou o desafio, dissolvendo a Assembléia Nacional e convocando eleições, que se realizaram em junho com ampla vitória do governo, assim, esvaziando por completo a revolução cultural estudantil.

O mundo comunista e os novos rumos do socialismo tchecoslovaco

No mundo comunista, as mudanças começaram a ocorrer em 1956. Na realidade, pode-se mesmo dizer que começaram em 5 de março de 1953, quando da morte de Stalin. A partir daí, seus sucessores à frente do Partido Comunista da URSS foram promovendo alterações no governo e no relacionamento com o exterior. Na opinião dos novos dirigentes, dentre os quais se destacava Nikita Kruschov, o stalinismo já não mais se compatibilizava com a situação econômico-social da

Todo esse movimento traduzia-se igualmente na busca de nova forma de comportamento político. A luta pela expansão das liberdades individuais dificultava, todavia, o diálogo com os

União Soviética e das repúblicas populares, fazendo-se necessário modernizar a forma de governar. Tais mudanças enfrentaram certa resistência dos aliados de Stalin dentro do partido, mas seguiram seu curso até culminar com a realização do XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956.

O XX Congresso do PCUS foi causa de grande perplexidade para os comunistas de todo o mundo. Isto porque, no "relatório secreto" apresentado ao final do Congresso, Kruschov procedeu a uma crítica radical de Stalin. Ao apontar erros e acertos cometidos pelo antigo secretário geral, Kruschov responsabilizou-o pelo desvio autoritário que desvirtuou os projetos iniciais dos revolucionários bolcheviques. Considerou falha também sua atuação na Segunda Guerra Mundial, quase pondo a perder a soberania do Estado soviético. Preconizou a coe-

xistência pacífica com o Ocidente, sob o argumento de que a luta de classes em nível internacional conduzia o processo diretamente à guerra nuclear. E, enfim, admitiu a possibilidade da existência de mais de uma via conducente ao socialismo, o que significava dizer que o caminho trilhado pelos soviéticos não era único nem inevitável. Para consubstanciar essa nova orientação, em abril de 1956 foi dissolvido o Kominform (Centro de Informações dos Partidos Comunistas), que havia sido erguido, em 1947, como passo soviético na escalada da Guerra Fria.

Os comunistas estavam acostumados a ouvir essas críticas, porém, quando proferidas pelos governantes ocidentais e pelos anticomunistas de maneira geral. No entanto, ao tomarem conhecimento de que tais



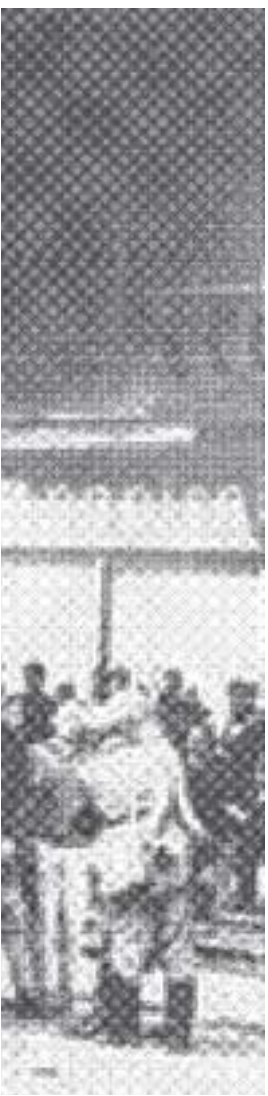
críticas partiram do secretário geral do PCUS a surpresa foi enorme. Muitos se desiludiram completamente abandonando a vida política, outros saíram em busca de novas referências para continuar lutando pelo socialismo, enquanto outros, os dirigentes chineses, por exemplo, criticaram Kruschov abertamente acusando-o de irresponsabilidade por haver realizado uma crítica caracteristicamente burguesa de Stalin, atribuindo toda a responsabilidade do processo histórico a um único indivíduo, ao invés de analisar o processo de acordo com a teoria marxista da luta de classes. Daí por diante, vale sublinhar, a deterioração das relações sino-soviéticas foi se acentuando, até atingir o ponto de ruptura em 1963.

A contundente intervenção de Kruschov no XX Congresso representou a vitória de sua linha política sobre os stalinistas dentro do partido. Isso significou, na prática, certa reorientação política e econômica por parte do governo. No plano da política – por considerar que o autoritarismo de Estado havia vitimado grande número de dirigentes e militantes leais, que haviam sido injustamente perseguidos pela polícia política e sentenciados pelo sistema judiciário –, nos anos que se seguiram ao Congresso, muitos membros do partido, com a conhecida exceção de Leon Trotski, foram reabilitados. Essa intervenção de Kruschov contribuiu decisivamente, deve-se sublinhar, para fixar a imagem de uma repressão generalizada e desapiadada do Estado soviético sob o governo de Stalin.

No plano da economia, sob Kruschov se observou a preocupação em efetuar certa descentralização do setor industrial, com vistas a se obter maior eficiência. Buscou-se também incrementar a indústria de bens de consumo, para melhor atender às necessidades da população urbana. Assim como se procurou aumentar a área agrícola, para garantir maior produção de alimentos.

A política de desestalinização anunciada no XX Congresso criou, por outro lado, grande expectativa nas repúblicas populares. Ao admitir a pluralidade de possibilidades de construção do socialismo,

<http://perfunction.tyepad.com/photos/uncategorized/2007/08/21/ps1.jpg>



Kruschov, ao mesmo tempo em que estendeu a mão aos iugoslavos, que sob a liderança de Joseph Tito haviam rompido com Stalin em 1948, gerou fortes tensões nas repúblicas populares opondo os dirigentes de formação stalinista aos opositores, que mal suportavam o autoritarismo típico daqueles.

A primeira manifestação anti-stalinista deu-se na Polônia, com os trabalhadores saindo às ruas exigindo melhores salários, melhores condições de trabalho e liberdade política. A crise foi contornada, contudo, nos limites do próprio partido comunista polonês. Na Hungria, onde aconteceu nova tentativa revolucionária anti-stalinista, o processo foi estancado pelas tropas do Pacto de Varsóvia. Nesse caso, como o comentado anteriormente, a intervenção foi legitimada por todo o mundo comunista, inclusive pelos chineses. A decisão dos anti-stalinistas húngaros de instituir o pluripartidarismo, de retirar a Hungria do Pacto de Varsóvia e de proclamar o Estado húngaro como neutro foi considerada por todos como intolerável, porque tendente a lançar a Hungria nos braços do Ocidente. O caso da Tchecoslováquia inscreveu-se nesse mesmo processo como caso tardio. A história recente do país e a maneira pela qual aconteceu sua integração no bloco comunista fizeram com que a desestalinização se revestisse de características bem distintas dos dois casos antecedentes.

De todos os países que nasceram da fragmentação do Império Austro-Húngaro a seguir à Primeira Guerra Mundial, a Tchecoslováquia era aquele com maior potencial de desenvolvimento industrial, que, aliás, foi sendo desenvolvido no período entre-guerras. Estruturou também estável sistema democrático liberal e possuía rica e admirada tradição cultural. No final da década de 1930, a Tchecoslováquia foi diretamente atingida pela política expansionista dos dirigentes nazistas alemães, e vitimada pela política de “apaziguamento” das potências europeias ocidentais, que, para evitar a guerra contra a Alemanha, aceitaram as imposições de Hitler na Conferência de Munique reclamando a integração ao Estado alemão das áreas habitadas por ale-

mães. A indiferença dos europeus ocidentais diante da sorte da Tchecoslováquia em Munique contribuiu bastante para que, ao final da guerra, o país passasse a integrar a área de influência soviética – embora seja verdade que o último ato que antecedeu essa integração tenha sido constituído de um golpe de Estado, em 1948.

A renovação do sistema tchecoslovaco iniciou-se em 1963, quando foram introduzidas algumas medidas liberalizantes na economia. A disposição de promover reformas para elevar o desempenho econômico do país encontrou respaldo junto aos destacados membros da vida cultural e intelectual do país. O adensamento dessa corrente política fortaleceu a posição do líder do Partido Comunista Eslovaco

De todos os países que nasceram da fragmentação do Império austro-Húngaro a seguir à Primeira Guerra Mundial, a Tchecoslováquia era aquele com maior potencial de desenvolvimento industrial

Alexander Dubcek que, ao vencer as eleições dentro do partido, tornou-se Secretário Geral do Partido Comunista da Tchecoslováquia em janeiro de 1968.

O afastamento dos elementos de linhagem stalinista da direção do partido criou uma situação inteiramente nova. Isto porque o partido continuava sintonizado com os objetivos comunistas, porém adotando procedimentos tais como abertura à participação de outros partidos na vida política; abolição da censura de imprensa; liberação para a transmissão de rádio; reconhecimento do direito de greve; liberação para viajar para o exterior; e também medidas de caráter político-administrativo com vistas a descentralizar o processo econômico (JUDT, 2008, p. 446).

A adoção das medidas liberalizantes criou, como não podia deixar de ser, tensões políticas. A iniciativa reformista estimulava, de um lado, os elementos contrários ao regime a solicitar mais e mais mudanças, tal como Ludvík Vaculík fizera no conhecido manifesto intitulado

“Duas mil palavras”. Por outro lado, despertava nos soviéticos e nos demais integrantes do bloco comunista o temor da ruptura da Tchecoslováquia com o bloco, o que comprometeria sua integridade em favor do Ocidente, bem como criaria sério precedente.

A intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia, em nome da Doutrina Brejnev (soberania limitada das repúblicas populares), revelou o restrito limite das possibilidades de mudanças no regime, naquele contexto; mas revelou, sobretudo, a precariedade daquela estrutura política. A solução encontrada pelos soviéticos, que, por sinal, fora contestada por elementos do próprio partido, após a morte de Stalin, não podia ser satisfatória para um país como a Tchecoslováquia, que dispunha de razoáveis tradições liberal-democráticas.

O fim da Primavera de Praga representou, por assim dizer, o fim das ilusões para numerosos militantes que consideravam a União Soviética uma conquista revolucionária fundamental, mas que desejavam aperfeiçoar seus frutos mediante a ampliação das liberdades individuais. Depois do Golpe, a URSS deixou de ser referência importante, até dissolver-se no final da década de 1980 sem comoções. E a curta experiência tchecoslovaca revelou, por sua vez, que o puro e simples atendimento das necessidades básicas da população não pode ser considerado o objetivo final da organização social. Os sonhos desfeitos naqueles dias de agosto deixaram como legado a idéia de que uma estrutura política que dê oportunidade aos indivíduos de participarem ativamente do processo como agentes sociais politicamente conscientes é absolutamente indispensável para uma sociedade justa e harmônica.

BIBLIOGRAFIA

FRIEDEN, Jeffry A. *Capitalismo global – história econômica e política do século XX*.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra – uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. "O marxismo hoje: um balanço aberto". In: ——— (org.). *História do Marxismo*.

Volume 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

———. *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

MAMMARELLA, Giuseppe. *História da Europa contemporânea (1945-1990)*. Barcelona: Ariel, 1990.

Marildo José Nercolini

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS CULTURAIS
E MÍDIA E DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



instigante pensarmos porque certas datas adquirem um peso tão forte na memória coletiva. Algumas, como as datas nacionais, conforme sabemos, são frutos de uma tentativa de construção de uma memória de nação, mitificadas no sentido de enfatizar os laços que uniriam “todos

como um” (expressão que tomo emprestado de Benedict Anderson), apagando as diferenças e destacando um pretense passado, com heróis e seus feitos grandiosos. Outras datas são lembradas e celebradas como marcos fundadores de lutas de grupos, organizações dos mais diversos tipos. Sempre, quero crer, está em jogo a memória, tanto no sentido de preservação de um passado a não ser esquecido, quanto de um futuro a ser construído. Um resgate que é sempre parcial, adequado ao momento presente de quem o faz e tendo em vista o que se quer, em termos de projeto.

O ano de 1968 – assim como as várias datas e os acontecimentos a ele relacionados – creio que se encaixa nessa perspectiva. Dizer que 68 “não acabou”, que “continua vivo”, além de todas as afirmações que seguem essa linha, não são ver-

dades em si, nem tampouco simplesmente são construções retóricas, destituídas de sentido. Neste artigo, não vou me ater às lutas mais propriamente políticas, ao Maio Francês e seus correlatos em outros países, às lutas dos movimentos estudantis e das esquerdas revolucionárias, palco já de muitas análises em decorrência da comemoração dos 50 anos do já mitificado 1968 – algumas bastante pertinentes, outras nem tanto, ora por endeusarem ora por demonizarem em excesso certos feitos ou pessoas, sem perceber que entre o preto e o branco há uma interminável possibilidade de outros matizes. Aqui a proposta é pensar o panorama artístico-cultural em torno de 1968 na América Latina. Em função da complexidade do tema, farei um recorte com ênfase na produção musical, sobretudo, no Brasil e na Argentina.

Antes, contudo, cabe ainda destacar que o ano de 1968, assim como qualquer outro período ou fato que fôssemos estudar, não acontece de forma isolada, como se *milagrosamente* os deuses todos tivessem conspirado a favor e as pessoas de repente tivessem se tornado profundamente inteligentes, criativas e contestadoras. Portanto, em termos artístico-culturais, foco deste artigo, nada acontece *de repente*. Não podemos esquecer todo o processo histórico anterior, os muitos conflitos, diálogos, negociações, embates, fatos que possibilitaram que, no ano de 68, muitas experiências estéticas criativas e inovadoras tomassem forma, ou melhor, fossem possíveis e tivessem a força que tiveram.

É PERMITIDO OUSAR

É PROIBIDO PROIBIR



Imagem (Victor Jara - cantor
chileno assassinado pela
ditadura Pinochet): [http://
www.primeiralinha.org/
imagens/VICTOR%20JARA.JPG](http://www.primeiralinha.org/imagens/VICTOR%20JARA.JPG)

Um ator social adquire forma e vai ser fundamental quando se fala na década de 1960 como um todo: a juventude. Ela passou a exigir e lutar por um espaço na sociedade, que até então lhe fora negado ou restringido. Para essa juventude/60, a contestação foi a pedra de toque; os jovens buscavam seus próprios espaços de criação e manifestação, contrapondo-se aos padrões sociais vigentes. Seguindo a tendência de outras partes do mundo, tanto na Argentina quanto no Brasil, aconteceu, nesse período, um grande envolvimento de jovens em movimentos políticos e artístico-culturais. Havia uma confluência das várias artes e seus criadores, além de uma busca dos jovens por interferir nos rumos das sociedades onde viviam e criavam. Arte, cultura e política se davam as mãos em busca da transformação, articuladas em torno da *revolução*, palavra que deu o tom dos anos 60. Tomada em diferentes acepções, de acordo com a tendência política a que o artista estava ligado, a revolução deu a linha para a criação de muitos e importantes artistas plásticos, cantores, compositores, poetas, escritores ou cineastas, dramaturgos, atores e intelectuais acadêmicos. Esses criadores acreditavam ser uma vanguarda revolucionária e buscavam agir como tal. Imbuídos da missão de construir o novo – a nova sociedade, a arte, a música, o teatro, o cinema novo – renegavam o *status quo* estabelecido e sentiam-se capazes de fomentar transformações macrosociais e ditar rumos considerados mais justos para as sociedades onde viviam.

A arte tinha que ter *opinião*, manifestando o descontentamento frente à realidade que vivia o continente; era considerada como elemento importante da estratégia revolucionária. A música popular, por exemplo, deveria ajudar a sedimentar uma cultura nacional, tendo, além de função estética, uma função profundamente política, vista como um instrumento de conscientização. Acreditava-se,

então, na eficácia política da arte revolucionária.

A canção de protesto latino-americana toma forma nesse contexto. Diante de um quadro em que a luta armada estava em seu auge (tupamaros, montoneros etc.), a imagem viva e combatente de Che Guevara inspirava a juventude. O combate heróico dos vietnamitas contra o imperialismo servia como exemplo para a luta que se travava no continente latino-americano contra as ditaduras e os *ianques*. Essa música passou a ser vista como arma de denúncia e combate, a tal ponto que Víctor Jara, cantor chileno, assassinado brutalmente pelo regime de Pinochet, chamava seu violão de “guitarra fuzil”.

Pelo continente despontaram nomes significativos dessa linha mais politizada da canção. Entre eles destacavam-se, além de Víctor Jara, os também chilenos Violeta Parra e os conjuntos *Inti-Illimani* e *Los Jaivas*, os argentinos Atahualpa Yupanqui e Mercedes Sosa, os cubanos Pablo Milanez e Silvio Rodríguez, os uruguaios Daniel Viglietti e Alfredo Zitarrosa, e também poderíamos citar os brasileiros Geraldo Vandré e Chico Buarque.

No Brasil, os anos de 1960 nos remetem, em termos musicais, à criação e consolidação do que se convencionou chamar Música Popular Brasileira, ou simplesmente MPB. Uma música urbana, ligada ao ambiente universitário e à efervescência político-cultural, que dominava as artes no Brasil nessa década. Conectados aos ideais do nacional-popular, seus criadores preocupavam-se com o conteúdo de suas composições, que precisava necessariamente ser revolucionário, no sentido de estar a serviço da conscientização das pessoas; mas também dialogando com a Bossa Nova e o processo, por ela proposto, de modernização da música brasileira, resgatando dela o seu apuro estético. Em síntese, buscavam articular a expressão de uma consciência nacional, politicamente

orientada para a emancipação cultural e ideológica, que, naquele momento, era hegemônica no pensamento artístico brasileiro.

Inicialmente foi essa a proposta que predominou na MPB; mas, aos poucos, outros caminhos foram construídos, entre os quais a Tropicália. Antenados com as transformações que se vislumbravam em outras artes, especialmente no cinema (a proposta revolucionário de Glauber Rocha), no teatro (o Oficina com a sua forma quase anárquica de encenação e a redescoberta de Oswald de Andrade) e nas artes plásticas (Hélio Oiticica e a obra interativa, Tropicália e parangolés; a mostra coletiva “Nova Objetividade Brasileira” – em abril de 67, no MAM/RJ –, organizada pelo próprio Oiticica, além de Lygia Clark, Rubens Gerchman, Lygia Pape, e outros), os tropicalistas, a partir de

quando para invadir o cenário nacional e provocar o escândalo. Disposta a explodir as certezas impostas, a dialogar com as mais diversas tendências, a Tropicália foi construindo-se sob o signo do confronto e do diálogo. O alvo de sua crítica não eram somente as estruturas do poder constituído, mas também o “conservadorismo como atitude comportamental”, a *caretice*. A crítica tropicalista passava pelas experimentações estéticas, musicais e comportamentais (maneira de vestir-se, tamanho do cabelo, cores das roupas, dubiedade sexual, relação homem-mulher etc.).

Foi em 1968, durante o III Festival Internacional da Canção, que o embate entre “engajados” e “desbundados-tropicalistas” tomou forma de maneira mais pungente. Na eliminatória paulista, aconteceu o famoso episódio Tuca (Teatro da Universi-

Havia uma confluência das várias artes e seus criadores, além de uma busca dos jovens por interferir nos rumos das sociedades onde viviam e criavam. Arte, cultura e política se davam as mãos.

1967, deram uma guinada nos caminhos da MPB. Propunham rotas alternativas, bebendo em fontes renegadas por colegas músicos que estavam mais voltados à defesa de uma música popular engajada, pretensamente mais “pura” e ligada às “raízes”.

Caetano surgiu como expoente desse processo, muito em função de sua personalidade forte e arrojada, sem medo do confronto. O diálogo musical com os *Beatles*, o contato e trabalho inicial com a proposta roqueira dos *Mutantes*, o desejo de misturar o som mais primal nordestino com o pop internacional, o local e o internacional, a vontade de iniciar um movimento novo na MPB nasceram na cabeça iluminada de Gil, adquirindo na voz, nos gestos e na ousadia de Caetano o caudal ade-

quidade Católica), com Caetano Veloso apresentando a sua canção “É proibido proibir”, de maneira performática e anarco-tropicalista. Momento emblemático do 68 brasileiro que vale a pena analisar.

Expressão de um tempo sombrio, carregado de censuras, “É proibido proibir”, cuja letra surge a partir de uma das frases pintadas nos muros de Paris, está inserido no espírito 68, do maio francês. A letra se propõe a atacar todas as proibições, sejam morais, físicas ou ideológicas. Contra a interdição ao prazer, ao sexo, Caetano diz não ao não. Contra a coerção ao ir e vir e à vigilância social de por teiros a vigiar as portas, ele grita que *é proibido proibir*. A repressão existe *sim* e é preciso dizer *não* a ela. Permanecer fisicamente livre

até o momento em que seguisse as regras estabelecidas pelo governo militar ou então poder criar livremente até não atingir os dogmas da direção partidária seria de fato liberdade? Derrubar as convenções, as tradições, a mesmice! A proposta era colocar por terra tudo: vidraças, louças, livros, prateleiras, estátuas, intelectuais. Nada é para sempre, tudo pode ser desfeito, quebrado, desmontado, questionar até mesmo o inquestionável.

Mais do que a letra da canção em si, a apresentação de “É proibido proibir” transformou-se num marco dentro da MPB, pois tornou pública a discussão sobre o cerceamento criativo nas artes feito não somente pela censura castradora da direita, mas também pelas chamadas patrulhas ideológicas de esquerda.

A letra da música e o som, que misturava guitarra, baixo, bateria, vozes estridentes, completaram a performance. Em meio a um público predominantemente de jovens universitários de esquerda, Caetano se viu enfrentando vaias ensurdecedoras. Vaiava-se somente a sua música? Não. Vaiava-se o contexto todo em que se dava a aparição da proposta tropicalista. O público politizado e “open mind” viu diante de si um baiano, vestido com roupas de plástico e coloridas, com cabelos grandes e desalinhados, que não se apresentava de maneira tradicional, mas movimentava os quadris, acompanhado de um conjunto de rock que seguia o mesmo ritmo de seu anfitrião, e, para completar, um *hippie* norte-americano que entrava palco a dentro, gesticulando e berrando palavras incompreensíveis. A platéia de esquerda, como todo bom Narciso, *acha feio o que não é espelho*. A sua postura libertária não era tão libertária assim. A quebra de tabus só poderia ir até determinados padrões?

Vaias podiam vir, como vieram, e muitas, mas serviram como combustível para o que ainda fal-

tava: transformar aquelas imagens em palavras. E elas vieram. E elas jorraram. *É proibido proibir*, é proibido censurar:

Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder. Vocês têm coragem de aplaudir esse ano uma música, um tipo de música que vocês não teriam coragem de aplaudir o ano passado. São (sic) a mesma juventude que vão sempre, sempre, sempre matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem. Vocês não estão entendendo nada, nada, nada. Absolutamente nada. (...) Mas que juventude é essa? Que juventude é essa? Vocês jamais conterão ninguém. Vocês são iguais sabe a quem? (...) Aqueles que foram no Roda-viva e espancaram os atores. Vocês não diferem em nada deles. Vocês não diferem em nada. (...) O problema é o seguinte, vocês estão querendo policiar a música brasileira. (...) Nós, eu e ele, tivemos coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas. E vocês... Se vocês forem em política como forem em estética, estamos feitos. (FONSECA, 1993, p. 91).

A quem se destinava esse discurso? Quem eram os seus interlocutores? Aqueles estudantes que o vaiavam? Também eles, mas não somente. Direccionava-se a uma boa parcela da intelectualidade de esquerda, ainda marcada por padrões de comportamento rígidos, que, na visão tropicalista, estava querendo *policar* a produção cultural brasileira, descartando as propostas que não se encaixassem em seus pressupostos. Direccionava-se a um governo militar cerceador de liberdades, para quem “É proibido proibir” soava como insulto. Direccionava-se aos seus companheiros, os cantores e compositores ligados à música popular brasileira, a fim de sacudi-los de suas posições, bus-





há espaço para Chico e Carmem Miranda, samba

cando ampliar o escopo da MPB, alargando seus horizontes para outras propostas e sonoridades. Como fica também explicito em "Tropicália", canção-manifesto do movimento, nossa riqueza musical não pode ser reduzida aos padrões puristas-nacionalistas ditados pela, assim chamada por Augusto de Campos, "Tradicional Família Musical", a defender o "autêntico" som nacional. Aqui

pelos diversos par tes do mundo. Jovens se animavam a compor, cantar e tocar, bebendo nessa fonte inspiradora, criando e recriando a partir dos parâmetros dados pela cultura rock que se criava.

Musicalmente, a Argentina se via envolvida pela defesa do tango como símbolo nacional e pela presença de uma música de raízes nativas: o *folklore*. No entanto, como em outras partes do mundo, começou a se formar em terras argentinas uma nova geração de jovens dispostos a forjar espaços próprios de manifestação, contrapondo-se aos padrões estéticos predominantes e ditados pelas gerações anteriores.

Como todo viajante, o rock, ao chegar em terras portenhas, defrontou-se com outra realidade e, no processo, foi transformando a quem o acolhia e também se transformando. No embate e no

"É proibido proibir" soava como insulto. Direcionava-se aos seus companheiros, os cantores e compositores ligados à música popular brasileira, a fim de sacudi-los de suas posições

de morro e Bossa Nova, "Coração de Luto" e "Desafinado", e, poderíamos acrescentar, Roberto Carlos e Zeca Pagodinho, Racionais MCs e Mundo Livre S.A, rap, mangubeat, funk e tantos outros sons criados, misturando o local e o global. Por que simplificar e reduzir a um padrão único?

Outro exemplo interessante para se pensar a produção artístico-cultural na América Latina é o rock nacional argentino. Se os poetas *beatniks*, os hippies e os líderes da esquerda latino-americana (encabeçados por Fidel Castro e Che Guevarra) transformaram-se em ícones dessa nova geração, não se pode esquecer dos *Beatles*, fomentadores de uma nova linguagem musical cuja proposta transformou-se em pilar de sustentação para propostas roqueiras que começavam a se espalhar

diálogo, incorporou elementos distintos na língua, no jeito de tocar os instrumentos e na harmonia. Na Argentina, o rock transformou-se num poderoso articulador das identidades juvenis urbanas, responsável em grande medida pela formação, entre os jovens argentinos, de um sentido de pertencimento muito mais geracional que social, etário que geográfico, cronológico que econômico, substituindo as antigas formas de interpelação, mais ligadas às instituições políticas, como partidos e sindicatos, colocadas na ilegalidade pelos militares-ditadores.

Se inicialmente predominavam versões de canções roqueiras estrangeiras, em seguida, mais seguros de suas capacidades e do que lhes era próprio, começaram eles mesmos a criar suas can-

ções, desejosos de expressar as suas vivências e os traços da cultura local, falando do contexto que os rodeava, de seus desejos e utopias, e a tocar explorando os sons mais nativos, mas sem deixar de levar em conta esse outro mundo que se havia aberto. O marco inicial desse processo foi a criação de um grupo, ainda em 1965, chamado *Los Gatos Salvajes*, mais tarde rebatizado simplesmente de *Los Gatos*, formado por jovens vindos de Rosário, liderados por Litto Nebbia e Ciro Fogliata.

A partir de 1966, a Argentina passou a viver sob um regime militar, fruto de um golpe de estado. Institucionalizou-se no país a doutrina de segurança nacional, em nome da qual se dissolveram os partidos políticos, impuseram-se interventores nas províncias, fecharam-se jornais, revistas, salas de teatro. Os incipientes roqueiros, em nome da “moral e dos bons costumes”, eram frequentemente presos, pois, de acordo com os militares, rebelavam-se contra a ordem estabelecida pelo seu modo de vestir e viver.

Depois de enormes dificuldades e já em Buenos Aires, *Los Gatos* lançaram, em 1967, aquele que seria considerado o primeiro rock argentino, “La Balsa”, ou pelo menos aquele que foi o seu primeiro grande sucesso de vendas. Esse é um dos marcos iniciais do chamado rock nacional. Em seguida, essa mesma banda gravou um álbum contendo, além da música já citada, outras composições de Nebbia e também de outros companheiros dessa empreitada musical. No ano seguinte, outros dois grupos, *Manal*, e mais tarde *Almendra* também conseguiram gravar seus discos. Em 1968, estava formada a tríade que deu o pontapé inicial para tornar o rock nacional conhecido: *Los Gatos*, *Almendra* e *Manal*.

Desconsiderados pelas emissoras de rádio e televisão e perseguidos pela polícia, os jovens roqueiros criaram um circuito alternativo, forjando seu próprio espaço. O enfrentamento geracional

foi acentuado, assim como o enfrentamento com as instituições da sociedade, marcadamente conservadora, como era a Argentina. Como nos diz Charly Garcia, sem dúvida um dos seus maiores representantes:

Aqui, por uma espécie de imitação do estilo europeu ou o que quer que seja, sempre tudo é mais “careta”. Muitas pessoas com poucos recursos tratam de aparentar, de figurar inclusive na forma de vestir. (...) Sinto que aqui há pessoas com medo de criar. (...) Nos agarramos ao passado todo o tempo.¹

Musicalmente, esses roqueiros adolescentes, numa necessidade de afirmar-se pela contestação, negavam a cultura musical ligada às gerações anteriores; mas elementos dessa cultura já estavam presentes neles e, à medida que começaram a criar, tais elementos apareciam. As harmonias e as letras de suas composições roqueiras tinham traços tangueros e do *folklore*. Não havia, porém, naquele momento inicial, qualquer possibilidade de se estabelecer um diálogo com os tangueros, que eram vistos no imaginário da nação como aqueles que criavam a música urbana argentina por excelência, tanto para o consumo interno quanto para exportação. A tradição tanguera não aceitava dividir espaço com uma “molecada” adolescente imbuída de idéias novas e que eram tachados de alienados e vendidos ao capital internacional. As diferenças eram bem marcadas.



A guitarra elétrica criava um som distinto ao *bandoneón*, os ritmos eram outros, a temática das letras também. Os roqueiros reproduziam o barulho da metrópole que se expandia e que abarcava o caótico e o não compreensível. As roupas escuras dos tangueros, com terno, chapéu, sapato lustrado, cabelo bem aparado e pen-

primeiro pelos roqueiros e, posteriormente, pelos tangueros.

Mesmo que não de forma tão acentuada quanto se pode perceber com a MPB e a Tropicália, no Brasil nesse período, também o rock argentino estabeleceu contatos com outras artes, sobretudo com as artes plásticas e a poesia. Apresenta-

Musicalmente, esses roqueiros adolescentes, numa necessidade de afirmar-se pela contestação, negavam a cultura musical ligada às gerações anteriores; mas elementos dessa cultura já estavam presentes neles.

teado, davam lugar ao colorido das roupas, cabelos longos e desgrenhados, barba (ou seus fiapos, pois eram muito jovens) por fazer. O movimento do corpo também causava espanto e estupor, com cantores que ficavam mais soltos

no palco, que requebravam os quadris, ao invés de realizarem os movimentos bem medidos dos cantores de tango. A dança era outro elemento que causava calafrios. Ao invés dos passos medidos, harmonicamente arranjados e sedutores das "parejas", surgia um jeito meio tresloucado de dançar, sozinhos, requebrando e movimentando o corpo sem passos determinados. Duro foi reconhecer que, nas criações desses "moleques", os traços tangueros e parte de sua estética estavam presentes. Esse reconhecimento somente se deu mais tarde,

ções de roqueiros foram feitas no Instituto Di Tella, espaço, por excelência, das mais distintas vanguardas artísticas na Buenos Aires dos anos 60 (música contemporânea, artes plásticas, poesia etc.). Ali, em outubro de 1967, Roberto Jacoby organizou, no Centro de Experimentação Audiovisual, uma festa psicodélica, com a apresentação das bandas *Manal* e *Almendra*, para comemorar cinco anos do lançamento do primeiro sucesso dos *Beatles*, "Love me do". O evento foi denominado "Be-in en el Di Tella".

O artista plástico Roberto Jacoby era um dos mais ativos participantes da arte de vanguarda dos anos 60 na Argentina. Estava envolvido com pesquisas sobre os meios massivos de comunicação e organizou vários *happenings* naquela temporada. Durante a mostra *Experiencia*, que se realizou no Di Tella, em maio de 1968, Jacoby montou um teletipo que mantinha informações atualizadas sobre os fatos que aconteciam na França: a revolta estudantil, a greve dos trabalhadores e a convulsão social nas ruas de Paris. A montagem era completada pela foto de um negro norte-americano se manifestando contra a Guerra do Vietnã e por um mural que trazia um texto sintetizando o espírito dos artistas plásticos vanguardistas do período:



Imagem (Os mutantes) em: http://cantarapeledelontra.zip.net/arch2006-10-01_2006-10-07.html

Imagem (performance de Jacoby) em: http://www.elpais.com/articulo/arte/Viajes/inciertos/elpepuculbab/20060722elpbabart_3/Tes/



Acabou-se a contemplação estética porque a estética se dissolve na vida (...). A "arte" não tem nenhuma importância: o que conta é a vida. É a história destes anos que virão. É a criação da obra coletiva mais gigantesca da história: a conquista da terra, da liberdade do homem (Todo es Historia, 1998, p. 24).

tura, cinema, teatro, seja na música, caso aqui exemplificado através do Rock Argentino, da MPB e da Tropicália. Importa salientar, por fim, que certamente muitos caminhos estéticos hoje já sedimentados tiveram seus primeiros passos da-

O artista plástico Roberto Jacoby era um dos mais ativos participantes da arte de vanguarda dos anos 60. Estava envolvido com pesquisas sobre os meios massivos de comunicação e organizou vários happenings naquela temporada.

Jacoby, mais tarde, seria figura importante junto a Frederico Moura na construção da proposta de *Virus*, grupo fundamental do rock argentino dos anos de 1980. Além de auxiliar na composição das letras dos primeiros discos do grupo, foi peça chave na montagem dos shows do grupo pensados enquanto espetáculos teatrais, com diretor de cena, troca de cenários, coreografia, mudança de roupas, luzes e cores. Também vale lembrar a banda *Patricio Rey y sus Redonditos de Ricota*, que, imbuída dos ideais da cultura rock e da contracultura dos anos 60, promovia uma aproximação criativa e intensa entre poetas, artistas plásticos, jornalistas e alguns intelectuais.

Enfim, a criação artístico-cultural do período em questão estava fortemente marcada pela experimentação, pela contestação dos valores estabelecidos, pela busca de novas linguagens e novas formas de manifestação, seja nas artes plásticas, litera-

dos – e a duras penas – na década de 1960, tendo em 68 seu momento, se não o mais fértil, pelo menos o mais festejado. Muitos de seus traços permanecem ainda hoje como fontes com as quais se pode dialogar, em um processo não de cópia, mas de ressemantização, reciclagem e tradução cultural, afinal os tempos são outros.

BIBLIOGRAFIA

FONSECA, Heber. *Caetano, esse cara*.

Rio de Janeiro: Revan, 1993.

Todo es Historia. Buenos Aires, ano XXXI, n.370, mai. 1998.

"Charly y Baglietto hablan de todo", *Clarín*, Espectáculos, 22 abril 1984, p.2.

Nota

¹Entrevista com Charly García em: "Charly y Baglietto hablan de todo", *Clarín*, Espectáculos, 22 abril 1984, p.2



ENTREVISTA

fotos: Samuel Tosta

JOÃO LOPES SALGADO

JOÃO LOPES SALGADO faz parte da história da resistência à ditadura militar no Brasil. Do contato inicial, ainda que como “espectador privilegiado”, com o Movimento dos Sargentos, em 1964, ao auto-exílio no Chile, em 1971, foram anos de dedicação “quase sacerdotal” à luta contra a repressão.

Sargento da Aeronáutica e, a partir de 1966, também estudante da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), conciliou as duas atividades até 28 de março de 68, data do assassinato do estudante Edson Luiz. Reconhecido por um cabo ao discursar nas escadarias da Câmara Municipal, temeu represálias do órgão militar e desligou-se.

No mesmo ano, como presidente do Centro Acadêmico Sir. Alexandre Fleming (Casaf), liderou a greve pelo vestiário e a luta por mudanças no currículo da Faculdade de Ciências Médicas. Foi o último a discursar naquele trágico 22 de outubro, antes que os estudantes saíssem à Avenida 28 de setembro

e fossem recebidos a bala e gás lacrimogênio pelos agentes do Dops. Já na clandestinidade, em 1969, dirigiu o fusca vermelho que deu cobertura à operação de sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Militante da Dissidência da Guanabara, grupo que rompeu com o PCB para entrar na luta armada, depois chamado Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), foi comandante de Carlos Lamarca na Bahia, durante a última ação da qual o guerrilheiro participou.

Tamanho atuação em momentos importantes da recente história brasileira não fez de Salgado mais um onipresente político profissional. Recolhido ao cuidado com sua fazenda no Tocantins, o “peão”, como o próprio se definiu, foi de difícil contato. Sem telefone, foram necessários mais de três meses de tentativas por e-mail e a intervenção de uma colega da época da FCM para que o ex-militante respondesse aos apelos por uma entrevista. Mais determinante foi a sorte, que fez com que Salgado tivesse já agendada uma visita ao Rio de Janeiro e pudesse nos encontrar na sede Associação de Docentes da Uerj em meados de junho, pontualmente na hora marcada.



ELE



ESTAVA LÁ



Quais eram as reivindicações do movimento estudantil da FCM em 1968?

Foi muito voltado para as questões internas. Havia uma tradição nas Ciências Médicas de um movimento que ia até onde não havia prejuízo para os estudantes. Ou seja, fazia-se uma greve por comida, por vestiário, por outras questões quaisquer, e quando começava a haver um risco – seja por sestanistas ou quintanistas que iriam se formar, seja para uma possível reprovação do grupo – o diretório recuava.

A nossa posição foi um pouco diferente da posição dos diretórios anteriores, apesar de nossos líderes serem eles. Eu e as pessoas que estavam comigo no diretório achávamos que quando se iniciava uma luta, ela tinha que ter um resultado. Ela não podia parar no meio, quando o risco apertava muito.

Havia algumas questões importantes naquele momento: uma era a famosa luta do vestiário. Exigia-se que nós entrássemos na Clínica Médica de branco. Aí, você trocava de roupa, saía pelo meio da rua, passava pelo bar e chegava na clínica absolutamente fora de condições. Essa era uma questão que a gente queria resolver.

Outra era a do currículo, que era mais profunda. A gente achava que o currículo da universidade era muito sem ligação com a realidade brasileira, com a realidade nossa, dos estudantes. Havia algumas pessoas muito interessadas em estudar o currículo, que tinham uma proposta de alteração, mas que não conseguiam a mudança. Apesar de termos um diretor maravilhoso, que era o Piquet Carneiro, com quem tínhamos uma abertura muito grande, havia um conselho departamental muito conservador, que não deixava que a gente avançasse nessa questão curricular.

A luta contra a Lei Suplicy já era pauta?

Era, mas no nosso caso não era uma questão muito importante. Todas as questões ligadas à universidade, ao movimento dos estudantes no mundo e no Brasil, particularmente, faziam parte. Mas, o que fez avançar mesmo a luta dentro das Ciências Médicas foram questões específicas de reivindicações. Nós entendíamos que elas eram fundamentais para que os estudantes participassem da luta maior. Eu acho que sem esse

movimento reivindicatório, nós não conseguiríamos engajar o movimento das Ciências Médicas como engajamos, com a participação em lutas maiores, de rua, de passeatas no Centro da cidade, de luta contra a prisão do pessoal de Ibiúna, que terminou no assassinato do Luiz Paulo.

Então, foi um dos pontos que diferenciou um pouco o nosso movimento. Era um movimento politizado, mas sem abandonar esse vínculo com o que os estudantes queriam. Nós fizemos uma greve, não sei de quantos meses, e nós íamos para a sala de aula. Ou seja, os professores não tomavam presença, mas nós íamos para a sala de aula. Alguns professores que eram nossos aliados davam



aula, mas não assinávamos a lista de presença. Acabamos com a tradição da luta política de que fazíamos uma greve, a turma ia para a praia e quando o professor ameaçava reprovar, aí, voltava todo mundo.

porque os estudantes já não acreditavam mais. A gente não tinha a experiência política que tinham os outros. Nós começávamos a ter contato com a política nessa época e éramos muito mais intuitivos. Eles ti-

A diferença do nosso movimento e o movimento dos diretórios anteriores é que nós queríamos resultado, porque os estudantes já não acreditavam mais.

A diferença do nosso movimento e o movimento dos diretórios anteriores é que nós queríamos resultado,

tenham uma visão mais ampla, mas nos ajudavam muito. Foi muito legal. Acho que foi então essa união da concepção meio intuitiva com os mais experientes que deu certo.



Quando eu conversei com o (Luiz Roberto) Tenório, uma das coisas que ele apontou, especificamente quanto a você e talvez quanto a essa turma, é que eles teriam tido a experiência de passar pelo Partido Comunista, enquanto vocês teriam ido direto para o movimento estudantil. Você vê isso?

É verdade. No meu primeiro contato com organização partidária, eu já estava militando aqui nas Ciências Médicas. Já militava há algum tempo quando o Tenório me chamou para participar da Dissidência. Isso tem o seu lado ruim, a gente era muito voluntarista, queria o resultado. O professor Piquet dizia: "Salgado, você é pré-Hegeliano. Essa sua luta não tem possibilidade de se realizar agora". E eu nem sabia quem era o Hegel, entendeu?

A greve pelo vestiário foi em 68?

No início de 68. Era um movimento que já tinha anos. Só no meu tempo, nos dois anos de universidade anteriores, eu já tinha visto umas quatro greves pelo vestiário.

Nós traçamos uma estratégia. Fomos às salas de aula, falamos com os professores, fizemos um movimento diário, acampamos no pátio do hospital, onde hoje é a radiologia. Armamos umas barracas, ficamos acampados por uns dias. Entreguei ao professor Piquet Carneiro uma cópia do que seria (o movimento): nós

vamos primeiramente acampar, não vamos mais trocar de roupa no vestiário daqui do Camarão (Av. Felipe Camarão) e depois nós vamos culminar com a ocupação do gabinete do diretor, se por acaso não resolverem o problema do vestiário. E fizemos daquele jeito. Isso foi dando credibilidade ao movimento. Então, quando houve o ato contra as prisões em Ibiúna, que culminou com a saída do movimento pro lado de fora da faculdade, o pessoal estava convicto de que deveríamos lutar.

Eu não tinha ido pra Ibiúna por dois motivos: primeiro porque o movimento tinha entrado em refluxo no Rio de Janeiro. Na Universidade Federal, na Fluminense, não tinha mais movimento praticamente. O único movimento que ainda estava vivo era na UEG, particularmente nas Ciências Médicas, mas também na Filosofia e na Engenharia. Então, o pessoal da Dissidência decidiu que nem eu nem o presidente da UME, que eu acho que era o (Carlos Alberto) Muniz, iríamos para o Congresso porque tínhamos que manter vivo o movimento aqui. E eu particularmente tinha muito medo de ir, porque eu ia ser preso. Eu tinha certeza que ia ser preso em Ibiúna, só não tinha quem era imbecil. Todo mundo sabia que o Congresso da UNE ia cair, não é possível que não soubessem. Eu se fosse preso lá, talvez não estivesse aqui conversando com vocês. Um estudante, sargento da Aeronáutica, ia ser preso e não ia voltar mais. Então, eu fiquei muito satisfeito quando me disseram que eu não ia.

Como era ser sargento da Aeronáutica e líder estudantil ao mesmo tempo?

Na Aeronáutica era onde eu ganhava minha vida. Era muito difícil porque não havia lei que protegesse os militares para vir para a universidade durante o dia. Por acaso, um comandante me deu a facilidade de fazer meu trabalho à noite e vir para a universidade durante o dia. No início, eu tive certas preocupações pelo fato de ser sargento da Aeronáutica. “Será que vão achar que eu sou infiltrado?”. Mas, ninguém nunca questionou. Eu acho que era tão espontânea a minha participação, tão autêntica... Questionaram outros, inclusive. Na minha época, tinham outros sargentos. Eu, ao contrário, era sempre empurrado para a liderança do movimento.

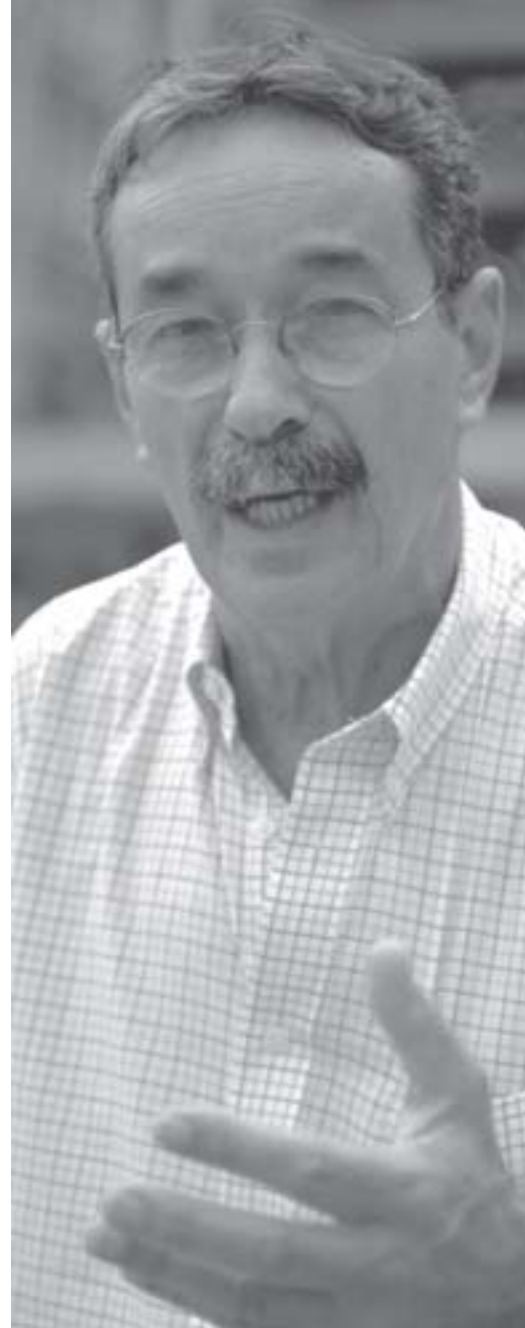
Até onde pude eu conciliei o meu trabalho com a liderança do movimento estudantil. Mas, no dia da morte do Edson Luís... Hoje não sei se é assim ainda, mas a esquerda era muito dividida. Então, discutiam muito: “O PCBR fez um discurso! Então, a Dissidência tem que fazer outro”. Só que não tinha ninguém na hora. O

Franklin (Martins) já tinha discursado, o Vladimir (Palmeira) também, aí pediram: “sobe ali na Câmara de Vereadores e fala”. Aí, eu falei. Mas, quando eu cheguei na Aeronáutica, um cabo falou que tinha me visto lá. Eu pensei: “Putá merda! Tô fudido. Tenho que tomar as minhas precauções, tomar minha decisão hoje mesmo”. Fui ao Departamento Pessoal nessa mesma tarde e pedi meu desligamento.

Eu tive muita sorte, sou um privilegiado. O chefe do Departamento Pessoal me disse que eu teria que pedir baixa naquele dia. Se eu deixasse passar mais dois ou três dias eu não conseguiria mais ter baixa. Ele era um oficial, eu nunca tinha conversado com ele. Devia ser um simpático. Naquela época, os órgãos de segurança não eram tão conectados como são hoje. Então, o Dops já estava me procurando, como um estudante, e a Aeronáutica não sabia. Não existia o profissionalismo que passou a existir a partir de 69. Foi uma absoluta sorte e falta de integração das forças de informação.

O dia do protesto ocorreu nesse mesmo ano. Como foi esse dia?

A gente tinha se preparado para amparar o Congresso da UNE, se houvesse algum problema. Quando houve as prisões em Ibiúna, nós começamos a nos organizar. Nossa idéia era fazer uma passeata na 28 de Setembro, em frente ao hospital, para marcar o protesto contra a queda de Ibiúna. O Skinner, que era muito bom desenhista, teve essa idéia de fazer alguma coisa para levarmos para fora. Fez aquela estátua.





Eu discurssei um pouco antes da saída, dizendo o que devíamos fazer. Na saída já víamos os camburões do Dops lá fora. Eles deram tiros inicialmente para cima. Quando a gente ia para frente da rua, eles atiraram direto e aí que acertaram o Luiz Paulo. Eu estava no meio dos estudantes nessa hora. Fiquei feito um louco. Quem devia ter morrido era eu e não o Luiz Paulo. É uma sensação muito ruim. O Luiz Paulo era uma pessoa muito legal, era um colega.

Você se sente um pouco responsável pela morte do Luiz Paulo?

Até hoje eu tenho essa sensação. Eu sei que eu não sou responsável pela morte do Luiz Paulo, mas é uma sensação ruim porque ele era um estudante normal, simpático. Eu acho que ele ia às assembleias, ele votava com a gente, namorava uma menina que era da minha cidade, Caratinga. Eu tenho a impressão de que ele estava participando assim como todos estavam, acreditando no movimento. E sempre que isso acontece – isso aconteceu em outro episódio comigo, que alguém morreu – você pensa se aquilo não poderia ter sido evitado. Eu sei que é uma babaquice, mas é uma sensação. Se vocês estão querendo saber do fundo da minha alma, é isso, eu tenho essa sensação. Ele não devia ter morrido.

Mas, eu não me sinto culpado de nada. Acho que foi

ram meu filho”. Eu fui cumprimentar e eles me cumprimentaram meio amarelamente. Eu entendo que eles estivessem tristes, magoados coma a morte do filho, mas eu fui para mostrá-los que quem matou ele foi a ditadura.

Algumas pessoas falam que a morte do Luiz Paulo precipitou um pouco a decisão pela radicalização do movimento estudantil. De uma certa forma, dando sinais de que era inviável seguir naquela forma de luta e já precipitando a entrada na luta armada. Você vê dessa forma?

Eu acho que sim. Não tinha mais forma de luta. Quero dizer, com os olhos que a gente tinha naquele momento. Hoje, você encontra qualquer espaçozinho, você pensa em aproveitar aquele espaço para poder encaminhar a sua luta. Agora, naquele momento, com os olhos, a leitura que a gente tinha daquele momento, não tinha mais como, não tinha mais espaço para a luta legal.

Essa discussão sobre a luta armada vinha desde quando?

Já vinha desde 67. A palavra de ordem que a gente pichava no muro era “Voto nulo estava certo. Luta armada é a solução”. Era a palavra de ordem dos grupos que já achavam que o movimento tinha que ser de guerra revolucionária a longo prazo, mas que tinha que começar naquele momento.

Porque a pichação era “o voto nulo estava certo”?

Teve uma eleição, não sei se foi em 66 ou 67, que elegeu o Negrão de Lima prefeito do Rio de Janeiro. A Dissidência pregou o voto nulo, contra a proposta do Partidão que era votar no Negrão de Lima, que era

Eu sei que eu não sou responsável pela morte do Luiz Paulo, mas é uma sensação ruim porque ele era um estudante normal, simpático.

um privilégio ter participado e dirigido aquele movimento. Muito bom a vida ter me dado essa oportunidade.

No dia seguinte, no enterro dele, as pessoas não queriam que eu fosse cumprimentar os pais dele. Eles tiveram uma reação muito ruim em relação a gente. Achavam que a gente era “esses agitadores que mata-

melhor que o outro candidato, que era muito pior, o candidato do Lacerda. Nós tínhamos pregado o voto nulo como etapa. Mas, essa discussão da luta armada já estava colocada, em 66, 67, pelo Marighela. Eu não sabia quem era o Marighela, nem sabia quem eram os caras, mas eu sabia que tinha essa proposta.

E como você via essa proposta naquele momento?

Naquele momento eu também via que era a solução. Achava que era o momento de partir para a luta armada mesmo.

Quando você fez essa opção?

Em 68, final de 68.

Antes ou depois do AI-5?

Antes do AI-5 eu já entrei em um grupo. A Dissidência tinha um grupo chamado GTA, Grupo de Trabalho Armado. Depois do AI-5, já me orientaram a sair do meu endereço, cair na clandestinidade – eu já estava meio clandestino naquela época. Aí eu passei a participar desse grupo armado. Ainda não era um grupo de ação, era um grupo de preparação. A gente estudava algumas questões de luta armada, de como se comportar, de treinamento. A Dissidência nunca foi uma organização vanguardista, nem depois do MR-8, como outras foram. A gente sempre tinha a impressão de que sem as massas não adiantava fazer luta armada. Só adiantava fazer luta armada quando tivesse um apoio popular.

Hoje como você avalia essa opção?

Naquele momento eu, jovem, estudante, numa ditadura, eu tinha mais é que me revoltar mesmo. E o canal que me restava de luta, com a visão que tinha naquele momento, era a luta armada. Fora o deslumbramento que representava para a gente as ações do Che Guevara, Cuba, o Vietnã. Então dizer hoje que aquilo foi errado, eu não diria, porque aquela era a visão que eu tinha naquele momento. Acho que fiz certo, na conjuntura que eu estava e que a minha organização

dora no Hospital Central da Aeronáutica. A gente não tinha metralhadora e precisava começar a fazer as ações armadas, expropriações. Eu sabia que tinha lá uma metralhadora relativamente fácil. É muito arriscado você tomar num lugar onde tem quatro sentinelas, num quartel. Agora, em um hospital as coisas são mais tranquilas. Eu propus e organizei a ação. E foi a minha primeira ação. Acho que foi durante o carnaval de 69. Chegamos lá com uma pessoa passando mal e quando o sentinela se aproximou, eu botei a mão na metralhadora, o outro botou o revólver nele. Não teve tiro. Eu não sei se a Aeronáutica sacou que fui eu naquele momento. Eu já estava sendo procurado pela Aeronáutica.

Qual era a estratégia naquele momento? Primeiro conseguir armas para depois realizar ações para expropriação?

Não. A visão naquele momento era a de montar o grupo estático revolucionário. Criar grupos armados em vários segmentos da sociedade, no campo, nas cidades, nas fábricas. Esses grupos armados eram grupos regulares. Alguém, não sei se era um chinês, defendia essa tese e nós achamos que era melhor do que o foco. Tanto é que a gente não era foquista.

A visão era criar grupos regulares com bancários, professores, estudantes, camponeses; onde tivesse a possibilidade de se criar. Mais tarde, quando estivessem bem capilarizados na sociedade, aí sim, o movimento estaria com mais facilidade de realizar uma grande ação. Então se faria uma grande ação, um grande foco e em todos os lugares você teria apoio.

Depois, quando nós fomos realizar isso na prática, não era bem assim. Você não consegue montar um

Naquele momento eu, jovem, estudante, numa ditadura, eu tinha mais é que me revoltar mesmo. E o canal que me restava de luta, com a visão que tinha naquele momento, era a luta armada.

interpretava. Em nenhum momento eu fui contra a luta armada dentro da organização. Acho que foi uma opção correta. Várias vezes nós nos fizemos essa pergunta e eu acho que fizemos a opção correta.

O sequestro do embaixador foi a primeira ação da qual você participou?

Não. Antes houve algumas outras ações. A primeira ação que eu participei foi a captura de uma metralha-

grupo tático regular. Ou seja, a pessoa durante o dia está trabalhando, está na universidade dando aula, está no campo trabalhando e de noite vai atacar um quartel do Exército, vai prender um torturador, enfim. Tentamos na Bahia, mas não era muito fácil.

Você que organizou isso na Bahia?

Depois. Já com o Lamarca, quando eu fui para lá. Comecei aqui em Xerém. Fiquei nessas matas de Xerém



durante seis meses com camponeses. O interessante é que fizemos contatos com ex-militantes das Ligas Camponesas, pessoas beleza mesmo.

Tivemos que sair precipitadamente porque descobrimos que a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) estava montando o sequestro de um ministro e de um embaixador e o esconderijo era em Xerém, bem perto do lugar onde tínhamos um trabalho político grande. Quando estava bom o trabalho, organizado, um dos camponeses, o Chico, chegou e disse que tinha um pessoal diferente, com outra proposta, com um acampamento e tal. Me propus, então, a encontrar os caras e discutir com eles, porque era um absurdo fazer um sequestro numa área tão nobre como aquela. Uma área de trabalhadores rurais, de militantes, numa base organizada de massa. Eles disseram que para eles o importante era a ação armada e que eles não recuariam. Tiveram uma outra reunião, chegaram a discutir direção com direção. Nesse interim eles caíram e a gente saiu meio precipitadamente dali.

Depois ficamos um tempo parados e o pessoal da Bahia abriu um trabalho no oeste do estado. Eu fui para lá com essa mesma visão.

Você em algum momento sentiu que estava abdicando de sua vida? Como era namorar, viver, dedicando toda a sua vida a uma luta?

Isso era um lado quase sacerdotal do negócio. Esse objetivo estava acima de tudo. Claro que isso foi um sacrifício muito grande na nossa vida pessoal. Eu pelo menos senti muito isso. Passei muitos anos para superar esse momento perdido da minha vida no plano emocional. No plano profissional, eu nunca senti muita falta, porque as coisas que eu fui fazendo na minha vida foram dando certo. Mas, no plano afetivo, emocional, foi muito difícil. Vivendo na clandestinidade, era muito difícil fazer as duas coisas, ter satisfação emocional, uma relação estável e, ao mesmo tempo, viver na clandestinidade.

Você nunca foi preso?

Eu nem poderia ser preso. Se eu fosse preso, eu era morto. Era uma decisão da Aeronáutica. Naquele momento, todos os militares que eram presos, eram mortos. Depois deram uma relaxada. Mas, naquele momento, não. Não tinha perdão, era decisão mesmo lá de dentro. Passou perto, mas nunca fui preso. Eu era muito disciplinado. Eu tinha uns pontos de encontro com as pessoas: era uma rua, num quarteirão, você entrava de lá, eu entrava de cá e a gente se encontrava no meio. Se alguém atrasasse, acabou, eu não ia no ponto mais. Isso me salvou várias vezes.

Você teve uma ligação com o Lamarca. Vocês eram da mesma organização?

Não. Em 1970, as organizações armadas foram se fragmentando completamente. O MR-8 foi o que ficou, era o último. Ele foi o caudatário desses finais de outras organizações. O contato com o Lamarca foi o seguinte: depois do sequestro do embaixador americano, houve o sequestro do embaixador alemão e do suíço. Em todas essas oportunidades, nós fomos contra o sequestro. Tivemos até militantes nossos que foram libertados nessas duas ações. Mas, nós éramos contra, porque achávamos que o sequestro do embaixador americano era completamente diferente. Pegamos a ditadura de surpresa, eles nunca que imaginavam isso. Era um momento muito particular da ditadura, de transição, o Costa e Silva estava com derrame, havia uma disputa interna entre os militares de linha dura e de linha moderada para tomar o governo. Então foi uma ação muito oportunista, no bom sentido, e as outras não, porque a gente sabia que nos sequestros seguintes a ditadura estava mais preparada, a segurança era muito maior. Toda vez que fizeram, tiveram que matar

ingresso na nossa organização. Ele achou que a nossa linha era mais condizente com a sobrevivência da luta armada.

Isso acabou precipitando a morte dele. Não era para ele ir para a Bahia. Na verdade, o trabalho na Bahia estava recém começado. Eu tinha ido para lá para organizar os grupos dessa região, pro lado de Barreiras, perto do Rio São Francisco. Havia uma área estratégica muito interessante do ponto de vista militar, que era a divisa da Bahia com Goiás. Mas não queríamos ir para ali naquele momento. Queríamos primeiro organizar os grupos nas regiões próximas para depois ter algo de maior vulto. Só que houve uma queda maciça na organização aqui no Rio de Janeiro, a ponto do Lamarca e a lara terem que ficar andando de ônibus a noite inteira, porque não tinham para onde ir. E o dirigente daqui do Rio mandou um emissário para a Bahia. Nesse encontro comigo ele disse que não tinha jeito, que o Lamarca tinha que ir mesmo.

Foi muito ruim do ponto de vista do trabalho ele ir, mas foi muito bom do ponto de vista do contato. Ele era uma pessoa muito interessante e o trabalho tomou outras dimensões com a chegada dele. Mas, não estávamos preparados para abrigar uma pessoa dessa importância. E sobretudo, na ida dele, um militante acabou sabendo a região onde ele estava. Isso precipitou toda a queda.

Você foi a última pessoa a ter contato com o Lamarca? Há uma história de uma carta que foi escrita...

A carta foi eu quem trouxe da Bahia, mas caiu com o César Benjamim. Antes, o Zé Carlos foi preso. Ele estava em um ponto com o César, foi preso, mas o César

Eu nem poderia ser preso. Se eu fosse preso, eu era morto. Era uma decisão da Aeronáutica. Naquele momento, todos os militares que eram presos, eram mortos.

alguém, mataram no alemão, no suíço feriram. E nós éramos contra.

Mas e o seu envolvimento com o Lamarca?

Logo depois do sequestro do embaixador suíço, houve um contato entre as direções. Nós tínhamos sido contra e o pessoal da VPR queria ouvir as posições do MR-8. A gente expôs as posições, nossa linha política e ele, que já estava discordando da linha deles, pediu

conseguiu escapar. Ele me encontrou e falou "olha, caiu o Zé Carlos". Então eu decidi ir desmobilizar a área.

O Zé Carlos era quem sabia onde o Lamarca estava?

O Zé Carlos não sabia onde estava o Lamarca, mas sabia qual a região. Eles fizeram um cerco, era uma área rural, Foi muito fácil.

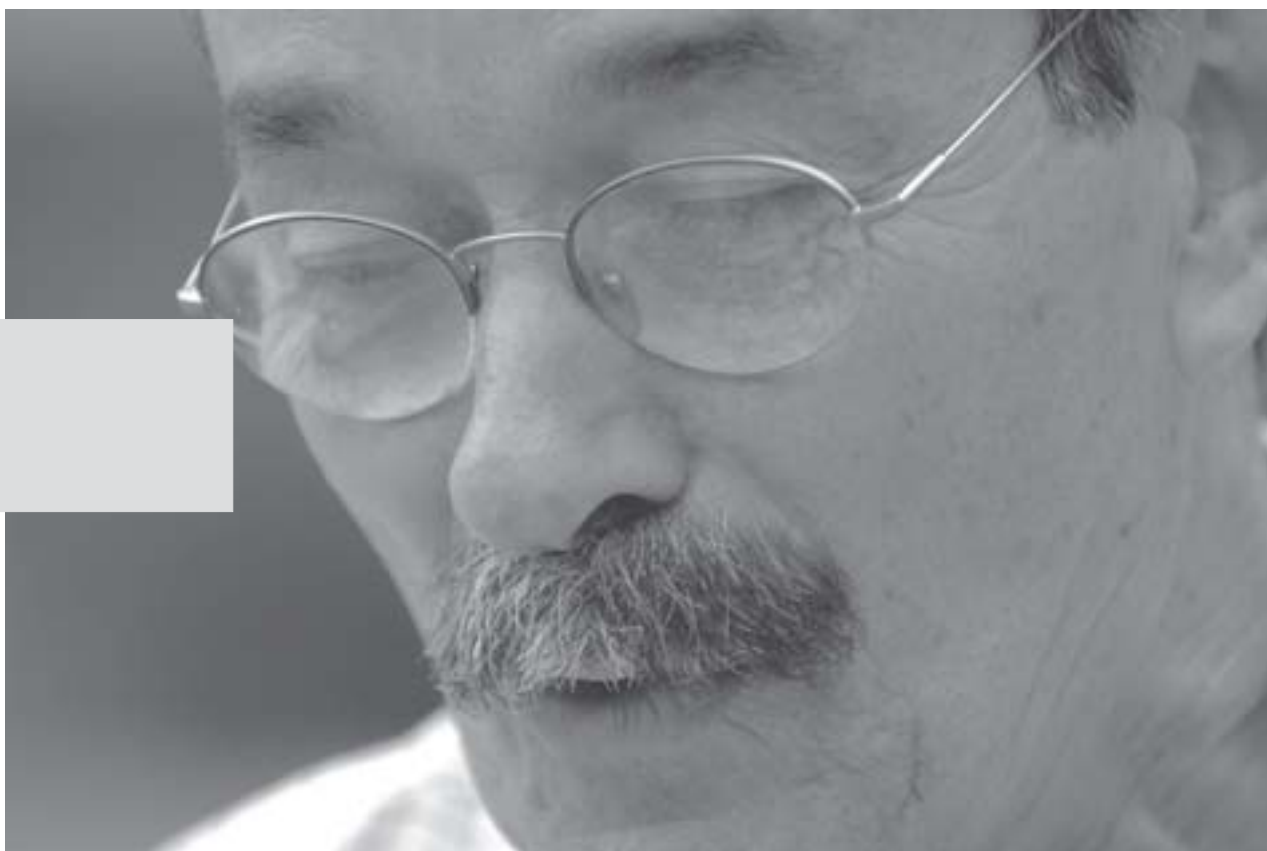
Eu fui para a região para poder desmobilizar. Esse

é outro arrependimento que eu tenho – falei pra vocês que eram dois. Reuni a base, o Lamarca. Nesse momento eu era o comandante da região e ele era meu subordinado. Ele não quis, disse que queria passar uns anos como militante de base. “Todo lugar que eu chego já me colocam logo como comandante”, disse. Ele era um exímio comandante, tinha um preparo militar muito bom, fez muitos treinamentos militares de guerrilhas, no Panamá, na selva amazônica, guerrilha urbana, tudo o que você pode imaginar ele sabia muito bem. Então, quando ele chegava numa organização armada, logo diziam “o comandante é ele”. Quando ele chegou na organização, muito humilde, ele disse que não queria ser comandante de nada, e sim militante de base. “Eu quero passar por essa experiência que eu nunca tive”, falou.

De qualquer modo, ele causava um certo respeito. Nós tínhamos um respeito muito grande, apesar da humildade dele. Então cheguei lá, nós éramos cinco ou seis pessoas nessa base. Eu informei que o Zé Carlos tinha sido preso, que ele iria resistir algum tempo, mas que a gente saísse da área porque era essa a medida mais justa. Aí, o Lamarca fez uma intervenção muito profunda. Ele foi o último a intervir, eu fui o primeiro,

dei o informe. Ele disse: “Pô, companheiros, não é possível que tenhamos que agir no campo como na cidade. Toda vez que cai um aparelho, a gente tem sair”. Ele era muito voluntarista. Disse: “Eu acho que a gente não deve sair. Acho que o companheiro não vai trair, não vai abrir a área, essa área é muito importante, ele sabe a dimensão dessa importância. Eu sou contra a saída”. E aí me faltou coragem para dizer que eu era o comandante e que a gente iria sair. Essa é outra tristeza que tenho da minha militância. São duas, uma é o Luiz Paulo e a outra é essa. Quando colocamos em votação, eu fui voto vencido.

Eu fui para a direção nacional, tinha um encontro alternativo quinze dias depois aqui no Rio para poder dizer qual era a decisão da base. Nessa vinda para o Rio, durante esse interim, já caiu a área lá. Caiu muito em função da carta que eu trouxe e entreguei ao César. Era para ele entregar para a Iara, que estava em Feira de Santana. Essa carta que estava com o César acabou caindo nas mãos da polícia numa blitz. E, aí, descobriram. Na carta, o Lamarca dava indicações de que o Zé Carlos sabia onde era a área. A partir daí a área foi cercada e houve tudo o que houve.



Você saiu do Brasil logo após isso?

Eu saí um tempo depois, em 71. Fui para o Chile, depois fiquei um ano no Panamá, depois fui para França, onde fiquei até 1980. Voltei depois da anistia.

Tentei voltar para a universidade, mas não consegui. Apesar de algumas pessoas terem tentado me ajudar aqui internamente, alguns professores. Mas eu não consegui porque naquele momento o reitor ainda estava preocupado. O entulho da ditadura ainda estava muito presente na universidade. Até uma liminar eu perdi.

Isso em 80, depois que você voltou?

Em 81, 82. O diretor da faculdade tinha sido meu professor de clínica médica, era o Fernando Beviláqua. Ele ficou meio em cima do muro. O reitor era Ney Cidade Palmeiro. Não me aceitava de jeito nenhum. Primeiro dizia que eu não estava anistiado do ponto de vista universitário. Isso perderam, foi muito fácil de argumentar. Anistia é anistia, pô! Mas, aí disseram que eu tinha que fazer outro vestibular. Eles dificultaram tanto, que eu fui perdendo o entusiasmo.

Paralelamente, tinha um grupo de amigos, nem eram amigos meus ainda, que me arrumaram um trabalho de enfermeiro numa clínica de hemodiálise, chamada de CDR, Clínica de Doenças Renais. Era um pessoal muito legal, muito progressista, muito solidário. Eles eram um grupo de médicos muito bom, mas que não tinham nenhuma visão administrativa. E eu estava querendo uma realização profissional, queria saber se eu dava certo em alguma coisa, pelo menos no campo profissional. Eu me engajei, fiquei muito absorvido e esqueci a universidade. Esqueci também a militância partidária.

Depois a clínica foi vendida. E essa clínica tinha um projeto de diversificação com uma fazenda. Eu não quis nada, trocava tudo isso pela fazenda. Então ficou eu e mais um outro que é meu sócio lá até hoje. Eu fui pra fazenda, ele continuou no Rio. Era um sonho grande meu voltar para o campo.

Ao contrário do César Benjamin, que você citou, você, aparentemente, se afastou da militância política mais clara. Você viveu outros tipos de militância na

sua vida? Participou da militância partidária?

Não. Eu não consegui. Todo mundo foi para a militância partidária e eu não consegui me inserir. Eu tentei. Era muito ligado às pessoas que trabalhavam com o Brizola naquele momento. Outros no PT, que estava começando. Mas eu queria viver uma experiência, foram muitos anos de clandestinidade, eu não tinha perspectiva profissional nenhuma. Eu também não me encontrava um profissional da política, não achava que poderia ser um bom profissional na política como alguns foram.

Eu não me identifiquei com nenhuma opção e quando chegava na hora das eleições, então, esse troço ficava muito complicado para mim. Aí o oportunismo político ficava muito grande, eu achava aquilo muito triste. Daí eu fui me afastando, me afastando...

Muitas das pessoas que estavam militando em 68 e tiveram um papel importante na luta contra a ditadura estão agora em cargos públicos. Como você avalia essa geração hoje? Você enxerga alguma coisa dessa militância, desse momento de 68?

Em primeiro lugar, eu acho muito legal ver as pessoas daquele tempo assumindo a direção do país. Agora, acho que eles tiveram que fazer concessões, tiveram que mudar de posições tão profundamente que acho que deve ter sido muito difícil. Eu não conseguiria, para estar no poder, fazer certas concessões políticas que eles têm que fazer.

Mas, acho melhor estar nas mãos deles do que na mão de outros. Eu prefiro, mesmo discordando do Minc, em muitos aspectos, do Gabeira, da Dilma. Pena que eles tenham se transformado tanto, tenham abandonado tantos ideais. Não é possível que os caras precisem fazer tantas concessões para estar lá.

É uma crítica que eles iam ficar chateados comigo se ouvissem. Eles acham que não fizeram concessão nenhuma, que é assim mesmo. Eu não concordo, apesar de gostar de vê-los lá. São meus amigos, são pessoas que eu sei que são boas. São pessoas que podem estar conjunturalmente enganadas, mas são pessoas de bem, do bem.



LUIS PAULO ASSASSINADO

Agitação tumultuosa e morte na Guanabara
DE LANCIERINI

O GLOBO

ESTUDANTE MORTO ERA DEMOCRATA E CONTRA BADERNA

Assassinado

UMA VÍTIMA NA FORTUNA

A LEVA O BRASIL

McNamara: Alta prioridade em financiamentos para o Brasil

ROSENBERG: A RAÇÃO É TESTEMUNHA

COMEÇA A BATALHA DO DIA DO PROTESTO

Carro da Manhã

POLÍCIA MATA ESTUDANTE A TIROS E ATACA HOSPITAL DAS CLÍNICAS



Atiempo e salto nel